

BOLETIM CULTURAL DE ESPOSENDE

N.º 17



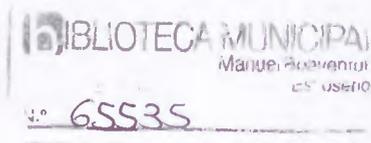
DEZEMBRO - 1990/92

BOLETIM CULTURAL
DE ESPOSENDE

BOLETIM CULTURAL DE ESPOSENDE

PUBLICAÇÃO SEMESTRAL

N.º 17



DEZEMBRO - 1990/92

Ficha Técnica:

Director: M. Albino Penteado Neiva

Comissão redactorial: Sebastião J. Sá Matos e Carlos A. Brochado de Almeida

Propriedade da Câmara Municipal de Esposende

Publicação da Câmara Municipal de Esposende

4740 Esposende

Tiragem deste número: 750 exemplares

Composto e impresso na Tipografia Camões

4490 Póvoa de Varzim

Dezembro de 1992

Dep. Legal N° 19971/88

Os artigos assinados são de responsabilidade dos respectivos autores

Toda a colaboração é solicitada

O Boletim Cultural de Esposende aceita permutas e/ou colaboração com outras publicações nacionais e estrangeiras

SUMÁRIO

1 — Belemino Ribeiro (Uma Vida — Uma Obra)	7
<i>Manuel Albino Penteadó Neiva</i>	
2 — «19 de Agosto de 1572»	23
<i>Carlos A. Brochado de Almeida</i>	
3 — O Contributo Brasileiro para o Desenvolvimento de Esposende	29
<i>Agostinho Pinto Teixeira</i>	
4 — Barqueiros no Concelho de Esposende	51
<i>António Veiga</i>	
5 — Curvos (Notas para uma Monografia)	63
<i>Silvestre Matos da Costa</i>	
6 — Primeiros Resultados da Escavação da Mamoa de Cima de Vila, Palmeira de Faro (Esposende)	97
<i>Eduardo Jorge Lopes da Silva</i>	
7 — Necrópole Medieval das Barreiras (Fão)	111
<i>Carlos A. Brochado de Almeida</i>	
<i>João Viana Antunes</i>	
<i>Maria José Sousa</i>	
<i>Rui Cavalheiro Cunha</i>	
8 — Paleodemografia da População Medieval de Fão	127
<i>Eugénia Cunha</i>	
<i>Teresa Araújo</i>	
<i>Carmo Marrafa</i>	
<i>Ana Santos</i>	
<i>Ana Silva</i>	
9 — Carta Arqueológica do Concelho de Esposende	137
<i>Carlos A. Brochado de Almeida</i>	

BELEMINO RIBEIRO

UMA VIDA — UMA OBRA

Manuel Albino Penteado Neiva

HOMENAGEM A BELEMINO RIBEIRO
HOMEM SIMPLES E CULTO
ESPOSENDENSE DE CORAÇÃO

Esposende tem sido alfoz de pessoas ilustres que se destacaram na Política, nas Artes, nas Letras ou mesmo no campo Social. Muitas foram as que, merecidamente, tiveram honras municipais e mesmo nacionais, passando mesmo a sua fama além fronteiras. De Medina a Boaventura, passando por Corrêa D'Oliveira ou por Rodrigues Sampaio, muitos foram os que engrandeceram as terras esposendenses com o seu saber e a sua cultura. Mas não só aqueles que já figuram nas páginas enciclopédicas honraram Esposende. Muitos outros, de semblante mais humilde, mas de grande perfil cultural, marcaram de forma indelével a sua vivência.



Falar de Belemino André Ribeiro é, para além de um acto homenageante¹, que pessoalmente lhe prestamos, uma forma de iniciar a sua longa Biografia que ficará sempre incompleta pois muito fez no silêncio, não deixando registos de alguns actos, e muitos trabalhos passaram ao anonimato.



*Entrega da Medalha de Mérito Cultural
à viúva de Belemino Ribeiro, pelo Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Esposende*

A sua invulgar cultura e sensibilidade, pouco comum num Auto Didacta, aliada a um desprendimento total a qualquer espécie de exibicionismo, fazem com que qualquer trabalho que verse a sua pessoa seja efectivamente uma tarefa árdua e, quase sempre incompleta. A figura de Belemino liga-se, de uma forma geral, à história de quase todas as Instituições da vila e concelho de Esposende. A todas elas este ilustre esposendense soube dar o seu melhor contributo e dele se tecem os maiores incómos.

Foi um Homem dedicado e zeloso de todos os valores sócio-culturais da sua terra, conseguindo ao longo dos seus 72 anos cativar muitos amigos e colher admiração por parte das mais altas individualidades nacionais.

Homenagear Belemino — e, infelizmente, mais uma vez o reconhecimento é feito a título póstumo — é uma forma de lhe agradecer, bem como à sua família, por tudo quanto fez pela cultura do concelho de Esposende, terra que o viu nascer e morrer, e a quem dedicou toda a sua vida².

BIOGRAFIA

Belemino André Ribeiro nasce em Esposende no distante e Primaveraíl dia 16 de Abril de 1918. Era filho de Angelina Rosa Ribeiro e de Sebastião André Ilá, sendo neto materno de Domingos Lopes Ribeiro e de Olinda da Graça Maciel, e paterno de Bernardo André Ilá e de Sofia. Pertencia, e orgulhava-se disso, a uma geração de heróicos pescadores³.

Após alguns meses de luta contra a doença, que pouco a pouco o minava, encontra o sono dos justos naquele fatídico dia 9 de Fevereiro de 1991.

Pertencendo a uma geração onde era difícil singrar todo aquele que não fosse de uma família de linhagem ou por ela protegido, Belemino desde cedo denotou vontade de aprender e cultivar-se encontrando apoio nos seus



Seu Pai, Sebastião André Ilá

progenitores. Entra para a Escola Primária de Esposende e em 23 de Julho de 1928 conclui o exame da TERCEIRA CLASSE com a brilhante nota de 19 valores. Um ano mais tarde, em 19 de Julho de 1929 obtém o seu Diploma da QUARTA CLASSE, tendo sido examinado pelo Prof. José Albino Alves de Faria, distinto Professor na freguesia de Forjães, o qual lhe atribuiu uma APROVAÇÃO COM DISTINÇÃO.



Belemino com 5 anos de idade

323

REPÚBLICA PORTUGUESA



ENSINO PRIMÁRIO ELEMENTAR

Região Escolar de *Braga*

DIPLOMA

Belemiro André Filipe
filho de *Leopoldo Filipe* e *Leopoldina Rosa Filipe*
nascido em *16 de Abril* de *1918*, natural da
freguesia de *Capandê*
concelho de *Capandê*
concluiu as provas de exame da 4.^a classe do ensino primário
elementar em *19 de Maio* de *1924* e foi
aprovado com distinção

O Presidente do Júri,

Fernando de Sousa e Sousa

Os Vogais do Júri,

Leopoldina Adelaide Sousa e Sousa
Leopoldo de Carvalho Fernandes

Autentico o presente diploma

O Inspector Chefe,

António Augusto da Silva
1924-9-924



Impresso na oficina tipografica da Escola Normal de Lisboa

30292

Diploma da 4.^a classe passado a Belemiro

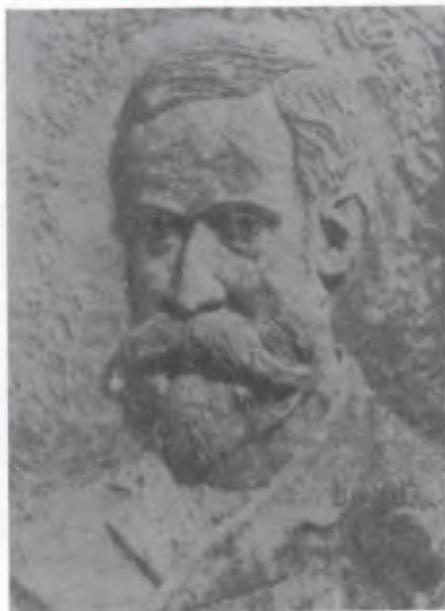
Acabada a Instrução Primária, ingressa na Tipografia Cávado onde para além de obter uma formação lendo tudo aquilo que lhe era entregue para compor, começa a dominar a arte da xilogravura. Nas horas vagas, deixadas pelo trabalho de sol-a-sol, dedicava-se a modelar na madeira interessantes baixos relevos. Com o tempo vai-se familiarizando com as goivas, levado pelo impulso da chama que cada vez o abrasava mais⁴.

Enquanto cumpria o Serviço Militar, em Metralhadoras 3, no Porto, dedicava todo o seu tempo livre a visitar e a “saborear” as obras expostas no Museu Soares dos Reis⁵. Era, acima de tudo, um contemplativo. Dizia o próprio Artista que “no meu isolamento... sem que ninguém me apareça a sugerir ideias novas e sonhos utópicos, produzirei mais e melhor — ou pelo menos sonharei livre e espontaneamente — que é sempre o meu prazer, o meu grande orgulho!”.

Os seus primeiros trabalhos escultóricos surgem pelos anos 1938-1939 e uma das primeiras peças foi oferecida precisamente a Sua Excelência o Senhor Presidente da República Marechal Carmona, o qual agradeceu através de uma carta da Presidência da República, datada de Agosto de 1941 e sobre a qual dizia ser uma peça “bem trabalhada que muito distingue a pessoa que a elaborou”.

Desde os primeiros anos da sua vida profissional Belemino denotava um grande poder de execução plástica, uma sensibilidade poética e um verdadeiro sentido de equilíbrio e de harmonia. Estamos de acordo quando se diz que “o que torna o Artista grande não é o realizar bem; é antes o sonhar bem”. De facto um artista não é muitas vezes o que consegue realizar grandes obras, é antes aquele que através das suas tentativas consegue sugerir-nos a sua inspiração de Beleza, do Além da sua personalidade.

Aprendendo facilmente as lides tipográficas, abrindo umas gravuras em madeira que se destinavam à impressão, a sua Escola são os próprios livros que passavam pelo componedor. Tinha então 28 anos de idade. Uma ideia, um sonho — que pena não ter sido realizável — lhe passava no pensamento. Desejava ir para o Porto e estudar. Belemino dizia que



*Relevo de Soares dos Reis
primeiro trabalho escultórico de Belemino*

“poderia então ter a certeza de muita coisa que ignorava mas cuja existência adivinhava”.

Esta sua vontade é transmitida a pessoas influentes⁶ e é assim que em 16 de Novembro de 1947 o Dr. Justino Alves, da cidade do Porto, lhe expressa vontade em o ajudar e convida-o a ir ao Porto. Numa carta que aquele distinto Doutor lhe endereça diz que “aqueles que são capazes, o destino se encarrega de contrariar o desempenho das funções para que nasceram destinados”. É apresentado ao Prof. Joaquim Lopes, Sub-Director da Escola de Belas Artes do Porto. Este eminente Pintor descobre imediatamente a simplicidade de Belemino quando disse “era uma esperança que surge para a arte... vencido por uma tendência irresistível e inexplicável...”⁷. Belemino levava consigo alguns dos seus trabalhos e, a medo, vai-os colocando à crítica do Mestre Joaquim Lopes. Perante a Cabeça de Cristo e o Medalhão de Soares dos Reis, Joaquim Lopes fixa o olhar, analisa a expressão de Cristo e exclama “intuição maravilhosa!... é preciso arrancar o Belemino de entre os caixotões e as Minervas de Esposende!”.

Perante tal reacção, Belemino, sereno e de semblante humilde, dizia que o Mestre fora para ele uma das pessoas mais importantes. Fora a primeira pessoa a dar-lhe auto-confiança.

Surge neste preciso momento os maiores dilemas vivênciais de Belemino Ribeiro. Para ele a família era algo correspondente ao valor máximo e o enveredar pela carreira artística, abandonando a humilde tarefa de ajudante



Mestre Belemino na sua «Oficina»

de tipógrafo, era o partir para a incerteza de poder ou não sustentar dignamente a família. Eram momentos de grande responsabilidade familiar mas também de grandes desencantamentos. Procura aconselhar-se com pessoas amigas e de certa influência, colocando-lhes o seu problema. João Corrêa D'Oliveira, grande Dramaturgo e irmão do Poeta António Corrêa D'Oliveira, escrevera-lhe e dizia que "o exercício da profissão de Arte é, porém e sempre, de resultados duvidosos, quanto ao êxito pecuniário"⁸. Também Luís Trigueiros procurou que Belemino arranjasse uma Bolsa de Estudo de modo a permitir que este visitasse durante algum tempo os mais importantes Centros de Arte. Mas, e já antes o dissemos, o destino encarregava-se de contrariar as vontades.

Em 19 de Dezembro de 1952 é-lhe atribuído um Prémio na I Exposição de Arte dos Trabalhadores, levada a efeito pela FNAT⁹.

No dia 21 de Julho de 1981, Belemino Ribeiro abre, pela primeira vez, a sua "modesta oficina" à RTP que realiza um pequeno documentário sobre a sua obra.

A SUA OBRA

No capítulo anterior, ao percorrermos pontos biográficos de Belemino, já fomos dando notas sobre a sua obra, como nasceu e como evoluiu. Falámos sobre os seus primeiros trabalhos — Medalhão de Soares dos Reis, do Marechal Carmona, da Cabeça de Cristo, etc., mas muito mais há para dizer sobre centenas de peças que saíram da "modesta oficina", situada na ribeira espo-sendense, como modestamente e carinhosamente Belemino a apelidava.

São do Escultor as primeiras palavras sobre a sua obra "tímido, naturalmente retraído, trabalhei sempre sobre uma influência emocional que não sei explicar. O João Ceguinho de Fão e a sua Fé religiosa, faziam-me ver nele aquele cego de Jericó... e fiz-lhe o retrato



Cabeça de Cristo «intuição maravilhosa»



O Rapaz da Matraca

em relevo". Belemino ouvia e sabia ouvir Mestres que o aconselhavam. Mestre Medina, com quem trocava amiúde correspondência¹⁰ exerceu sobre ele uma forte influência sobre a temática que deveria seguir, sobre o género de trabalho a fazer, tendo em conta a própria vocação de Belemino. Foi nesse espírito de Fé que executou "o mais belo de todos os quadros de relevo"¹¹ a que deu o título de "O ABRAÇO" datado de 1949. Trata-se de um trabalho baseado na célebre tela de Murillo que se encontra no Museu de Sevilha.

A sua Fé cristã vai marcar profundamente o seu estilo e, poder-se-á dizer que o seu recanto de trabalho era o seu local de oração.

Das suas mãos saem os interessantes painéis inspirados na



Mestre Henrique Medina acompanhado com Belemino e Monsenhor Baptista de Sousa

vida de S. Francisco "O Santo, O Lobo e a Ovelha", "O Santo de Assis e a Ceguinha" e durante anos, servindo-se de um velho cipo brasileiro, trabalhou ao tamanho natural a figura de Santo António de Lisboa¹² (ver foto de Belemino na oficina).

Nesta primeira fase Belemino considerava-se um escultor copista ou seja remetia-se a passar para a madeira obras pictóricas embora, muitas vezes, recriadas. Interroga-se sobre esta sua atitude e pede conselhos. João Corrêa D'Oliveira diz-lhe que "antes criar coisas imperfeitas do que imitar com perfeição".

Inicia-se uma segunda fase na obra de Belemino Ribeiro. Procura criar e surge "O Rapaz da Matraca" — motivo típico da Semana Santa de Esposende, que fora de imediato adquirido por Mestre Henrique Medina.

Aliás Mestre Henrique Medina ao referir-se a Belemino Ribeiro disse admirar este Homem "cujo carácter e talento de Escultor em madeira eu sempre admirei"¹³.

Várias foram as pessoas do mundo cultural que se referiram à obra de Mestre Belemino. O Dramaturgo João Corrêa D'Oliveira numa das várias cartas enviadas ao Artista, afirmava que "tinha desejo de lhe ser útil e ao interesse artístico e moral de arrancar o seu nome à obscuridade do meio em que se apaga e criar em torno dos seus trabalhos o clima de admiração que eles merecem"¹⁴. Dizia ainda este dramaturgo que Belemino "se afigurava um dos mais curiosos casos que conheço na História do Auto Didactismo e das manifestações espontâneas da vocação artística"¹⁵. Seu irmão, o Grande



O Poeta António Corrêa d'Oliveira recebe e aconselha Belemino Ribeiro



Busto em madeira, do Poeta de Belinho

Poeta António Corrêa D'Oliveira definia-o como "inspirado admirável, Pescador-Escultor das terras do Suave Mar"¹⁶.

Uma das suas musas inspiradoras foi a própria leitura. Do que lia imaginava e, se possível, fazia o seu registo num simples pedaço de madeira, mesmo que picado pela traça. Um dia, lendo "A Selva" de Ferreira de Castro, algo passou pelo seu imaginário. Preparou o material necessário e eilo, horas a fio, a produzir, numa velha porta de armário, uma alegoria àquela obra de Ferreira de Castro que tanto o entusiasmou.

Mais tarde, envia uma fotografia deste seu trabalho ao próprio Ferreira de Castro que, chegado do Brasil, se apressou a escrever-lhe testemunhando o seu agradecimento. Na sua carta escreveu "obra admirável, já pela sua força e equilíbrio do conjunto, já pela beleza e pelo virtuosismo



Alegoria à obra «A Selva» de Ferreira de Castro

já pela beleza e pelo
virtuosismo da
execução dos figu-
ros. Quanto mais
a contemplamos,
mais virtudes
que descobrimos.
Felicito-o muito
sincera e
e fago - o melhor
voto por si e por
sua arte, à qual
desejo grande tri-
unfo.

Muito cordial-
mente

Ferreira de Castro

da execução das figuras. Quanto mais o contemplamos mais virtudes lhe descobrimos”¹⁷.

Sendo Belemino originário de gente do mar, é natural que a ele dedicasse parte da sua obra. A vida piscatória, a tez morena e salgada dos velhos pescadores, as embarcações que ele diariamente via nas águas do Cávado, a Fé da gente do mar, enfim um rosário de imagens que Belemino fez passar pelas goivas que deram vida à sua inspiração.

Desta fase recordamos “Pescadores Bacalhoeiros”¹⁸, “Friso dos velhos pescadores”, “Alando as redes ao Alvor”, “Paquete Santa Maria”, “Jesus acalma a tempestade”, “Arcanjo em Adoração”, e muitos outros que o próprio Belemino esqueceu o seu paradeiro e se separou deles “por razões de ordem económica ou por mera sugestão persuasiva dos compradores”.

Por volta de 1982, já Belemino Ribeiro perspectivava a sua Reforma, tenta uma nova fase de trabalho. Procura criar novos temas mas, e usando palavras suas “verifico que eles já não traduzem aquela chama quente, interior, que dantes irrompia de mim, quando vivia mais introvertido, em sonhos de criatividade. Causas múltiplas que hão-de sempre ofuscar o Sol de quem aspira ao infinito da Beleza!”. Num gesto de modéstia afirmava “que Deus me perdoe neste assomo de tão alto ter querido voar!”.

Para finalizar este capítulo sobre a sua obra, não seria correcto se olvidássemos a sua faceta de articulista ou mesmo ensaísta de temas de história local. A ele se devem dezenas de artigos interessantes publicados em jornais regionais, abordando usos e costumes da nossa gente, acontecimentos importantes do burgo esposendense, notas da vida ribeirinha e, quiçá os mais importantes, elementos da nossa História Marítima, sobre a qual deixou importantes inéditos. Também foi ilustrador e como desenhador legou-nos uma obra importante tendo desenhado a carvão, nanquim, cryon, lápis de cera, guache e mesmo a aguarela, retratando figuras típicas, velhos pescadores, recantos interessantes e memórias desaparecidas. Conhecemos pelo menos 82 desenhos, já inventariados, de entre os quais podemos destacar a Igreja Matriz de Esposende, Coro e Orgão de tubos, Claustro de Palme, Mosteiro de Banho, Catraias de Esposende, Compositor M. Faria Borda, Antigos Estaleiros Navais, etc., etc.

Dos trabalhos de História Local ou Apontamentos Etnográficos, como ele lhes chamava, destacamos as *Marcas dos Pescadores de Esposende*, *Homens do Mar Respeitáveis*, *Nomes e Alcnhas*, *Catraia do Passado*, *A Festa da Senhora do Lago*, *Estaleiros Navais*, *Marinheiros de Esposende — caravelas de 1560*, *Homens do Mar de Esposende (Navegantes do Passado, Emigrantes de Esposende no Brasil (pescadores), Últimos barcos de cabotagem*, etc. Ao todo são cerca de 80 os trabalhos elaborados por Belemino André Ribeiro, uns dados à estampa em jornais regionais outros ainda, a grande maioria, inéditos e a merecerem publicação.

NOTA DE CONCLUSÃO

Dois ou três pensamentos ressaltam da leitura atenta da vida e obra de Belemino André Ribeiro.

O primeiro é de que estamos perante uma figura carismática e ao mesmo tempo revestida de valores e padrões que o guindam para o rol dos mais ilustres de Esposende.

A segunda reflexão é-nos trazida por João José Garcia de Freitas que já em 1963 lembrou que um dia — que não viesse longe — Esposende tivesse um modesto museu onde se reunissem recordações e valores culturais e onde as criações de Belemino tivessem lugar de relevo.

O terceiro e último pensamento é do próprio Belemino que um dia desabafou dizendo “quem dera hoje poder vê-los reunidos numa grande sala de exposições!”.

Este é ao fim e ao cabo o grande argumento para podermos continuar a projectar a obra e a testemunhar a vida daquele que amou e soube ser **Esposendense**.



BELEMINO RIBEIRO

A SUA PAIXÃO

AS SUAS GENTES...



NOTAS

- ¹ Em sessão pública, comemorando o *Dia do Município*, realizada em 19 de Agosto de 1991, foi concedida, a título póstumo, a Belemino André, a Medalha de Mérito Cultural — grau prata.
- ² Pertenceu à Santa Casa da Misericórdia de Esposende, a Confrarias e Irmandades e a Associações Cívicas concelhias.
- ³ Seu tio João morreu num naufrágio da Barca AGNES, no Golfo do México, assim como seu tio paterno Manuel Ilá tivera a mesma sorte num desastre a bordo do navio GAIOLA, no Pará.
- ⁴ A. Lopes de Oliveira — Nas colmeias da Arte: Belemino André Ribeiro — de tipógrafo a escultor em madeira — in *“As novidades”* de 15 de Dezembro de 1950.
- ⁵ Belemino fez um interessante Medalhão de Soares dos Reis que ofereceu ao Mestre Pintor Joaquim Lopes, Sub-Director da Escola de Belas Artes do Porto.
- ⁶ Informações dadas por João de Freitas.
- ⁷ Um futuro grande Escultor terá sido agora descoberto pelo Pintor Joaquim Lopes, um humilde tipógrafo de Esposende? — in *“Diário da Manhã”*, Lisboa, 15 de Junho de 1946 (1ª página).
- ⁸ Carta de João Corrêa D’Oliveira datada de 18 de Dezembro de 1948.
- ⁹ O prémio foi de 250\$00.
- ¹⁰ Carta de Henrique Medina enviada de Hollywood em 21-08-1955.
- ¹¹ Palavras do próprio Belemino.
- ¹² Esta interessante peça faz parte do Museu de Arte Sacra em Esposende.
- ¹³ Carta de Henrique Medina datada de 1 de Janeiro de 1980.
- ¹⁴ Carta de João Corrêa D’Oliveira de 29 de Outubro de 1948.
- ¹⁵ Carta de João Corrêa D’Oliveira de 6 de Novembro de 1948.
- ¹⁶ Dedicatória no livro *“Senhora Nossa”* cuja composição tipográfica foi de Belemino Ribeiro.
- ¹⁷ Carta de Ferreira de Castro para Belemino datada de 21 de Novembro de 1959.
- ¹⁸ Este trabalho encontra-se no Clube Naval de Lisboa.

“19 DE AGOSTO DE 1572”*

Carlos A. Brochado de Almeida

Era uma vez um rio que, na sua infância, se lançou rumoroso, fervilhante, à procura do grande oceano encrespado, revoltado, cheio de promessas futuras. Abriu caminho, rompendo fraguados de duro azul granito, encaixou-se nos estreitos vales, espalhou-se à vista das verdejantes campinas, quase que meandrou, quando presentiu o mar.

Os homens, na ânsia de progresso e de bem-estar, domaram-no. Nas suas margens nasceram aldeias, vilas e cidades. Das suas águas sai a energia que faz o progresso deste país. Para o seu leito, envelhecido por tantas batalhas inglórias, escorre a avidez, o desrespeito pelas leis, a ingratidão para com uma das mais belas dádivas da natureza — enfim, tudo aquilo a que hoje se chama, convicta ou depreciativamente, de poluição.

Pompónio Mela e Ptolomeu chamaram-lhe *Celadus*, os Medievais, alatinadamente, apodaram-no de *Cadavum* e nós, os actuais, chamamos-lhe muito simplesmente Cávado.

É junto à sua foz que um dia nasceu Esposende, quase em frente a uma “Fanum” fervilhante de lendas, de mitos, mas também impante de muitas realidades.

Acompanharam-na os brumosos cavalos de um Ofir que, metamorfoseados em escolhos pontiagudos, desafiam diariamente incautos marinheiros; uma mítica Aquís Celenis, término de uma imaginária estrada nascida em Bracara Augusta. Foi o centro portuário das *Orarias Navis* que navegavam em busca de ouro e de estanho e das trirremes de guerra, os braços flutuantes de uma Roma poderosa e quase omnipresente. Alimentou a utopia de uma florescente cidade, pátria de mártires e de concílios. Vincou

* Conferência proferida no Salão Nobre dos Paços do Concelho a 19 de Agosto de 1991, dia do Município.

uma realidade, a de um minúsculo povoado que nos primórdios do século XI tomou como patrono o jovem Pelagio martirizado na meridional Córdova e foi desafiando a férrea vontade de um pequeno habitat que repartia o seu dia a dia pela pesca, pelo fabrico do sal, pelo arrotear dos campos e pelo enterrar dos seus mortos no sítio das Barreiras, bem à beirinha da sua primeira igreja.

Lá mais acima, perdida nas curvas de um Cávado amaciado pelo tempo, está a Senhora da Barca do Lago imortalizada nas trovas de um Fernão do Lago:

*De ir a Sancta Maria do Lagu ey gram sabor,
Pero nom hirey alá se ante i non for,
Irmana, o meu amigo.*

a lembrar que, por ali, transitaram Castrejos e Romanos, talvez Mouros e Vikings, nobres, clérigos e plebeus, ricos, pobres e ladrões.

Esposende nasceu junto ao Cávado, a dois passos da água.

A sua origem remonta ao mundo romano, ancestralidade que se refugia nas terras revolvidas pelos alicerces das casas, igrejas e capelas. Na sua génese estão homens e mulheres que um dia deixaram o aconchego das muralhas de S. Lourenço e que acreditaram que o futuro era dos audazes. Como tantos outros desbravaram, arrotearam, fizeram dos campos uma sucessão de pão e de sonhos. Como os vizinhos de Fão, sulcaram as águas frias do Atlântico na esteira do peixe que não faltava e lançaram redes e estacarias num rio ciclicamente inundado de lampreias. Construíram barcos e artes de pesca com a mesma determinação que viraram comerciantes aproveitando as boas condições de um porto fluvial mais seguro que a sucessão de cachopos que ponteiam a sua costa. Produziram, certamente, sal como os vizinhos de Fão, Cepães, Mar, Belinho e Guilheta.

Conheceram tempos difíceis.

Os ocupantes sucederam-se. Romanos, germanos, mouros, vikings, todos eles conheceram esta região. Uns ocuparam-na durante séculos legando-lhe a língua, a religião, uma mão cheia de tradições; outros, fugidia e agressivamente tomaram contacto com populações pacíficas. Dos germanos ficou-lhes *Spanusindi* — o *Espoezendi* das Inquirições do século XIII. Mouros e normandos assaltaram, pilharam. Obrigaram as populações a procurarem nas penedias do monte Faro e no arruinado castro de S. Lourenço, garantias de uma protecção nem sempre bem sucedida.

Conheceram tempos de prosperidade.

O milho alvo, o trigo, o centeio, a cevada, as cebolas e os alhos dos campos do vale do Neiva às planuras da Apúlia, da recôndita Curvos à planáltica Vila Chã partiam à procura das gentes do Sul. Do seu porto fluvial saía o pão, mas também os barcos e os tripulantes, muitos deles como simples galeotes e grumetes.

Dolugan des
pomme



Donse Gaudrean el fozorob no queroda carta
 vna que el moadore de dolugan dio p on de d modo
 Vila de bar. y el ob m. Alzua a pitico el qro otorg
 ellos se con quink. ~~...~~ dige el moadore de dolugan
 dio p on de d modo a villa de bar el ob dpa e p d i no
 do d i que de bar ganya e no d i el lugar e a h g m t o s
 Co d i n d a p a q u a t r o m t o s d r i n f o l j u m t o b e r t u r d o b .
 Co m i t o n i b r e d e r o n y a l g u a d e l y a e o b u d a d a
 C a m a j o r p a d e l l e a d o o m i r o d a b o l i q m p o s e d e c o n e
 e f a o r d i n a p r o y d i n a n a y o b g r a n d e e m y f o b
 v i e l l o t o l e h o m e p d o n a i d e a t i n o d e l l e b o n d a d i b .
 d o g n a l l u g a r e p o n t a n o b i e d m v i l l e l l e f a c o f f i
 c i a i l l e c a c o n s o t a l n a o e a m e l l e e s r i j u a n d t a b o
 e l p a d n o u t o r e l l e g u a d o f f i n i a l d r i n f o l i a f r a n c o
 d e l f a z e n a o l m o d o r e l d e l l e o r l l e n o b d o d i t a
 v i e l l a d e b a r n e l l o f p d u a l e g o a l m i t o p m d e e
 d o d i d e l u g a r d o n s o t a m o e a p a n u b d e b o m t m l
 f o g o b a q u e o m o d a m i d o m a p o d e d a r d i s p a c e p o
 f a n a t o t o b o t a d d e b a i p o d e h a d o l u d i n a t m o
 e f e l l e s o r a n o n d e h o m e d o m a r e d n d o n a l n a n g a
 o n n a o p o l y h a s i t a v i l l a b i q u e p o n a l l u o l i c a n a s
 n i n y t a b d i z a n d e i p a o p a d a p e l l a o q u a n t a b o s c o a v o q u e v o d a
 d e l l o n a f o i n f o m a d o d i o d l u g a r d i m p o q u e n a o e r a
 t a n o b e o m a g o r n e d a n t a n b o a t r i g n o d e o n o
 q u e d o o m o o r i t a i p o b m i t o l v o n y p d o m a o f a i l l a
 o p a d f a z e n o r o n t r e d i n o a l l e g r a d i n f u d i a q u e n o l l e n a o
 h o y d e p a b a e l m o t r a n e r e a g n d a v a x u o d i o
 e p m a b f a t a l c a s o f e n e n i n i o c e p u e n o t h o s i t e
 d e o n y o d o b g r a d i a n o d i o i n g u o d a r l y e f o d i
 n f a f i t o m a n d e o b f a z e n b i l l a e o n d o l o p a s f a
 p i h i c a o f a z e n a p r o y o n s m o m o o p o d o d i t a l a
 f a n e p u n d e o r a d i t a p i h i c a o e p o t a s b i n d i l i n
 f o m a d o d o d i d e l u g a r o n t a o p m d e e n o b i e f o
 f i z m a n d e o p a r t a o o b e o n a t i p u r h i o e d a l o j o q
 d a s i t a b i l l a d e b a r n e l l o e o f e f f i z m a n d a j m o o
 n i c a o p a l g u l a f o d o d i d e l u g a r f e l l y a b o i l q u e
 a b o n d o h o p d e t o d o o a r i n d i d a l a p o m y f a z e n
 e f f i m a n d e o f a z e n b i l l a d a n d o e f f i d e m o c o n u r i e n d e
 d e q u e o r d o n i o o p u e e p o m a r a p o q u e e l d a n a m e v i d i
 o n e m i e f o r o n n y d o e o p o m o m u n o b i e o a d o o p r e m i d o
 e f f i a b i a m m e e v i d i t o m t a q u i n d o a n t i d e o n
 t r o d e p a c o m a n d i y a p r o u e d a d a o n a r a e p r o
 n d o y a d a b i l l a d e b i a n a f o z e l t y m a o o r i n f o m a o r
 b o o n t i d o n a d i t a p i h i c a o e o o u b i o r o t o b r i n l o b n o
 d i t o l u o n e a b i a e a i a l l a d e d e l l e b e l a t o l n a n y o s
 t i n j a e a d i t a n i a a b i a d o d i d e l u g a r d i t a b i l l a
 d e b a r n e l l o e a f a z e n d a n d e d a d a d i t a p i t e c i a o
 p r o c u r a d a d o d i q u e d e l a g u a m u n i t o m a d o e p r e

Um dia aspirou à liberdade, a uma dupla emancipação.

Primeiro a paróquia que, ao longo da Idade Média, entre as lides da terra e do mar, ganhara coesão e consciência da sua situação geográfica. Crescera, arruara-se e adquirira consciência da sua real valia: armadores, construtores de barcos, mercadores, homens que sabiam ir à luta e vencer.

É dentro desta filosofia que ganharam a simpatia do vigário das Marinhas e em 1486 fizeram, ao arcebispo D. Jorge da Costa, o pedido de desvinculação eclesiástica. Reafirmaram-no em 1525 a D. Diogo de Sousa e conseguiram-na, em definitivo, com D. Frei Bartolomeu dos Mártires, o bispo português do concílio de Trento.

A luta não parou.

Seis anos passados, a 19 de Agosto de 1572, uma Carta Régia libertava-a da tutela de Barcelos, a cujo termo pertencera. Ascendia assim à categoria de Vila e ficava com o seu próprio alfoz, perante a natural alegria e vaidade dos seus *"370 para 400 vizinhos, juntos e arruados, e mui nobre de cansarias, gente rica e abastada e a maior parte dela ao serviço de vossa Alteza"*. Esta autonomia deve-se a um rei, um rei de temperamento irrequieto e impulsivo que, num anacrónico sonho de cruzada, rumara ao Norte de África com 800 velas e uma montanha de ilusões, desfeitas a



4 de Agosto de 1578 nas áridas terras de Alcácer Quibir. Com a sua morte esmorecerá temporariamente um Portugal perdido em teias de interesses antagónicos, com ele morrerão as ilusões de tantos portugueses. Na sua esteira, descrente da vida e das promessas dos homens, morrerá Luís de Camões, o poeta que, num dia não muito distante, ilusoriamente escreverá:

*Vós, ó novo temor da Maura lança,
Maravilha fatal da nossa idade,
Dada ao mundo por Deus, que todo o mande,
Para o mundo a Deus dar parte grande.*

Tornada vila, tomadas as rédeas do seu termo com a “*distância de meia légua em circuito*”, ergueu uma igreja digna da sua padroeira e porque os seus naturais, tal como os de Fão, pretendiam mostrar a sua situação social e a pujança dos seus réditos, pediram e obtiveram, nos finais do século XVI, a sua Santa Casa da Misericórdia. Tornaram-se verdadeiros símbolos de uma localidade central, arruada, populosa e desenvolvida.

Longínquo vai o dia 19 de Agosto de 1572 e, perdidas na névoa dos tempos, muitas ilusões. Para trás ficou o desencanto das gerações que nos procederam, os tripulantes de um barco bem mais difícil de comandar que os setenta para oitenta navios grandes descritos na Carta Régia, alguns dos quais terão participado na gesta colonizadora do Brasil.

Da urbe desses tempos restam resquícios arquitectónicos nas portas com arestas chanfradas da nova biblioteca, a abóbada da Igreja Matriz ou a deslumbrante talha dourada da capela do Senhor dos Mareantes.

Esta vila régia, cuja História dormita nas prateleiras do arquivo municipal ou na fachada de um teatro arquitectado por Ventura Terra, passou os séculos ao ritmo letárgico de um Portugal depauperado, desencantado das megalomanias e tibiezas de alguns dos seus governantes. Viveu e às vezes ainda pretende reviver arcaicos Sebastianismos, centrados em figuras cujo único aval parece ser a dita de terem nascido no interior da mui nobre vila de Esposende. Mas esquecem-se que o jovem Sebastião, ao determinar que “*me apraz de fazer vila o dito lugar de Esposende e quero que daqui em diante para sempre se possa chamar e chame vila de Esposende e atiro e aparto de qualquer sujeição e superioridade*”, mais não estava que a estatuir uma liderança alargada a um alfoz que se estende de Forjães à Apúlia, de Rio Tinto à foz do Neiva.

Esposende, mais que um aglomerado populacional, é a cabeça de um concelho onde coexistem vilas, freguesias e lugares; onde vivem novos e velhos, ricos e pobres, homens de letras e tantos deserdados daquilo que verdadeiramente distingue o ser humano: a cultura. Não a mercantil, sorvida avidamente através das mais variadas artimanhas, mas aquela que se adquire nos bancos das escolas, que se bebe nos livros, que se perscruta na fachada das casas, no interior das igrejas, nas ruínas de um qualquer castro em vias de ressurreição, no contacto com a natureza liberta de artificialismos e na pujança de uma indústria que cresce, produzindo progresso e riqueza.

Esposende é o coração de uma região, ontem como hoje, de agricultores. De homens e mulheres que labutam dia e noite, que fazem brotar dos campos os nabos, as cenouras, o milho ou o vinho. Que constroem casas na nesga de terra legada por um pai adormecido pelo sono dos justos no cemitério paroquial. Gentes que um dia combateram outros povos, outras

gentes, diferentes na cor, mas inapelavelmente enredados em quinhentos anos de língua e tradição. Seres que procuram na Europa rica o pão, com o mesmo afã com que um dia rumaram à Índia ou se embrenharam num Brasil imenso. Povo que sonhou com o abarrotar de riquezas e de quimeras, que festeja os seus santos, que espera avidamente um S. Bartolomeu para que, num banho tão grande como o mar, exorcize medos de hoje e de sempre. Falemos desse sangue que capaz de destelhar a casa do vizinho para, reverentemente, as telhas depositar aos pés de S. Lourenço, o santo que mora numa capelinha branca pintalgada pelo azul do céu e do mar. Recordemos estas nossas vidas que choram com os que sofrem e que peregrinam dias a fio, para cumprir as suas promessas.

Esposende produziu homens e mulheres como os que hoje homenageamos; gerou um Manuel de Boaventura ou um Rodrigues Sampaio, cativou um Correia de Oliveira, uma Agustina Bessa Luís ou um Henrique Medina.

Este solo deve-se sentir orgulhoso dos que o trabalham, dos que o procuram e escolhem como terra prometida, daqueles que, por inerência de funções, têm a sagrada missão de o carrilar no comboio da modernização e da competência.

É esta a Esposende que pretendemos. Livre, liberta de peias ultrapassadas, capaz de gerar no futuro energia semelhante à dos homens de quinhentos, os mesmos que enviaram petições a D. João III e ao neto Sebastião — o jovem incauto que um dia trocou a pátria e a vida por um sonho lindo e fugaz.

É de um concelho gerido por homens competentes que este povo precisa, tal como necessita de infraestruturas, de casas e de uma administração dinâmica, capaz de responder aos mais lídimos anseios dos munícipes. Este povo chama por uma cultura viva, traduza-se ela no esventrar de montes e vales à procura das reminiscências daqueles que ajudaram a construir a realidade que hoje somos, seja veiculando através das mais variadas formas de expressão as potencialidades de uma juventude sadiamente irreverente, a sensatez de uma velhice transbordando sabedoria ou as marcas sólidas de tempos que passam e que deixam os seus sinais.

Senhor Presidente, a perfeição é uma quimera difícil de alcançar. Utópica, inacessível dirão os cépticos, aqueles que fazem da derrota o epicentro de uma qualquer vitória. Mas a busca da perfeição é uma força que impele a vida. A vossa e nossa missão é, sem temor, traçar os caminhos de um amanhã mais ridente. Lançar os alicerces de uma política liberta de clientelismos fáceis. Provar aos vindouros que fomos e somos dignos continuadores da obra dos "370 a 400 vizinhos" de 1572.

Se conseguirmos isto, minhas senhoras e meus senhores, num amanhã não muito longínquo, num outro dia 19 de Agosto, é possível, se o soubermos merecer, que a História recorde a obra que no presente se realiza. Façámo-la honesta e com empenho, confiante e solidária.

O CONTRIBUTO BRASILEIRO PARA O DESENVOLVIMENTO DE ESPOSENDE

Agostinho Pinto Teixeira

JUSTIFICAÇÃO BREVE

Aceitando o agradável convite que me foi dirigido para abordar o tema desta conferência, ainda que consciente das dificuldades (avultando desde logo a questão do tempo disponível para a elaboração de um trabalho capaz) acabei por dar satisfação a mim mesmo, procurando compreender a razão da minha ascendência brasileira, descobrindo nela o que havia de desconhecido e misterioso.

Meu avô materno, emigrante, casou em Santana da Parnaíba, S. Paulo, com minha avó, dali natural. Muito bem sucedido nos negócios, meu avô regressa a Portugal com a esposa brasileira, tornando-se, na sua aldeia, um homem respeitado, política e socialmente.

Laço estranho que agora desvendo, em oportuna homenagem a uma outra pátria e aos meus antepassados que de lá foram e, também, à minha numerosa família de S. José de Campos, Jacaraí e Rio de Janeiro!

INTRODUÇÃO

Se mais razões não houvera para Esposende se sentir gratificada e orgulhosa pelo facto de ter sido escolhida para as comemorações do dia da comunidade Luso Brasileira, considerando, pois, o contributo brasileiro para o desenvolvimento do seu concelho, sobretudo através dos seus emigrantes

que lá conseguiram fortuna, como vamos realçar adiante, bastar-nos-ia, como nota introdutória, aceitar que esta escolha poderá assumir um significado de retribuição. Com efeito, António Correia de Oliveira, em 1937, foi enviado para ir ao Brasil associar-se à “Festa da Raça”, celebrando, então e também, 100 anos do real Gabinete Português de Leitura. A organização da “Festa da Raça” esteve a cargo da Federação das Associações Portuguesas do Brasil e, ali, o nosso poeta de Belinho cantou a pátria portuguesa, exaltando a irmã brasileira. Certamente motivado pelo sentimento de gratidão devido aos inúmeros actos de benemerência de conterrâneos seus, regressados dali, uma vez mais e como salientou Olegário Mariano na sessão pública de homenagem, António Correia de Oliveira “consegue o milagre de espalhar a vida tal qual o destino a fez, sem malícia, sem exageros, sem mentira”, cantando a importância do Brasil:

Eu quero tanto ao Brasil,
Tão de mim, tão de vontade,
que, se Deus fora só meu,
Eu lhe daria metade.

e, dirigindo-se à comunidade brasileira, desafiou:

Ó poetas meus irmãos,
Só de escritura e sinal:
Eu cantarei vossa terra
e vós o meu Portugal.

Se a língua fizesse as Pátrias
Mais que o chão, ninguém diria
onde Portugal acaba
onde o Brasil principia.

É com este espírito de comunhão, com o mesmo sentido de identidade, sem fronteiras terrenas e sem limites culturais, que gostaria de ver desenvolvido este trabalho, ajudado pela secreta vontade de religar Esposende ao Brasil com os exemplos de outrora.

Procuremos, entretanto, enquadrar, compreender e caracterizar, à luz da história, o fenómeno da emigração portuguesa para o Brasil e o produto sócio-cultural resultante, com implicações bastantes no nosso concelho.

O FENÓMENO DA EMIGRAÇÃO

Desde tempos que remontam ao período dos Descobrimentos, a emigração constitui uma condição de vida dos povos do Ocidente da Europa.

A par da procura de solução, ainda que parcial, de problemas, de índole pessoal, por falta de meios suficientes de vida na sua comunidade de origem, outras razões houve (e há) para justificar o fenómeno da emigração. O próprio desajuste na sociedade, motivado, quantas vezes, por razões de natureza política, religiosa e económica, coincidindo ou não com transformações de carácter sociológico, levou (e leva) muita gente a procurar longe da sua terra a satisfação das suas necessidades ora imediatas ora tão somente ambicionadas. Mas não só. O acto de emigrar pode ser o resultado de uma determinada política nacional, prevendo-se, neste caso, apoios governamentais directos que vêm facilitar os primeiros contactos, sempre complexos e difíceis, com a nova comunidade, de hábitos e línguas por vezes profundamente diferentes. Neste caso, a emigração favorecida visa a solução de problemas nacionais, pela libertação do peso que certos inêxitos económicos e sociais produzem.

Quem emigra? De acordo com estatísticas já de 1912, os emigrantes pertencem a classes consideradas desfavorecidas, avultando os operários agrícolas, pequenos agricultores, carpinteiros, pedreiros, empregados de comércio ou simples serventuários domésticos. Em Portugal corresponde às zonas populosas do Norte o índice mais elevado de emigrantes, constituindo o Brasil, até há 40 ou 50 anos atrás, o destino mais procurado. As razões para esta escolha são diversas: por um lado, uma certa tradição herdada da mentalidade colonizadora, por outro, as facilidades oficiais, por outro ainda, uma clara identidade cultural, que, no plano linguístico, não apresenta qualquer dificuldade. E se a cota de emigrantes, para o Brasil foi, até certa altura, evolutiva, tal facto deve-se ao incontável número de sucesso, que, como exemplo, seduziam e estimulavam quer os indecisos quer os sonhadores. Caldeados os ingredientes sócio-culturais específicos de cada pátria, resulta o outro tipo (há quem lhe chame classe) de portugueses: o "brasileiro", normalmente regressado rico e, por tal motivo, credor de elevada consideração e respeito na terra de onde partira.

UMA NOVA CLASSE

Ainda pertencem a tempo recente os episódios de aparato e grande agitação local que rodeavam a chegada do "brasileiro". Face amorenada, decerto envelhecida pelos anos de ausência e de saudade, grossos anéis de ouro e brilhantes nos dedos carnudos, chapéu de palhinha a que chamavam "panamá", fato de um claro estranho para os hábitos da aldeia ou vila, sapato bicolor, tudo envolvendo um corpo fisicamente evoluído para o anafado, rodeado de malas ou arcas de formato arredondado, encoiradas, onde, dizia-se, guardava as grossas notas que transportava. Trazia consigo um sem número de histórias fantásticas para contar, enchendo de pormenores

incríveis a imaginação dos contrerrâneos. Pasmavam os ouvintes entre a água e céu da viagem, em vapores com nomes cheirando a metáfora histórica, que ligavam os portos da “ocidental praia lusitana” aos de Vera Cruz em 11, 15, 20 dias de viagem, consoante o luxo e a velocidade sobre as águas atlânticas. Deste se dizia que já comera sentado num tronco de uma árvore rugosa e musguenta que, afinal, era uma giboia enorme, hibernante ou em demorada digestão de um boi; daquele se confienciava que trapaceara, com promessas de felicidade, uma brasileira do sertão e “desquitara-se” para poder regressar ao paraíso natal; daqueloutro se afirmava que até comera carne de macaco para sobreviver... A fantasia das histórias cobria de fama e glória o respeitável “brasileiro” de fala adocicada, que se tentava imitar no reconto. Depressa subia ao lugar dos eleitos, assumindo a função de conselheiro experiente, cuja fortuna e presença era mais do que segura garantia de êxito para qualquer demanda intrincada. Padrinho de muitos casamentos e batismos, não deixava de exercer fascínio sobre as mais recatadas moças da terra, dando-lhes filhos que desprezava, adoptava ou perfilhava consoante o momento, a responsabilidade, o grau de poder, a consciência e, não poucas vezes, as ameaças veladas da família ofendida. Nos lugares de maior respeito, nas igrejas, câmaras e repartições públicas, exibia a bigodaça farta, o bastãozinho encastado a prata e o chapéu de coco, cerimonioso, solene. O “brasileiro” fez-se tipo, quase constituiu classe, algumas vezes caricaturada mordazmente pelo anedotário popular. Fizeram-se histórias das histórias, o “brasileiro” tornou-se personagem de ficção e protagoniza na Literatura Portuguesa. Em Camilo Castelo Branco é-o em várias obras: “O que fazem as mulheres”, “Anos de Prosa”, “Os brilhantes do Brasileiro”, “Eusébio Macário”, “Corja”, “A Brasileira de Prazins”. Eça de Queirós, em 1886, no prefácio de “O Brasileiro Soares”, de Luís de Magalhães, afirma: “...O Romantismo (...) tem utilizado o brasileiro como a encarnação mais engenhosa e compreensível da sandice e da materialidade. Mas, de novo Camilo, e já em 1858, apontava o lado positivo: Os folhetinistas, os romancistas, os dramaturgos e, ainda, os filósofos moralistas de botequim, são injustos e ingratos nas veias e chocarrices com que ridicularizam os chamados ‘brasileiros’; estes passam agruras, labutam como negros e trazem, por fim, à pátria que lhes foi madrasta o capital com que se activam indústrias, fundam escolas, e fomentam obras de assistência”. Luís de Magalhães, no romance já citado, também humaniza a figura do “brasileiro” e, como diz Fidelino de Figueiredo, tenta demonstrar “que um ricaço da Guardeira (sic), um torna viagem, seria capaz de fazer de sua riqueza um uso honesto, de casar por inclinação e de opor ao adultério o suicídio”.

Trata-se de uma humanização com um sentido atento do real, não tão fruto do imaginário colectivo ou de uma tendência portuguesíssima para a invejzinha e despeito. Efectivamente, se aqui ou ali o dinheiro ocasionalmente se impunha com algum despotismo, não raras vezes, também, e felizmente,

o "brasileiro" revolucionava o "status" local, empreendendo iniciativas de inegável alcance social. Intervindo em todos os sectores, espalhava benesses à sua volta, construindo escolas, rasgando estradas, impulsionando a exploração agrícola, fundando centros de assistência social, criando ou ajudando a criar hospitais com dimensão regional, contribuindo para a consolidação de projectos de carácter humanitário e beneficente, restaurando igrejas e capelas, fomentando actividades de carácter desportivo, ainda que embrionárias, em suma, alterando o "modus vivendi" da população autóctone já habituada, diria mesmo conformada, ao abatimento em que caía, produto da ignorância e da falta de capacidade para combatê-la. Símbolo do poder económico que lhe permitia tantas e tantas atenções e caritativo auxílio, os palacetes e casarões que construía, deixando impressos no granito sinais de financeira opulência, caracterizaram a época e são, ainda hoje, o melhor referencial dum certo fausto e progresso.

O BRASILEIRO NO CONCELHO DE ESPOSENDE

Data de 15 de Março de 1842 um interessante documento que atesta a vinda de trabalhadores brasileiros para esta terra. Ali se refere a venda de um crioulo de nome José que vinha da cidade de Campos, no Brasil, do seguinte modo:

"... João Caldas Viana vendeu ao senhor José Gomes Pereira um escravo de nome José, era crioulo, tinha todos os vícios e achaques, novos e velhos..." acrescentando que este escravo estava livre e desembaraçado de penhoras e hipotecas e que ao novo dono competia pagar a siza. Custou este escravo 500 mil reis.

Tal documento, naturalmente, com um enquadramento histórico próprio, carrega uma mensagem específica, permitindo lembrar que nalgumas gerações antes da nossa se misturou o sangue português e brasileiro. De resto, já no século XVIII, veio do Brasil grande força de mão de obra escrava para Portugal, que, com todo o ouro e riqueza aí explorada, contribui para a implantação de um estilo rico e rico estilo em Portugal que foi o barroco.

E na sequência do que atrás se disse sobre a imagem de prosperidade do nosso emigrante, que no século passado regressava à sua terra natal, vale a pena, agora a propósito, recordar o retrato fiel apresentado pelo contista Manuel Boaventura na sua "Vida Alheia — crimes de um usurário", elaborado sobre a figura do "brasileiro de Vila Chã":

"... De facto, num luzente coupé fretado na vila havia chegado, nesse mesmo dia, de terras de Santa Cruz, o Domingos Capela... Afirmava-se que o homem trazia uma fortuna superior a 100 contos! Tanto como o que, 40 anos antes, trouxera o senhor José Joaquim. Era uma honra para a freguesia ter assim homens de dinheiro".

Mais adiante, o mesmo autor escreveu:

“... um ano depois o Juncal, do da Seara, o campo do Lourença e outros terrenos pegados pertenciam ao capitalista. Uma multidão de trabalhadores, pedreiros e carpinteiros, trabalhava desde o romper da alva até noite fechada sob o seu mando. Era ele que dirigia as obras. Resolvera levantar ali um palácio digno de agasalhar a sua enorme fortuna... segundo os seus trabalhadores era uma espécie de enorme jaula, com muitas janelas apilaradas e portas largas de 12 palmos de alto. Tinha, além do rés do chão, três andares... No cimo mandou construir um soberbo mirante, alto como uma torre, donde se visse bem ao longe...” Ainda hoje é uma casa muito interessante, embora de arquitectura já alterada e localiza-se na freguesia de Vila Chã, deste concelho.

Domingos Capela era um homem rico! A sua vida, por isso, a breve trecho se tornou monótona e, segundo o abade de S. Félix, em Laundos, que bem conhecia este brasileiro, “num partido político, um homem de dinheiro é uma felicidade...” É assim que, para além do rico, se torna também um homem influente que conseguia puxar pelo progresso para a sua terra.

Ainda com Manuel de Boaventura e sobre a edificação de grandes solares, fruto de ouro brasileiro, recordemos o que aquele nos diz sobre a construção da casa de Borreiros, também em Vila Chã:

“... E porque era obra de um português, que se não deixou nacionalizar, exigiu do mestre arquitecto, que a delineou, estilo em harmonia com o meio



e o usual na província. E com tal segurança, solidez e firmeza tudo foi argamassado, que meia centúria de anos mais tarde, quando o velho brasileiro morreu e a família ficou em apuros, resistiu heroicamente às malfeitorias." Da fortuna inesgotável desse brasileiro, com habitual tendência para a máxima proverbial, se dizia entre o povo: "é mais fácil secar a água do poço do Borreiros — manancial sem fundo! — do que minguar o dinheiro no cofre do brasileiro."

Esta era a aura e a fama do "brasileiro" esposendense!

Perguntar-se-á agora: como se estabeleceram as relações económicas com o Brasil a partir da Ribeira Cávado? Não será difícil encontrar-se resposta, considerando o extraordinário incremento da construção naval nas margens do nosso rio. Terras de navegadores de nomeada, Esposende e Fão sempre tiveram como grandes, mercados e destinos, terras brasileiras. Não faltam testemunhos a comprová-lo e, fechando os olhos, poderemos, talvez, imaginar a largada, em Junho de 1885, do barco "Margarida" comandado pelo capitão Joaquim José da Silva Júnior, natural de Fão, que se destinava ao Rio de Janeiro, conforme documento ainda recentemente exposto em Fão aquando das festas do Senhor Bom Jesus.

Que razões terão levado João Dias dos Santos Borda, nascido em Fão, a naturalizar-se brasileiro e, em 3 de Março de 1892, a receber das mãos do contra-almirante Custódio José de Melo, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha, a carta de piloto de navios de comércio? Depois, em 1897, como refere Bernardino Amândio, o mesmo faz, na cidade do Pará, um esposendense, o comandante Firmino Clementino Loureiro, para que fosse possível obter carta de piloto de navios. Um e outro, assim, viram concedida permissão para comandar navios naquela área marítima; são nomes de figuras de proa, a recordar para sempre como ilustres navegadores em Portugal e no Brasil.

Se, a este nível, Esposende e o seu concelho se projectaram em portos e mares brasileiros, noutros sectores também se revelam e afirmam figuras concelhias. Assim, por exemplo, na cultura, se distinguem Armindo Eiras, de Belinho, Lopes Cardoso e Luís Viana, de Fão; o primeiro como poeta, ensaísta, dramaturgo e jornalista; o segundo fundador do "Diário de Notícias" na cidade da Baía, onde morreu em 1887; o terceiro foi poeta, tendo emigrado para terras brasileiras em 1893.

O objectivo deste trabalho é, porém, dar relevo àqueles que, tendo um dia, saído de Esposende ou do seu concelho, adquiriram riqueza em terra de Vera Cruz para, retornando ao seu rincão natal, aqui fixar residência e esperar uma santa morte. Estenderam a sua acção benemérita por vários campos, influenciando e alterando, nalguns casos, como veremos, a fisionomia urbana do concelho. Assim, nos sectores do Ensino, Cultura, Assistência Social, na Saúde, na Arquitectura, e Urbanismo, no Desporto, para além de benfeitorias diversas e instituições humanitárias, intervieram nomeadamente:



O Centro Almirante Custodia foi em Nome
Ministro e Secretario de Estado das Negocios da Marinha, etc.

Fago saber aos que esta Carta virem, que de conformidade
com o resultado do exame a que em 2 do mez de Maio de 1891
submetto a carta e sua prova Luiz dos Santos Mendes
citado Baptista, foi submettido nos termos da art. 54 do Re-
gulamento avocao ao Decreto n. 1250 de 10 de Janeiro de 1891, a
hoi por approvado para navegar como Piloto de navios do com-
mercio pelo que gozara de todos os privilegios e isencoes que justame-
nte lhe pertenciam. E esta carta, que leva o selo das Armas
Nacionais e vai por sua assignada, ficara registada nos livros
competentes. Dada na Rio de Janeiro, Capital Federal das Estados
Unidos do Brazil, em dia de Maio de mil e novecentos e noventa e um.

E eu, Luiz Alves de Albuquerque, Luiz Alves de Albuquerque
Secretario da Escola Naval, o fiz.

Luiz Alves de Albuquerque



Carta por que haveja por approvado Luiz dos Santos
Baptista citado Baptista
para navegar como piloto de navios do commercio, como acima se
declara.

Carta e selo

1000

318



REPUBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRAZIL

O Ministro de Estado da Justiça e
Negócios Interiores, em nome do Presidente da
República, resolve, em conformidade do Decreto n. 13 A
de 26 de Novembro de 1889, conceder a naturalização
pedida pelo cidadão português José Manoel de Souto Macedo

afim de que possa usar dos direitos que competem aos
cidadãos brasileiros naturalizados.

Rio de Janeiro, 20 de junho de 1902

João de Deus de Souto



Handwritten notes and signatures in the bottom right corner.

Registrada a fl. 17 do livro respectivo.
em 22 de junho de 1902

Handwritten signature at the bottom left.

Certificas

1 — NA FREGUESIA DE S. PAIO DE ANTAS

Manuel Gonçalves Pereira, o Barão de Maracanã, nascido em 13-03-1806. A bordo da galera "Sociedade Feliz" chega ao Brasil em 1819, tendo sido testemunha do acto que ditou a independência do Brasil em 1822. Em 1835, apenas com 29 anos de idade, era já o primeiro nome comercial de S. Paulo. Em 20 de Abril de 1861 chega a Lisboa e regressa a S. Paio de Antas onde fixa residência. Senhor de fortuna imensa, oferece um conto e duzentos mil reis para a construção da estrada nova que segue de Esposende para Viana do Castelo. Para a reconstrução da igreja, o Barão de Maracanã concorre com o donativo de 800 mil reis. Inteiramente por sua conta, constroi a Escola Primária, em 1888, da qual faz doação, por escritura pública, à freguesia. A Junta, reconhecida, denominou-a Escola Barão de Maracanã, hoje, oficialmente, conhecida por Escola de Estrada. Na freguesia adquiriu grandes propriedades agrícolas e mandou edificar a opulenta vivenda conhecida por casa da Paia, habitada pela família Pereira de Barros, seus herdeiros.

Seria curioso lembrar aqui o episódio que Manuel de Boaventura narra em "O Tripeiro" de Fevereiro de 1986, a propósito da relação entre o Barão de Maracanã e Camilo Castelo Branco, em escrito intitulado "Camilo?!...". Aquele passará a odiar este, a ponto de varrê-lo da sua biblioteca, tudo porque lhe não perdoara a afronta feita a seu amigo Manuel Pinheiro Alves — amizade feita no Brasil — roubando-lhe Ana Plácio. Quis, porém o destino



(e pela mão de outro magnata vindo de terras de Santa Cruz), que, sem se conhecerem, os dois conversassem na Póvoa de Varzim, em tarde estival. No apertar da mão, na hora da despedida, é que foram feitas as apresentações. O Barão de Maracanã cumprimentara o homem odiado...

2 — EM ESPOSENDE, SEDE DO CONCELHO

2. 1 — No Ensino — Joaquim Ferreira dos Santos, o Conde de Ferreira, comerciante no Brasil, embora natural de Vila Meã, mandou construir, nesta vila e em 1862, uma das 120 escolas por si edificadas no país; trata-se do edifício onde se instala, actualmente, a GNR.

2.2 — Na Cultura — Valentim Ribeiro da Fonseca, contribuindo para a construção do Teatro Club, em 1911;

2.3 — Na Saúde — Valentim Ribeiro da Fonseca, um dos mais generosos artífices do Hospital de Esposende, que tem o seu nome. A este propósito se transcreve, com correcção ortográfica, a carta seguinte:

Porto Alegre, 13 de Junho de 1911
Digníssimo Senhor
Valentim Ribeiro da Fonseca
Saudações

Sabendo que o senhor tomou a si o encargo de fazer reviver o nosso Hospital que talvez se achasse em condições precárias, eu deliberei abrir



uma subscrição entre nós conterrâneos e mais alguns caridosos, peço para publicar essa subscrição no jornal do lugar para atodos os subscritores ficarem sabendo que foi entregue a subscrição.

Este seu criado e admirador

Estevão de Araújo Motta

Rua Garivalde, nº 63

Consta da lista anexa a esta carta o nome de muitos esposendenses residentes, na altura, em Porto Alegre, aliás como de outras listas promovidas por António Machado Coelho, no Ceará, Adriano Vieira, no Rio de Janeiro, Eugénio José dos Reis, no Pará, Alberto Fernandes de Faria, no Rio de Janeiro, Américo Vieira, também no Rio de Janeiro, Salão Netto, de Francisco G. Netto, em Porto Alegre. Será interessante realçar que, destas listas, fazem parte, para além dos subscritores portugueses, muitos outros brasileiros, italianos e ingleses e outros cidadãos oriundos doutras terras portuguesas, emigrados no Brasil. Foi o grande contributo brasileiro para o Hospital de Esposende. Não podem ser esquecidos os nomes de Marcelino de Queirós, forjanense, com busto implantado na placa ajardinada fronteira ao edificio, a quem nos voltaremos a referir adiante e, ainda, Rodrigues de Faria, também natural de Forjães, que assume os custos da aquisição de terreno onde o hospital se ergue.

2.4 — No Património Arquitectónico e Urbanístico — De novo Valentim Ribeiro da Fonseca que, para além da construção do soberbo palacete na Rua 1º de Dezembro, conhecido por Nélia, doou parte das suas terras para que fosse possível rasgar-se a estrada de ligação ao Lugar de Goios; faz parte da toponímia de Esposende, dando nome à Avenida cuja abertura facilitou.

A propósito deste benemérito, seja-me permitido reescrever apontamentos gentilmente cedidos pelo Ex.mo Sr. Dr. Sobral Torres e retirados do seu acervo pessoal: Em Dezembro de 1915 "... demarcados os terrenos para a 'Nova Avenida' em frente ao novo Hospital, em direcção ao Rio Cávado ..." que será a futura Avenida Valentim Ribeiro ... homenagem "insuficiente para quem prima pela modéstia, patriotismo e acendrado espírito de benemerência... que caracterizam a personalidade daquele a quem Esposende fica devendo o seu grandioso hospital". Esta avenida só veio a ser construída na década de 30 e passou a ser conhecida por "Avenida do Hospital", passando Valentim Ribeiro a ter consagrado o seu nome na já referida via que liga Esposende a Goios, aberta por alturas de 1920. Valentim Ribeiro foi vice-presidente da Câmara em 1910 e presidente em 1911.

Devem, ainda, ser referidos neste item as construções dos palacetes de Américo e Adriano Vieira, irmãos, também extraordinários beneméritos de obras sociais.

SUBSCRIÇÃO

Os obreiros assignados, que constituem uma Commissão encarregada de levar a effeito diversas obras gerenciaes e urgentes no Hospital de S. Miguel da villa de Espozende, vem solicitar de V. Ex. o obsequio de angariar donativos nas 24 subscricoes de V. Ex. como apresentando esta subscricao de pessoas das suas relações e amizade, dando-lhe a maior utilidade possivel, pois muito digno e de protecção de todos os caracteres bem formados, o nosso nobrissimo hospital.

Agradecendo desde já muito este obsequio, pedimos enviar quaisquer quozas que V. Ex. possa obter, ao ultimo signatario, Aletheu Ribeiro da Fajarda, de Espozende.

Espozende, 9 de Maio de 1919

Miguel Carlos Ribeiro
 Miguel Torres de Silva
 Filipe C. de Oliveira Gomes
 Bernardo Garcia Evangelista
 Ramiro Christovam Corral

Gregorio Ribeiro
 João Carlos de Sousa Lima, Sr.
 João Baptista Soares de Sousa, Sr.
 José Augusto S. Almeida Alves
 Alberto Adornes de Sousa

ao Ex.^{mo} Sr. Antonio Machado Coelho

Carta

NOMES	Naturalidade	Quantia
João de Sousa Reis	Portuguez	50.000
João A. Chaves	"	25.000
Marcos Ant. Rodrigues	"	25.000
J. F. Abreu	"	25.000
Francis Manuel Teagueira	"	10.000
L. C. S. Luis de Carmo de Silva	"	25.000
Marcos Thomaz de Rodrigues	"	25.000
P. Goncalves Almeida	"	10.000
João S. Oliveira Torres	"	10.000
João Reis Barros	"	10.000
Joaquim Martins Jr	"	10.000
Albino de Espozende	"	10.000
Francis Rodrigues Coimbra	"	10.000
Antonio da Silva	"	5.000
Julio da Silva	"	5.000
J. Brandão	Completos 13	10.000
Município		10.000
Barão de Espozende		25.000
Mt. Machado Coelho		15.000
		5.000
		5.000

PAGO

265.000

15.000

5.000

5.000



2.5 — Nos Bombeiros — Em Outubro de 1815, Francisco Gonçalves Neto, organizou uma subscrição em Porto Alegre, que rendeu 212 mil reis, tendo para aquela contribuído alguns estranhos a Esposende, ali emigrados. Noticiava-se, ainda, que aos Bombeiros iria ser entregue um carro porta cabos...

Refira-se também o nome de António de Almeida Paschoal (sic). Trata-se de um cidadão brasileiro, nascido em 24 de Agosto de 1869 no Rio de Janeiro. Amigo de emigrantes esposendenses, vendo regressados à terra natal muitos dos seus companheiros de tertúlia, de entre os quais se conta Valentim Ribeiro, não aguenta a solidão em que ficara, decide, por sua vez, retomar as amizades feitas em solo pátrio rumando a Portugal. Embora com residência em Lisboa, instala-se em Esposende, onde casa com D. Valentina de Barros Lima. Por aqui distribui a sua generosidade. É Presidente da Câmara de Esposende de 1905 a 1908 e, por deliberação municipal de Março de 1927, "... a Rua de S. João passou a denominar-se Avenida (?) António Pascoal. Em sinal de reconhecimento pelo avultado contributo brasileiro para o desenvolvimento de Esposende e segundo a mesma deliberação camarãria "a Rua José de Alpoim, que vai da Matriz ao Hospital, passou a chamar-se Avenida Brasil". Acrescentaremos, como opinião pessoal, que retirado aquele nome, bem justo e louvável seria restaurá-lo, ainda que designando outra artéria, perpetuando, dum modo genérico, toda a filantropia do cidadão esposendense emigrante no Brasil.

3 — EM FÃO, VILA DA OUTRA MARGEM DO CÁVADO

3.1 — No Ensino — Manuel Pinto de Amorim Campos — a ele se deve a construção da Escola que tem o seu nome, à margem da EN 13, em 1899.

3.2 — Na Saúde — De entre um inumerável rol de “brasileiros” que nos observam do alto das telas pintadas a óleo, majestáticos, no Hospital de Fão — Hospital Asilo S. João de Deus — destacamos Augusto José Teixeira, que foi comandante da Marinha Mercante, Manuel Pinheiro Borda, Artur Sobral, Joaquim Mariz e Avelino Pires Carneiro, todos comerciantes, e Maria Paraguassu, esta benemérita de nacionalidade brasileira, que foi casada com um português, herdeira de vasta fortuna. Junta-se a este elenco de beneméritos o nome de Francisco de Campos Morais, que na cidade de Rio Grande do Sul, criou a casa Campos Morais & C^a.

3.3 — No Desporto — Artur Sobral intervém decisivamente no actual Campo de Jogos do clube local.

3.4 — Na Assistência Social — Joaquim Maria criou a cantina da Escola Amorim Campos; Estanislau Soares funda a cresce D. Pedro V.

3.5 — No Património Arquitectónico e Urbanístico — António Veiga da Silva, comerciante do Rio de Janeiro, promove a abertura da estrada até à praia de banhos e, em 1984, e encanamento das águas para abastecer a população. Pinto de Campos, que foi comandante da Marinha Mercante, constroi a sua residência no conhecido Largo do Cortinhal; o já citado



Francisco de Campos Moraes faz implantar o seu “palacete” no topo Sul da Alameda do Bom Jesus, recriando um ambiente típico do Brasil.

3.6 — Nos Bombeiros — Irmãos Pires Carneiro e Artur Sobral, todos com negócios existentes no Rio de Janeiro.

Sobre alguns destes beneméritos, transcrevemos do jornal “O Novo Figueiro” na Secção “O Perfil de Hoje”, de Armando Saraiva:

Em 10/Fev./1985 — “Artur Sobral voltou ao Brasil mas no seu cérebro levava um vasto programa de melhoramentos a realizar. Procurou os amigos, fagueiros também, mas porque a Fão não vinham, fazia muitos anos, não podiam avaliar as suas mais ingentes necessidades. Foi Artur Sobral quem os pôs ao corrente delas e — digamos assim — lhes lembrou que a sua terra também era deles. E então surgiu o triunvirato realizador constituído por Joaquim Mariz, Pires Carneiro e ele próprio Artur Sobral. E então surgiram as realizações (sala de operações, gabinete dentário, consultório e banco, cantina, águas, casas para pescadores e outros melhoramentos menos espectaculares mas nem por isso menos úteis (iluminação da Alameda do Bom Jesus, Avenida Manuel Pais e Cortinhal) material para os Bombeiros, mobiliário para o Clube, etc., para os quais a sua bolsa está sempre aberta.” Em 10.04.1988 — “... O Avelino (Pires Carneiro) subiu a pulso as escadas da vida. No começo foi marçano e mais tarde empregou-se na *Macedo, Portas & C*” onde cedo se guindou ao lugar de sócio... Não esqueceu nunca a terra que o viu nascer nem as suas instituições... De resto foi um grande benemérito — houve quem lhe chamasse Gulbenkian de Fão, que visitava com frequência... Da época de cinquenta conseguimos uma listagem parcial das suas benesses: seis contos para o arranjo da sala dos Bombeiros; cinco para a Cantina Escolar Joaquim Mariz; dez para a Irmandade do Bom Jesus; 6.700\$00 para debelar uma crise no Clube dos Grulhas; dez para o Clube Fãozense; cinco para o túmulo do Sr. Prior Nogueira; setenta ao Hospital para uma sala de operação em memória de sua mãe.”

4 — EM FONTEBOA

— Transcrevo do Livro de Actas da Freguesia de Fonteboa, referente ao dia 30 de Janeiro de 1988 (ortografia actualizada):

“... O presidente tendo aberto a sessão apresentou os documentos precisos e legais para arrecadação dos legados deixados a esta freguesia pelo benemérito Joaquim Fernandes Pereira, falecido no Rio de Janeiro, e disse que era necessário levá-los à gerência do Banco do Minho, para este, por meio dos seus agentes naquela cidade arrecadar estes legados deixados a esta freguesia por aquele benemérito nosso conterrâneo...”

Supõe-se que tais legados se destinariam a financiar a construção de uma Escola, embora tal intenção não se encontre explícita nesta ou nas outras

144
1743
O Regal João V do Brasil
e o Conselho Real de Portugal
Ordinaria

relata da Junta da Junta de Parochia, e da frequencia
de Fontebon, concelho do Esporçado, e sim de julho de
mil e oito centos e oitenta e oito, etc.

Nomeação definitiva do Professor da Escola
Fernandes Pereira

No primeiro dia de maio de julho de mil e oito centos
e oitenta e oito, etc. era christa, pelas dez horas da manhã
na sala frequencia de Fontebon, concelho do Esporçado e casa
das sessões da junta de parochia previamente annunciada
e a parte do dia, onde se reuniu a junta de parochia
da referida frequencia composta das seguintes seguintes:
Manoel Antonio de Sá, João Custodio, Manoel da Cruz,
João de Sá, Fontes, actuaes Presidentes, Vice Presidentes e
Regal da mesma junta, as quem estavam presentes e com
elles o Accusado Manoel do Grande e Branco, e sim de
decreto e cumprimento no todo e parte no artigo cento e
oito e tres do Codice de Municipalia, e se procedeu para
decreto de eleição de julho de mil e oito centos e oitenta
e oito.

Leida e assignada a carta da sessão anterior
o Presidente tendo lido a sessão elias: Senhores Regal
es, fulgo commoventes, qua esta corroboração, a que tambem
houvera de presidir, no meu despoitivamente na sessão
de hoje e legitimo professor proprietario da Escola de
Instrução Primaria elemental para o anno marcial da
legada a esta frequencia pelo nome de Fernandes Per-
nandes Pereira, nome contemporaneo fallando no Rec do
janeiro, e sim de tres de Fevereiro de mil e oito centos e oitenta

actas seguintes. No entanto, na acta de 1 de Julho de 1888, seis meses mais tarde, portanto, encontra-se exarada a proposta de nomeação definitiva do professor da Escola Fernandes Pereira: Volto a transcrever (ortografia actualizada):

“... O presidente tendo aberto a sessão disse: Senhores Vogais! Julgo conveniente que esta corporação... nomeie definitivamente na sessão de hoje e legítimo professor proprietário da Escola de Instituição Primária elementar para o sexo masculino, legada a esta freguesia pelo benemérito Joaquim Fernandes Pereira, nosso conterrâneo falecido no Rio de Janeiro a vinte e três de Fevereiro de mil oitocentos e oitenta e três, ficando a Escola com a cognominação de Fernandes Pereira, de nome do legatário...”

5 — EM FORJÃES

5.1 — No Ensino — António Rodrigues Faria. A ele se deve a construção da Escola Primária da Vila de Forjães, inaugurada em 1935.

Ainda muito novo emigrou para o Brasil, onde granjeou considerável riqueza. Regressado à sua terra natal, em 1807, exerceu uma influência notável na vida sócio-económica da freguesia, conseguindo amizades fortes entre prestigiadas figuras da governação nacional da época.

A Escola, que tem o seu nome, é um admirável edifício de 2 pisos construído em pedra. No rés-do-chão encontram-se duas salas de aula, um



salão de festas e aquilo a que se poderia chamar "sala de alunos", onde estes se poderiam abrigar em dias de chuva. No primeiro piso há quatro salas de aula, uma sala de visitas e anexos. A construção implanta-se em terreno amplo, murado, constituindo belíssimo logradouro para descontração dos alunos. Há quem sugira ser autor do traço o architecto Ventura Terra, que, por Esposende e não só, deixou indeléveis marcas do seu talento. António Rodrigues Faria não se quedou apenas pelo exterior. Fez revestir as salas de grandes painéis azulejados, entregando a confecção destes ao insigne artista Jorge Golaço. Representam tais painéis cenas relevantes da História de Portugal. Como as salas de aula necessitam de suporte pedagógico, dotou-as de material didáctico necessário. A Escola Rodrigues Faria é, talvez, o mais acabado exemplo da influência exercida pelos emigrantes no Brasil na sua terra natal. António Rodrigues Faria nasceu em 1871 e morreu em 1946. Tem o seu nome perpetuado na toponímia de Esposende e Forjães.

5.2 — Na Saúde — Voltamos a ter de salientar Rodrigues Faria. No final da guerra 1914/1918, veio a pneumónica, insidiosa epidemia que muita gente vitimou. Em casa de sua propriedade, mandou instalar um posto de socorros, devidamente apetrechado, que tinha a visita diária de um médico a quem o benemérito pagava.

D. Margarida de Queirós — cidadã brasileira, esposa do benemérito Marcelino de Queirós, a quem se deve a instalação da Maternidade de Forjães, modelar instituição de saúde, onde acorrem parturientes das mais diversas regiões. Fundou, ainda, o Lar de Santo António, para idosos. Lembra-se a sua acção benemérita na toponímia da Vila Forjanense.

5.3 — No desporto — Horácio de Queirós, irmão de Marcelino de Queirós. Viveu em S. Paulo, onde foi industrial. Contribuiu para a construção do actual parque de jogos da Vila de Fojães, que, por isso, tem o seu nome. Uma das ruas daquela progressiva localidade também o recorda.

5.4 — Na Assistência Social — Marcelino Ribeiro de Queirós. Emigrou, para o Rio em 1911. Instala a cantina da Escola de Forjães, depois de ter conhecimento que, na Escola Rodrigues Faria, aos alunos necessitados, se distribuía diariamente uma sopa. Esta informação fora prestada por José Faria de Sá, que, no Brasil, abrira uma subscrição a favor da "sopa de Forjães". Marcelino de Queirós escreveu ao seu procurador para lhe dar ordem de sustentar as despesas. Este benemérito faleceu em 1961.

5.5 — No Património Architectónico e Urbanismo — Uma vez mais Rodrigues de Faria. De entre os bens que adquire na freguesia e procurando dar trabalho a todos, como meio de combater a pobreza, conta-se a Quinta de Curvos que transforma a embeleza de modo considerado ímpar. Para esta propriedade vinham trabalhar pessoas das localidades vizinhas, nomeadamente dos concelhos de Barcelos, (Aldreu, Neves, etc.) e Viana do Castelo. É este benemérito, ainda, que abre a primeira grande via que liga Forjães a S. Paio de Antas, na extensão de 3 kms., por conseguinte, unindo

aquela vila à estrada nacional 13, a ligação da estrada nacional ao Souto de S. Roque e outra que liga à Quinta de Pregais.

5.6 — Igrejas — A igreja paroquial também recebe remodelações custeadas por R. de Faria. Aliás, no que se refere aos bens da igreja, o papel deste benemérito foi determinante, uma vez que só ele, iniciada uma subscrição pública, ofertou a verba necessária, em remate de leilão efectuado em Lisboa, à aquisição da residência paroquial e respectivo passal, entretanto confiscados pelo Governo da Primeira República.

Já quase a terminar este trabalho, que teve o apoio com diapositivos de propriedade do Dr. Penteado Neiva, senti algum peso de consciência... É que não fica, de certeza, esgotado o extensíssimo elenco de cidadãos portugueses, que, por esta ou aquela razão, algum dia regressados do Brasil, após um feliz sucesso nos seus negócios, em Esposende e seu concelho deixaram sinais abundantíssimos e importantes da sua generosidade. Há mesmo aqueles, que tendo permanecido em terras brasileiras, não desistiram de cultivar acrisolado amor pátrio e, sempre que lhes é solicitado, para obras de benemerência, restauros de edifícios de carácter religioso, festas etc., não deixam de contribuir, de acordo com as suas possibilidades. Recordamos aqui os nossos mais proeminentes, quiçá os mais conhecidos, com nascimento em fins do século XIX. Outros haverá, provavelmente, ou escondidos em respeitável anonimato ou referidos em documentos que constituem riquíssimo espólio de esposendenses. É necessário e urgente providenciar para que de tudo se tenha conhecimento, abrindo à luz do dia todo o manancial de informações sobre a população de Esposende de antanho! Mesmo para que se complete este desprezioso trabalho e para exaltação devida a todos aqueles que, algum dia, depois de Pedro Álvares Cabral, do Brasil, engrandeceram Esposende continuando Portugal!

BIBLIOGRAFIA:

- Grande Enciclopédia Portuguesa-Brasileira
- Vida Alheia — Crimes de um Usurário, Manuel de Boaventura
- Os Estaleiros Navais de Esposende e Fão nos Séculos XIX e XX, de Bernardino Amândio (Esposende, 1989)
- Album Contemporâneo — Biografia do Barão de Maracanã
- Revista "O Tripeiro" — VI SÉRIE, Ano VIII, nº 2 (Fevereiro 1968)
- Jornal "O Novo Fangueiro", secção "O Perfil de Hoje", por Armando Saraiva, (Edições de 10-02-1985, 10-04-1988 e 10-07-1990)
- Jornal "O Forjanense", secção "Património Cultural", de Carlos Alberto Brochado de Almeida (Edição de Fevereiro, Ano VI, 2ª Série, nº 41)
- Jornal "O Comércio do Porto", secção "Regiões", de José Campinho (Edição de 12-04-1991)
- Boletim Cultural de Esposende, nº 7-8, de Dezembro de 1985
- Galeria de Figuras Ilustres, Penteado Neiva (no prelo)
- Os Bombeiros de Esposende e Fão, Penteado Neiva (no prelo)

Pela contribuição prestada, o reconhecimento aos Ex.mos Senhores:

- Dr. Manuel Sobral Torres
 - Dr. Manuel Maria Martins da Silva Costa
 - Dr. Joaquim Alberto de Barros Peixoto
 - Dr. Basílio Torres Lima da Silva
 - Prof. Mário Vilaverde
 - Sérgio Fernandes Grilo
 - Eng^o Manuel Meira Pereira de Barros
- e, pelo especial contributo do Dr. M. A. Penteado Neiva, a gratidão d'

Agostinho Teixeira

BARQUEIROS NO CONCELHO DE ESPOSENDE

António Veiga

BARQUEIROS, FREGUESIA ANEXA A FONTE BOA

Aquando das reformas judiciais e administrativas da década de 1830-40, ditadas após a chegada dos liberais ao poder, Barqueiros era uma freguesia anexa a Fonte Boa havia alguns séculos. Tanto uma como outra pertenciam ao concelho de Barcelos. Com a divisão administrativa de 1836, ambas as freguesias, com um passado comum, foram integradas no concelho de Esposende. Pouco tempo depois Barqueiros regressa a Barcelos.

Por que surge a freguesia de Barqueiros anexada a Fonte Boa?

De meados do século XIV a meados do século XV, o país e especialmente esta região sofreu o efeito de pestes periódicas que originaram uma diminuição do número de paroquianos e também de clérigos. Assim, estes últimos, tendo por onde escolher, recusavam-se a paroquiar comunidades de fracos recursos, acessos difíceis ou despovoadas. Por estes motivos, eram frequentes as vacaturas de que resultavam muitas anexações.

Barqueiros certamente também foi afectada. Com efeito, nos princípios do séc. XV, esta paróquia estava vaga havia algum tempo. Isto acontecia em 1439. Perante esta situação passou, por decisão do Arcebispo de Braga, a ser paroquiada pelo Abade de Fonte Boa (Fonte Má nessa época)¹.

Note-se que Barqueiros era uma freguesia pobre e pouco habitada desde sempre. Já no séc. XI, Barqueiros e Alapela eram freguesias que menor tributo pagavam à Sé de Braga, comparando com as vizinhas². Em 1258 era uma minúscula paróquia, atendendo que o actual lugar de Lagoa Negra formava uma povoação autónoma, ocupando a maior parte da área da actual freguesia. Também este lugar não era muito povoado. Segundo as *Inquirições* tinha cerca

de 15 casais novos. Sugeria-se, por esse motivo, que aí se poderia erguer uma igreja para certamente formar uma paróquia, o que nunca chegou a acontecer, acabando mais tarde como lugar de Barqueiros. Apesar dum esforço colonizador no reinado de D. Afonso IV³, Lagoa Negra passou para o domínio do Duque de Bragança, provavelmente no início do séc. XV.

No início do séc. XVI, Barqueiros surge anexada de facto a Fonte Boa, tal como a Lapela (actual lugar desta última freguesia). Aquela anexação ter-se-ia dado na década de 1520, mais provavelmente entre 1520 e 1528⁴.

* * *

Como paróquia anexada, os Abades de Fonte Boa eram padroeiros de Barqueiros. Como tal nomeavam o seu pároco (vigário), recebiam os dízimos e premícias dos paroquianos de ambas as freguesias.

Quanto aos dízimos, nos finais do séc. XVIII rendiam em Barqueiros 330.000 réis, sem os lugares meeiros do Monte de Bassar do Couto de Apúlia (Talhos, Cerqueiras e Bassar). Em Fonte Boa rendiam 1.800.000 réis⁵.

Quanto às premícias, os moradores de Barqueiros que fossem casados e tivessem carro, bois e eira pagavam a premícia inteira, ou seja: uma rasa de trigo, uma de centeio e três de milho. Os viúvos e solteiros nas mesmas circunstâncias pagavam metade. Os que não tivessem bois ou carro pagavam a "quarentena" (1/40) dos anteriores. Os meeiros do Monte de Bassar pagavam metade. A outra metade pagavam-na a Cristelo⁶, visto pertencerem um ano a uma freguesia e outro ano a outra.

Destes rendimentos, os abades de Fonte Boa destinavam uma parte a Barqueiros. Com efeito, tinham por obrigação, quanto a esta paróquia, reparar a residência e capela-mor da igreja, fornecer ornamentos, vasos sagrados, cera, vinho e hóstias. Além disso, pagavam a cõngrua ao vigário⁷. Esta, em 1775, cifrava-se em 11.200 réis⁸.

* * *

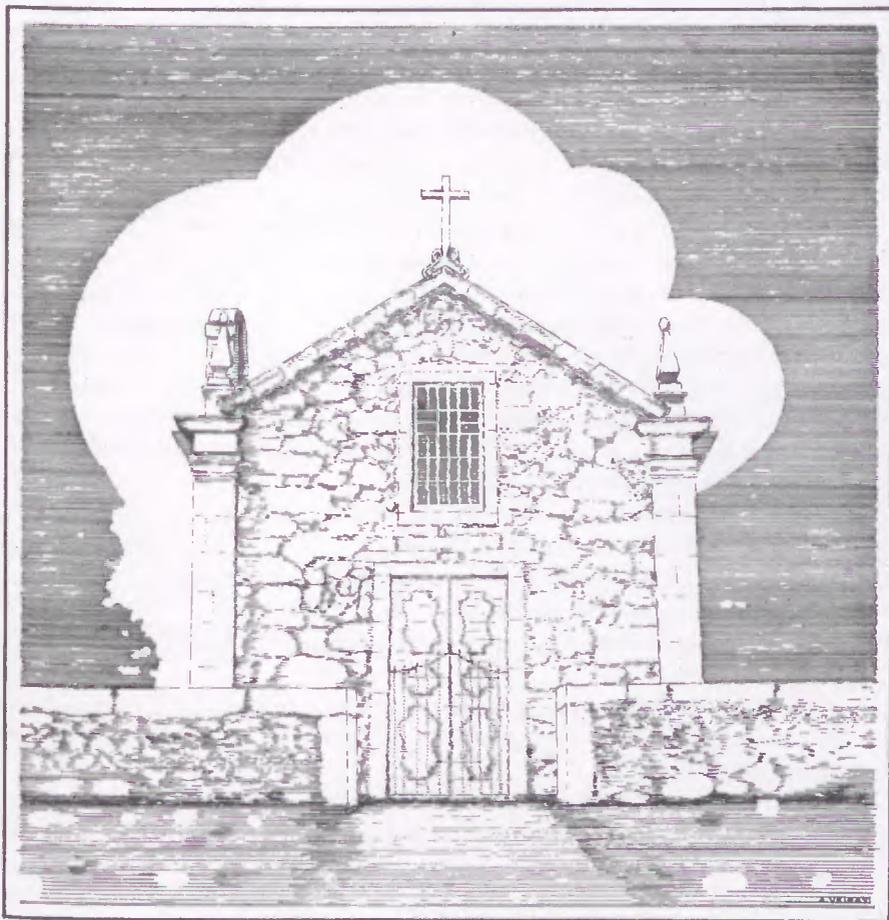
Se todos os abades cumpriram estas obrigações é difícil de saber. Contudo, a acção de alguns foi exemplar, merecendo ser recordada.

O Reverendo Dr. Afonso de Meira Carrilho, Abade de Fonte Boa de 1690 a 1714⁹, foi o que deixou obra em Barqueiros de maior relevo: construção da antiga Igreja Paroquial e fundação da Confraria do Santíssimo Sacramento.

Recorde-se que a primitiva Igreja de Barqueiros se situava na colina hoje denominada Monte do Adro Velho, a nascente do actual lugar de Igreja ou Barqueiros. Aí há indícios de ter existido um povoado de época romana, do tempo em que um esteiro do Rio Cávado aí chegaria. O topónimo *Barqueiros* adviria da actividade aí existente, relacionada com a vida fluvial. Com o assoreamento do Rio Cávado, esse braço de rio deixou de ser

navegável, acabando por desaparecer. O povoado, progressivamente, extinguiu-se.

No início do séc. XVIII, na referida colina já só existia a Igreja. Pequena, isolada, arruinada, necessitando de capela-mor, sujeita a roubos frequentes, um Visitador ordenou em 1720 a transferência deste templo mais para poente, para junto das casas do lugar. Mas os moradores recusaram-se a cumprir tal ordem, alegando serem poucos e pobres.



*Frontaria da antiga Igreja Paroquial de Barqueiros,
construída à custa do Rev. Dr. Afonso Meira Carrilho, em 1720-21.*

Foi Matriz daquela freguesia até 1931, altura em que passou para o Santuário de Nossa Senhora das Necessidades.

Nesse mesmo ano — Julho de 1720 — Afonso de Meira Carrilho, já reservatário das duas paróquias, comprometeu-se *por sua conta, sem que os*

fregueses para esta concorram com alguma despesa, a construí-la no sítio chamado do Calvário.

A 2 de Agosto de 1720, o Arcebispo de Braga, D. Rodrigo de Moura Teles, autorizou a demolição da igreja velha e o começo da nova. A construção foi rápida. A 26 de Setembro de 1721, estando rebocada, caiada por dentro, telhada e com sacristia, o Arcebispo deu autorização para a benzer. Contudo, ainda não estava forrada; tinha as portas e os retábulos da velha, demolida para aproveitamento dos seus materiais¹⁰.

Não ficou por aqui a acção benemérita desse Abade. A Igreja precisava de Sacrário e de quem o zelasse. De imediato tratou de formar ou reformar¹¹ a Confraria do Santíssimo Sacramento ao longo do ano de 1727, sendo os seus estatutos aprovados, por Provisão do Arc. D. Rodrigo de Moura Teles, em 6 de Novembro. Porém, a autorização para a instalação do Sacrário já tinha sido dada em 8 de Maio desse ano.

Além do Sacrário, o generoso Abade, em 5 de Fevereiro de 1727, também ofereceu à paróquia o *retábulo, custódia de prata, castiçais, turíbulo de prata, naveta de prata, casula, dalmáticas, pália de damasco com varas pintadas, duzentos mil réis para renderem para o azeite e trinta e três medidas e meia de trigo anuais para os mais gastos da confraria.*

Na data desta doação fez em Braga, na sua residência no Campo de S. Tiago, um contrato escrito com os moradores de Barqueiros. Estes, em troca, comprometeram-se a cumprir uma série de intenções pias pela sua alma e dos seus familiares, assim especificadas:

- 1 missa cantada no Altar do Santíssimo Sacramento nos terceiros domingos de cada mês ou noutra à escolha;
- 3 missas no Natal no altar privilegiado de S.^{to} António;
- 1 missa por ano no dia de fiéis;
- 1 missa aos sábados no altar de N. Senhora do Rosário¹².

Outros beneméritos são de destacar nos fins do séc. XVIII e princípios do XIX: o Cónego José Joaquim Azevedo Ferreira e D. Inácio de Jesus Maria Azevedo Ferreira¹³.

O primeiro deixou duas acções da pombalina Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro: uma a Fonte Boa e outra a Barqueiros. Metade dos seus rendimentos seria para os pobres e a outra metade para a veneração do Santíssimo Sacramento das respectivas freguesias¹⁴. O segundo, antes de falecer, doou 250.000 réis a Barqueiros com as mesmas cláusulas que A. Meira Carrilho impôs quando doou 350.000 réis a Fonte Boa nos anos de 1729 e 1731. Esta doação só foi entregue em 10 de Maio de 1812, pelo seu afilhado e sucessor Jerónimo José da Costa Rebelo (mais tarde Bispo do Porto), à Confraria do Subsino. Esse donativo era para ser posto a juros e, do seu rendimento, pagar-se a *cera da Confraria do Subsino e em segundo lugar os mais gastos da mesma confraria*¹⁵.

Teoricamente, a freguesia de Barqueiros foi desanexada de Fonte Boa em consequência da extinção dos padroados, pelo Decreto de 5 de Agosto de 1833. Mas na prática continuou anexada até 1842. Com efeito, em 1834, o pároco de Barqueiros (tal como o da paróquia vizinha de Rio Tinto) foi perseguido e suspenso por colaborar com os miguelistas¹⁶, aquando das lutas liberais. Deste modo, passou a ser paroquiada novamente pelo Abade de Fonte Boa.

Em 1842, os moradores de Barqueiros, comprometendo-se a sustentar um pároco com uma cõngrua superior a 100.000 réis, pediram a desanexação de facto, obtendo-a por sentença do Provisor do Arcebispado de Braga¹⁷.

INTEGRAÇÃO NO CONCELHO DE ESPOSENDE

O Decreto que estabelecia a divisão administrativa do reino foi assinado por D. Maria II em 6 de Novembro de 1836 e publicado no *Diário do Governo* (nº 283) de 29 do mesmo mês. Essa divisão foi elaborada a partir dos pareceres de uma comissão, criada para o efeito em Setembro de 1835.

No que diz respeito a Esposende, este concelho, constituído até essa data pelas freguesias de Curvos, Gemeses, Palmeira, Esposende, Mar, Vila Chã, Gandra e Marinhas, alargou-se ao receber do concelho de Barcelos as freguesias de Antas, Rio Tinto, Belinho, Banho, Fão, Barqueiros, Fonte Boa, Vila Cova, Forjães e Perelhal.

Com a extinção do Couto de Apúlia recebia também esta freguesia, ficando com um total de 19.

Perante este acréscimo de freguesias, a Câmara de Esposende teve de reorganizar a sua administração. Assim, em 18 de Abril de 1837, este Câmara pede à sua congénere de Barcelos *os rois de todos os foreiros dessa Câmara pertencentes às freguesias que foram deste último. Este pedido volta a ser reformulado em 23 de Janeiro de 1838, precisando que esta câmara de Esposende não pode dar um passo sobre semelhante objecto sem que lhe seja satisfeita esta exigência. Outrossim roga a mesma Câmara a V. S^a lhe remetam uma cópia das posturas pertencentes a essa municipalidade e que são particulares ou comuns às ditas freguesias para que esta Câmara possa fazer que se executem e façam também a comodidade dos moradores das mesmas freguesias*¹⁸.

* * *

Em Barqueiros são escassas as referências à administração de Esposende. As que existem são mais evidentes nas *Contas da Junta de Paróquia* (nº 1 — 1811 a 1838) e nas *Contas da Confraria do Santíssimo Sacramento* (nº 1 — 1789 a 1844). Nos livros de actas destas instituições nada consta.

Analisando as contas da Junta de Paróquia constata-se que as mesmas nos anos de:

— 1835: foram vistas na Câmara de Barcelos, em 27 de Fevereiro de 1836, apresentadas pelos oficiais da Confraria do Subsino. Contêm uma referência a uma despesa de 720 réis *com o Sr. Dr. Provedor do livro de contas.*

— 1836: foram vistas pelo Administrador do Concelho de Esposende, em 22 de Julho de 1837, apresentadas também pelos oficiais da Confraria do Subsino. Apresentam também uma parcela de 765 réis dispendidos *com o Sr. Provedor em prover as contas do livro.*

— 1834, 35 e 36: foram apresentadas em Esposende, em 30 de Janeiro de 1838, dando cumprimento ao Decreto de 21 de Outubro de 1836. Apresentam no fim uma ordem ao Administrador: *foram intimados os oficiais desta confraria do Subsino para nada dispendirem sem ordem do Ex.^{mo} Admin. Geral do Distrito.*

— 1837: foram vistas pelo Regedor de Barqueiros, em 6 de Maio de 1838. Apresentam também uma referência a 720 réis, gastos nos vistos das contas dos três anos anteriores.

— 1838: foram vistas pela Junta de Paróquia em 23 de Janeiro de 1839. Apresentam, tal como as anteriores, um gasto de 720 réis para a prova das contas de 1837.

O *Livro das Contas da Junta de Paróquia* acaba com as contas referentes ao ano de 1838, deixando três folhas em branco. Curiosamente, as contas dos anos de 1837 e 1838 foram repetidas em novo livro, mas mais completas e pormenorizadas. É assim que se percebe que as parcelas de 720 réis gastas para “dar contas” ou para a “prova” das mesmas se referem a uma taxa cobrada pelo Administrador do Concelho de Esposende ao verificá-las. Estes vistos e estas taxas originaram mais tarde confusões com a Câmara de Barcelos.

Esta Câmara, em 1841, ao verificar as contas dos anos anteriores detectou irregularidades. Em sessão de 22 de Dezembro desse ano recusou dar o visto às mesmas, dando um prazo de um mês para as regularizar. Os principais pontos de discórdia diziam respeito a irregularidades na contratação do secretário da Junta, falta de documentação comprovativa de despesas e desproporção nos gastos com a cera em 1837 e ainda às *verbas que se diziam dispendidas com a administração do Concelho de Esposende para tomar as contas porque além de não ser presente recibo não encontram lei que autorize tais emolumentos nem tabela que os marque.*

A Junta de Paróquia justificou-se em sessão de 20 de Janeiro de 1842. Comprovou que a situação do secretário estava legal. Quanto à desproporção dos gastos com a cera do ano de 1836 aquela advinha do facto *de haver nesse ano os meeiros* (lugares de Talhos, Cerqueiras e Bassar) *que andam por parte de 100 fogos e também procede de haver nesse ano mais enfermidades e falecimentos.* No que se refere às verbas dispendidas com a Administração de Esposende, pediu recibo, *mas não o quiseram passar. Esta despesa é na verdade certa, ainda que não se duvide ser indevidamente exigida*¹⁹.

Também nas *Contas da Confraria do Santíssimo Sacramento* está testemunhada a passagem da freguesia de Barqueiros pela Administração de Esposende. Assim, as contas dos anos de:

1835 — foram vistas pelo “ex vigário M.^{el} Fernandes”, em Fonte Boa, em 21 de Fevereiro de 1836 e aprovadas em Barcelos a 25 do mesmo mês.

1836 — foram encerradas em 15 de Dezembro de 1836, vistas pelo pároco António R. P. Abreu, em Junho de 1837 e aprovadas por José Roiz Viana, Administrador do concelho de Esposende, em 31 de Julho de 1837.

1837 — foram vistas juntamente com as de 1835 e 1836 pelo mesmo Administrador, em 30 de Janeiro de 1838, em cumprimento do Decreto de 21 de Outubro de 1836. Para a sua aprovação cobrou o Administrador 1440 réis.

1838 — foram vistas pelo Regedor de Barqueiros.

* * *

Outro campo onde a intervenção da Câmara de Esposende se fez sentir foi na fixação da cômrua do pároco de Barqueiros.

Até 1832, os rendimentos dos párocos provinham dos impostos cobrados sobre colheitas, animais e rendimentos — dízimos e premícias. Nesse ano, por Decreto de 30 de Julho, os dízimos foram abolidos. A partir daí, “passaria a competir ao Tesouro Público pagar aos eclesiásticos, tanto regulares como seculares, uma cômrua equivalente ao rendimento que anteriormente cada um auferia dos dízimos”²⁰. Contudo, em 1836, o encargo com as cômruas voltou novamente para os paroquianos, cuja cifra era fixada por um organismo próprio e concelhio, neste caso a Câmara Municipal.

Assim, a 22 de Fevereiro de 1838, foi fixada para o pároco de Barqueiros uma cômrua no montante de 84.120 réis. Nesse mês, esta paróquia estava prestes a sair do concelho de Esposende, razão pela qual foi também fixada pela Câmara de Barcelos uma cômrua de 140.000 réis.

Também quase a sair para Barcelos estavam as freguesias de Banho, Vila Cova e Perelhal. Compare-se, então, a diferença de verbas fixadas pelas duas administrações:

Banho:	60.000 réis em Esposende	—	68.200 réis em Barcelos ²¹
Perelhal:	99.000 réis em Esposende	—	130.000 réis em Barcelos
Vila Vova:	250.000 réis em Esposende	—	230.000 réis em Barcelos
Barqueiros:	84.120 réis em Esposende	—	140.000 réis em Barcelos

Na sequência das reformas judiciais, a Câmara de Esposende, em Fevereiro de 1938, define os novos *distritos* de Juiz de Paz do concelho. Barqueiros, juntamanete com Fonte Boa e Rio Tinto, integrou o *distrito* de Fonte Boa.

Distritos de Juiz de Paz do concelho				Côngruas arbitradas aos Párocos	
Distritos	Freguesias	Nº de Fogos	Nº de Indivíduos	Nomes dos Párocos	Côngrua (réis)
Esposende	Esposende Gandra	320 53	742 292	Jº Veloso de Miranda Ferrª Matos Antº Ma... Ferrª Neves	80.000 81.700
Fão	Fão	366	1.600	Jº Frz Perª	158.880
Apúlia	Apúlia	256	1.223	J Franº de Stª Maria Cruz	280.000
Fonte Boa	Fonte Boa Barqueiros Rio Tinto	137 152 81	774 651 386	Jerónimo Jº da Costa Rabello Franº Antº Ramos António Alberto de Souza Mirdª	365.000 84.120 146.400
Perelhal	Perelhal Gemeses	119 123	424 696	Henrique Jº Cam... Franº Rebelo da Cunha	99.000 192.000
Vila Cova	Vila Cova Banho	230 25	885 117	Antº Jº Glz. Bento Marques Perª	250.000 60.000
Palmeira	Palmeira S. Cláudio Vila Chã	147 80 116	624 357 560	Domºs Glz Roza J. Joaqº da Fonseca Jº Antº de Sa	180.000 28.450 100.000
Forjães	Forjães S. Paio Antas Belinho	175 149 138	811 717 600	Domºs Braz de Almº Jº Filgueiras Antº Alves da Costa	61.200 62.000 90.000
Marinhas	Marinhas S. Bartolomeu	243 58	1.176 289	Franº Antº de Vºs Boas Franº Antº Cardozo	250.000 53.880

Adaptado dos quadros das fls. 54v e 55 de Arq. Municipal de Esposende
— Copiador dos Offícios, 1831 a 1839.

SAÍDA DO CONCELHO DE ESPOSENDE

Como atrás se viu, a integração de Barqueiros no concelho de Esposende parece ter passado indiferente naquela freguesia. A Junta de Paróquia não tomou posição nas suas sessões. E para todos os efeitos a paróquia continuava unida a Fonte Boa. Apenas aparecem nas contas da Junta enigmáticas parcelas de despesas com idas a Braga tratar de assuntos relativos à freguesia.

Mas o Decreto que estabelecia a Divisão Administrativa (29 de Novembro de 1836), no seu artigo 4º dava possibilidade a que as povoações que se julgassem indevidamente colocadas remetessem as suas queixas ao "Administrador Geral, o qual, ouvido o Conselho do Distrito as dirigirá com o seu parecer à Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, para que o Governo possa prover como for de justiça"²².

Desconhecem-se as reacções por parte de Barcelos para puxar novamente Barqueiros para o seu concelho. O certo é que a Administração de Esposende fez todos os esforços para manter Barqueiros sob a sua influência.

De facto, em 30 de Janeiro de 1838, a Câmara de Esposende tomou conhecimento de que as “Cortes Gerais Constituintes” preparavam a desanexação de Barqueiros, Banho, Vila Cova e Perelhal. De imediato, enviou às citadas cortes um enérgico protesto:

Senhores Deputados

À Câmara da Vila de Esposende como representante dos povos a que preside já foram presentes algumas representações de freguesias inclusive Vila Cova e Perelhal proclamando contra um parecer do soberano Congresso pelo qual quatro freguesias Vila Cova — Perelhal — Banho — Barqueiros são desanexadas do Concelho de Esposende para de novo se unirem ao concelho de Barcelos. Semelhante desanexação, senhores, que na realidade foi uma verdadeira surpresa para a grande maioria deste Concelho, produziu em todos os ânimos uma bem dolorosa sensação (...) pois que para uma saudável experiência já ninguém há que ignore quão feliz têm sido aqui os resultados da nova Divisão Judiciária e Administrativa.

E quem melhor que os mesmos povos pode avaliar com exactidão dos seus cómodos e interesses. E que maior argumento em favor dessa nova divisão tão judiciosamente organizada a que a geral aprovação de todos os moradores deste julgado e o sentimento de que hoje se acham dominados em vista desse tão estranho parecer exarado no Diário do Governo, n° 19.

O Concelho de Esposende compreendia 19 freguesias com 2.914 fogos e de tal modo colocadas estas freguesias a um raio de légua em redor da capital do Julgado que com a quarta parte da despesa e do tempo concluíam os povos os seus negócios não só pela maior proximidade mas pela prontidão e facilidade com que todos os empregados públicos ultimavam suas pendências.

É certo, nem a Câmara de Esposende o ignora, que o parecer do soberano Congresso não deixou de ser variado sobre representações de povos cabalmente iludidos mas não é também menos certo que são hoje estes mesmos povos quem vêm perante esta Câmara reclamar assinaturas extorquidas à sua fé e por homens todos ambiciosos e que não sendo deste concelho não recearam sacrificar os interesses públicos afins e interesses particulares²³.

A concluir, a Câmara comprometeu-se a enviar um abaixo assinado de todo o concelho, na esperança de ser atendida nas suas justas reclamações.

Apesar deste vigoroso protesto, a lei das Cortes Gerais Extraordinárias e Constituintes, datada de 8 de Fevereiro de 1838 e publicada no Diário do Governo de 23 desse mesmo mês, retira ao concelho de Esposende as referidas freguesias, passando-as novamente para o de Barcelos.

Mas a Câmara de Esposende não se conformou.

Na sessão de 24 de Abril de 1838, a Câmara voltou novamente a protestar contra a desanexação, decidindo enviar uma representação à rainha D. Maria

II através do Administrador Geral do Distrito de Braga. No seu preâmbulo, a Câmara afirmava que *algumas Juntas de Paróquia das ditas freguesias foram as que se deixaram iludir pela Câmara de Barcelos e franqueando suas assinaturas às representações que lhes representou a mesma Câmara de Barcelos seduzindo os povos que não puderam entender o fim das mesmas pretensões e que agora sensíveis aos males que esperam querem evitar aquilo que receiam*²⁴.

Na exposição propriamente dita, a Câmara continuava a insistir que a lei que desanexou deste Julgado de Esposende as freguesias de Perelhal, Vila Cova, Banho e Barqueiros foi extorquida ao Congresso Constituinte em contraposição dos requerimentos que os moradores dela tinham feito entregar no mesmo congresso. Acrescentava ainda que a Câmara de Barcelos mais solícita na sua pretensão e menos zelosa dos interesses daqueles moradores pôde iludir o mesmo dito Congresso e com isso conseguiu a aprovação da referida lei. A concluir apelava à Rainha para que, usando dos seus poderes constitucionais, sustivesse a execução da lei até que pela nova legislatura se emende e atenda as representações acima declaradas e por meio das quais os moradores ditos de Perelhal, Vila Cova, Banho e Barqueiros não querem de modo algum ser desanexados deste concelho e Julgado de Esposende²⁵.

O abaixo assinado das freguesias deste concelho, bem como das quatro desanexadas, que a Câmara tinha prometido mandar ao "Congresso Constituinte" foi enviado em 20 de Julho de 1838. No ofício que o acompanhava, a Câmara ainda insistia nas quatro freguesias como fazendo parte do mesmo concelho de Esposende e, contudo, achavam-se novamente incorporadas no de Barcelos. Pedia, por isso, ao Procurador da Junta Geral do Distrito para, como *testemunha ocular da situação e expressão geral destes povos*, submeter a referida representação à consideração *desse respeitável e integérrimo Tribunal(?) para que sejam atendidos com a justiça devida*²⁶.

Barqueiros, conjuntamente com as outras três freguesias, permaneceu no concelho de Barcelos. Várias tentativas se fizeram para integrar novamente aquela freguesia no concelho de Esposende. Em 1867(?) chegou a estar prestes a integrar este último²⁷. Nos arquivos de Barqueiros nada consta.

Ainda em 1890, o Administrador do concelho de Esposende, pretendendo que este fosse elevado à categoria de comarca sugeria ao Governador Civil de Braga que para esse fim se anexassem as freguesias de Palme, Aldreu, Vila Cova — Banho, Cristelo e Barqueiros (do concelho de Barcelos) e de Estela (do concelho da Póvoa de Varzim). E de facto, em 1898, foi criada a comarca de 3ª classe, somente com as freguesias com que ficou depois da desanexação de 1838²⁸.

Belinho, Dezembro de 1991

NOTAS

¹ José Marques — *Subsídios para o estudo da Arquidiocese de Braga no séc. XV*, in “Bracara Augusta”, vol XXX (I tomo), nº 69, 1976, pág. 78.

² Avelino de Jesus Costa — *O Bispo D. Pedro e a organização da Diocese de Braga*, Coimbra, 1959, vol. II, pág. 4 a 10.

³ Eugénio de Andreia da Cunha e Freitas — *Alguns documentos para a História da Póvoa de Varzim e seu concelho*, in “Póvoa de Varzim — Boletim Cultural”, vol. XIV, 1975, nº 2, pág. 209. D. Afonso IV, em 1332, fez um aforamento de montes na Lagoa Negra a 3 famílias. Compreendia uma área cujo limite começava provavelmente junto da lagoa, seguindo para norte pela antiga estrada romana, depois pela estrada que ia em direcção aos marcos que separavam Contriz de Apúlia, virando (em local incerto) de novo em direcção à lagoa.

⁴ Em 1520 Barqueiros e Lapela eram freguesias independentes (Cf. Alberto Antunes de Abreu — *O Arquivo e as origens da Santa Casa da Misericórdia de Fão*, in “Boletim Cultural de Esposende”, nº 4, 1983, pág. 124). Em 1528, “Barqueiros S. jon [anexa] a Fonte.Má” (Cf. Avelino de Jesus Costa, *O Bispo D. Pedro e a organização da Diocese de Braga*, Coimbra, 1959, vol. II, pág. 6).

⁵ António Cruz — *Geografia e economia da Província do Minho nos fins do século XVIII*, Porto, 1970.

⁶ Arquivo Paroquial de Barqueiros (A.P.B.) — *Sentença cível de appellação passada a favor e requerimento dos Reos appellados Manoel António Gonçalves, mulher e outros contra o Autor o Padre João Manoel da Cunha na forma delle*, 1854, fl. 4.

⁷ *ibidem*, fl. 10v.

⁸ Franquelim Neiva Soares — *Freguesias do Concelho de Esposende no Inquérito da 1ª parte de Vermoin e Faria, de 1775, Divino Salvador de Fonte Boa*, in “Nascer de Novo”, Agosto de 1985.

⁹ Teotónio da Fonseca — *Esposende e o seu Concelho*, Esposende, 1936, pág. 36.

¹⁰ A.P.B. — *instituição da Confraria do Santíssimo Sacramento da Freguesia de Barqueiros*, 1727. Recorde-se que Barqueiros era uma freguesia pobre e pouco povoada. Foi certamente devido à importância que teve na antiguidade — no tempo dos barqueiros — que se manteve como paróquia independente até ser anexada. Só a partir de meados do séc. XVIII, com a construção do Santuário de N. Sª das Necessidades e consequente formação de um aglomerado populacional à sua sombra e também à volta das telheiras é que começou a ter alguma preponderância na região.

¹¹ *ibidem*. Nos Estatutos de 1727, da Confraria do S.S. de Barqueiros, fl. 5, lê-se: “Detriminamos e concordamos com o parecer do nosso Parocho fazermos estatutos para o bom governo e regimen da confradia do Santissimo Sacramento de novo instituida na dita Igr^a”.

¹² *Ibidem*. As 33,5 medidas de trigo provinham das rendas (foros) de 4 propriedades: 2 na Bouça da Quinta (Paredes-Apúlia); 1 na Bouça das Trancadas (Fonte Boa); 1 no Campo do Brigalho (Barqueiros).

¹³ Foi Cónego Regrante de Santo Agostinho, abade de Fonte Boa de 1779 até falecer em 1811 (Cf. M. A. Penteado Neiva — *Esposende — Breve Roteiro Histórico*, Esposende, 1987, pág. 77). Sucedeu-lhe o afilhado Jerónimo José da Costa Rebelo, que foi mais tarde Bispo do Porto (1840) (Cf. Fortunato de Almeida — *História da Igreja em Portugal*, Coimbra, 1924, vol. IV, pág. 297).

¹⁴ António Veiga — *Questão Judicial entre a Confraria do Santíssimo de Barqueiros e os Herdeiros do Bispo D. Jerónimo Rebelo (1912-16)*, in “Jornal de Barcelos”, 5 de Julho de 1990.

¹⁵ Existe na Arquivo da Junta de Freguesia de Barqueiros o documento de doação, avulso e sem título.

¹⁶ A.P.B. — *Sentença de Aggravo d'Instrumento, passada a favor e requerimento dos Aggravados Manoel José Prestar, mulher e outros da Freguezia de Barqueiros contra o Aggravante o Padre João Manoel da Cunha, Abade da Freguezia de Fonte-Bôa*. 1858, fls. 12 e 12v.

¹⁷ A.P.B. — *Sentença cível de appellação...*, fl. 14v. Apesar da desanexação efectuada em 1842, os Abades de Fonte Boa continuaram a receber as premícias em Barqueiros. 1851, alguns moradores recusaram-se a pagá-las, tendo o Abade de Fonte Boa recorrido ao poder judicial de que resultou uma “sentença cível de apelação” em 1854 e uma “sentença cível de agravo” em 1858, a favor dos moradores.

- ¹⁸ Arquivo Municipal de Esposende — *Copiador dos ofícios*, 1831-1839, fl. 51.
- ¹⁹ Arquivo da Junta de Freguesia de Barqueiros — *Contas da Junta de Paróquia de Barqueiros*, nº 2, 1837-1851, fl. 9v.
- ²⁰ *Dicionário da História de Portugal*, dirigido por Joel Serrão, Porto, 1985, vol. II, pág. 329.
- ²¹ José V. Capela — *Os rendimentos dos párocos do concelho e arceprelado de Barcelos nos fins do antigo regime e durante o séc. XIX*, in "Barcelos-Revista", 1984, vol. II, nº 1, quadro da pág. 85.
- ²² *Diário do Governo*, nº 283, de 29 de Novembro de 1836.
- ²³ Arquivo Municipal de Esposende — *Copiador dos ofícios*, fl. 52v e 53. De notar que um dos vereadores subscritores deste protesto é Francisco José Gonçalves Pimenta, homem de influência na freguesia de Barqueiros e lugar de Bassar, desde o tempo em que este lugar pertencia ao Couto de Apúlia. Com efeito, foi o último tabelião deste Couto com Nota naquele lugar.
- ²⁴ *Ibidem*, fl. 56v.
- ²⁵ *Ibidem*, fl. 57.
- ²⁶ *Ibidem*, fl. 60.
- ²⁷ Teotónio da Fonseca — *O Concelho de Barcelos Aquém e Além Cávado*, II, *Além Cávado*, Barcelos, 1948, pág. 56.
- ²⁸ M. A. Penteado Neiva — *Op. Cit.* pág. 37.

CURVOS

NOTAS PARA UMA MONOGRAFIA

Silvestre Matos da Costa

1 — INTRODUÇÃO

1.1 — A Freguesia

Curvos, uma das mais pequenas freguesias do concelho de Esposende, partilha os seus limites com as de Vila Chã e Palmeira e, do lado nascente, com a de Vila Cova, esta do concelho de Barcelos. Os seus lugares são os de Curvos (ou Igreja), Froços¹, Vila Nova² e Vilar.

Situada num Vale com abertura para o sul, protegida das areias do mar pelo monte do Faro e dispondo de abundantes nascentes e linhas de água, os seus terrenos de cultivo revelam uma elevada capacidade para a produção agrícola, que uma boa rede de estradas e caminhos interiores tem permitido desenvolver em termos modernos e mecanizados.

Tendo igualmente reduzida expressão demográfica, desempenhou uma função muito relevante no período histórico em que no castelo de Neiva se situavam os órgãos da Administração e da Justiça que cobriam a vasta região correspondente à grande maioria das actuais freguesias dos concelhos de Barcelos, Esposende e Viana do Castelo, situadas entre os rios Lima e Cávado.

1.2 — Estudos Sobre Curvos

São escassos os estudos conhecidos sobre esta freguesia e, mesmo assim, apresentando algumas inexactidões.

A primeira referência de índole monográfica será talvez a que consta na “Corografia Portuguesa”, do padre Carvalho da Costa (ano de 1706), em cuja página 269 do primeiro volume, para além do número de vizinhos, apenas mais se refere que é uma “Vigairaria do Thesoureiro mór de Barcellos, que rende ao todo cincoenta mil reis e, para o Thesoureiro cem mil reis”.

Em 1751 foi publicado o segundo volume do “Dicionário Geográfico” do padre Luís Cardoso, a partir dos resultados de inquéritos paroquiais realizados em 1721 e 1736, obra que terminou com este volume por ter sido destruída, com o terramoto de 1755, a quase totalidade da documentação que lhe servia de base. No que respeita à freguesia de Curvos nele consta, na primeira coluna da página 776, um texto de 26 linhas, cujo teor é o seguinte:

“CURVOS. Freguesia na Provincia de Entre Douro e Minho, Arcebispado de Braga, Comarca de Viana, quanto à Provedoria; e de Barcellos, quanto à Ouvidoria; de Braga, quanto ao Ecclesiastico, Termo da Villa de Espofende. He de Sua Magestade, supposto que ametade della fica dentro da demarcação do Reguengo da Serenissima Casa de Bragança, à qual paga muitos fóros annuaes: tem fetenta e tres vifinhos. Eftá fituada em valle, e a Igreja Paroquial, dedicada a S. Claudio, tem cinco Altares, o mayor, o de Christo crucificado, o de N. S. do Rosario, o do Santissimo, e o das Almas. O Paroco he Vigario, da apresentação do Thesoureiro mór da Collegiada de Barcellos, que com os frutos della tem de renda fetenta mil reis, entre porção, pé de Altar, e emolumentos da Igreja, certos, e incertos. Os frutos, que os moradores desta terra colhem em mayor abundancia, são, milho groffo, centeyo, e vinho.

A partir de então continuam a aparecer ligeiras referências a esta freguesia em obras de carácter enciclopédico, com destaque para a anexação da sua igreja ao Tesoureiro-mor da colegiada de Barcelos.

Em 1936, o barcelense Dr. Teotónio da Fonseca publicou em livro, sob o título “Esposende e o seu concelho”, um conjunto de pequenas monografias anteriormente divulgadas no semanário “O Espozendense”. A freguesia de Curvos vem estudada nas páginas 149 a 161, com informações de muito interesse, mas com uma ou outra análise menos rigorosa e algumas gralhas na transcrição de passagens colhidas nas Inquirições de 1220. As obras de natureza enciclopédica publicadas a partir de agora, no que respeita a Curvos, passam a basear-se nas informações deste livro.

Outro trabalho do mesmo género foi publicado em 1951 pelo Dr. Manuel Ayres Falcão Machado, com o título de “Esposende. Monografia do concelho”, mais resumido que o estudo do Dr. Teotónio da Fonseca e onde quase nada de novo se lhe acrescenta. A freguesia de Curvos vem referida nas páginas 41 e seguinte.

O rev. Dr. Franquelim Neiva Soares, além de outras referências avulsas, fez sobre esta freguesia dois ligeiros estudos a propósito dos inquéritos paroquiais de 1845 (Renascer/Nascer de Novo, n.º 7, de Janeiro de 1980) e de 1822 (id. n.º 48, de Dezembro de 1983), mais extenso o primeiro e em ambos se privilegiando, como se compreende, os assuntos de natureza religiosa.

Mais recentemente (Esposende, 1987), o Dr. Manuel Albino Penteadó Neiva publicou também um estudo monográfico sobre todas as freguesias do concelho, intitulado "Esposende. Breve roteiro histórico", com importantes informações em primeira mão, e no qual o texto sobre Curvos figura nas páginas 54 a 57.

1.3 — Objecto do Presente Trabalho

Havendo alguns aspectos da história desta freguesia ainda não abordados e, por outro lado, afigurando-se menos rigorosas algumas das explicações já conhecidas, apresentam-se agora mais umas notas sobre a matéria, na expectativa de que possam contribuir para o estudo da sua monografia.

1.4 — Fontes

Para além dos estudos referidos no ponto 1.2, o presente trabalho apoiar-se-á em diversos documentos inéditos e noutras fontes impressas, que se assinalarão em notas de fim de texto.

2 — PRÉ-HISTÓRIA DA FREGUESIA

2.1 — Âmbito

É corrente designar-se por pré-história de uma localidade o período anterior à data do primeiro documento escrito que sobre a mesma se conhece.

A freguesia de Curvos, ao contrário do que se verifica com muitas outras que lhe são vizinhas, não consta no documento conhecido por "Censal do Bispo D. Pedro", situado pelo rev. Dr. Avelino de Jesus Costa entre 1084 e 1091³, e por outros investigadores agora considerado umas décadas mais recente mas que é, em todo o caso, e para muitas localidades, o seu mais antigo ponto de referência.

Deste modo tratar-se-á, nos pontos seguintes, de aspectos da freguesia reportados a períodos anteriores ao ano de 1220.

2.2 — Primeiros Povos

Dentro dos limites da freguesia de Curvos não se conhecem vestígios arqueológicos que assinalem a existência de povoamentos com muita antiguidade. Sabe-se que foi descoberto, há anos, no sítio da Padaria, uma sepultura com tampa de ardósia em cujo interior se encontrava um púcaro, mas poderá tratar-se dum caso isolado, e o desencaminhamento da peça de

cerâmica, que se conhece ser de pasta fina e cor cinzenta, torna de algum modo difícil da identificação da época a que respeitará a sepultura.

Vestígios arqueológicos de épocas muito anteriores ao início da era cristã, como sejam os monumentos megalíticos, conhecidos em Palmeira, Vila Chã e outras freguesias próximas, e a existência de vários castros em montes vizinhos, como sejam os de S. Lourenço e S. Mamede, levam a admitir que a freguesia de Curvos conheceu também a ocupação humana desde tempos muito recuados.

Reportada ao séc. I da nossa era, ou antes, conhece-se uma "villa" romana em Vila Cova, e é de presumir que o lugar de Vilar, em Curvos, e o sítio de Cimo de Vila, em Palmeira, tivessem algum relacionamento com a referida população.

2.3 — Carta de Venda de 1153

Na Torre do Tombo⁴ (coleção "Mitra de Braga", gaveta 1, nº 16) existe um pergaminho reportado a 28 de Abril de 1153, escrito naturalmente em letra gótica e língua latina que se refere a uma carta de venda (= *cartam venditionis*), que o abade Mendo e seus irmãos (= *ego abbas Menendus una cum fratribus meis*), fizeram a Paio Pais (= *tibi Pelagio Pelaiz*), de uma herdade situada no casal de S. Tomé, em Froços (= *de hereditate [...] que habemus in villa Forozios, in casale quod vocatum de Sancto Thome, damus [...] de ipso casale unum pedazum*). O preço foi de cinquenta moios (= *quinquaginta modios*).

Neste documento nunca se fala em Curvos ou outras paróquias vizinhas, descrevendo a propriedade como próxima do monte Castro (= *subtus monte Castro*), no território bracarense (= *territorio Bracare*) onde passa um ribeiro que desagua no Cávado (= *discurrentibus aquis ad Cadavum*) e há uma pequena fonte (= *fontana*), não longe do caminho antigo (= *in illa carrara antiqua*).

Assinam o documento, à esquerda, na qualidade de testemunhas, o prior Vermudo, Mendo e o abade Pedro. Do lado direito, e ao fundo, dentro do desenho de um cão em posição de corrida, assina Pelagius Monacus, ou seja Paio Monge.

Parece merecer alguma atenção o facto de o preço ter sido pago em cereal, pois trata-se de uma época em que a circulação da moeda era ainda pouco corrente.

Numa primeira análise, tendo em conta a presença de castros em montes próximos, como o de S. Lourenço, e a existência, em Froços, do sítio de Fontainhas, e ainda a passagem de um ribeiro que vai desaguar no Cávado, tudo parece apontar no sentido de que a referida herdade de S. Tomé pertenceria à actual freguesia de Curvos. Há ainda a acrescentar que a "carrara antiqua" poderia corresponder a alguma velha estrada que se presume ter existido próximo da freguesia, partindo da Barca do Lago em direcção ao norte, ou ainda a alguma via de ligação entre Froços e o castro de S. Lourenço.

Como no concelho de Braga há uma freguesia com o nome de Froços, a pequena distância do rio Cávado, para onde naturalmente correrão as águas dos seus ribeiros, a atribuição a Froços/Curvos da referida carta de venda terá de ser colocada no plano das hipóteses, embora com muitas probabilidades de lhe corresponder pois, na linguagem daquele tempo, era corrente situarem-se as povoações, com referência a Braga, "*subtus*" ou "*in territorio*" conforme ficavam perto ou revativamente longe da mesma cidade.

O rev. Dr. Avelino de Jesus Costa, numa relação de documentos antigos respeitantes a Froços/Braga (in "*O Bispo D. Pedro*", vol. II, p. 93), não lhe atribui esta carta de venda e, num dos códices que lhe aponta, relativo ao ano de 1076, a "*villa Forozos*" do actual concelho de Braga, já se mostra identificada com a referência ao seu padroeiro S. Miguel e figura situada mais exactamente "*subtus monte Sancti Mametis urbis civitas Bracara discurrente rivolo Torto*". Aqui já se identificam também o monte e o rio.

Se o documento de 1153 respeita efectivamente a Froços/Curvos, como tudo parece indicar, na altura esta freguesia não teria ainda existência como paróquia autónoma pois, em caso afirmativo, era normal a sua referência na descrição do casal. Na hipótese de o documento em análise respeitar a Froços/Curvos, poderá admitir-se que o prior Vermudo e o monge Paio fossem conventuais de Banho, cujo mosteiro tinha propriedades em Froços.

2.4 — O Nome de Curvos

O nome de Curvos parece ser caso único na toponímia portuguesa pois, nas listagens de localidades, não se encontra como designação de outras freguesias ou lugares.

O Dr. Teotónio da Fonseca (pág. 149) atribui a origem deste nome à "curvatura do terreno em que está situada" a freguesia.

Em alternativa a esta explicação, que parece ser muito simplista, apresenta-se como mais provável, em meu entender, a hipótese da sua origem a partir do apelido Curvo ou Corvo, corrente em algumas famílias da nobreza medieval, conforme se poderá verificar em tratados genealógicos.

3 — CURVOS NO SÉCULO XIII

3.1 — As Inquirições

Em 1220, menos de um século após a independência de Portugal, e quando se lutava ainda contra os mouros em terras do sul, o rei D. Afonso II mandou fazer Inquirições, paróquia a paróquia, especialmente a norte do rio

Douro, para levantamento do património da coroa e controlo de eventuais irregularidades por parte da nobreza em esbulho de propriedades, incumprimento de foros ou abusos de autoridade.

A freguesia de Curvos vem referenciada neste inquérito já com a sua actual designação, ou seja "*De Sancto Croio de Curvos*" na "*Terra de Neiva*", e os respectivos depoimentos, repartidos em quatro rubricas, encontram-se publicados na obra "*Portugaliae Monumenta Historica*", Inquisitiones, vol. I, nas páginas seguintes: 26-Reguengos; 104-Foros e Dádivas; 183-Padroados; 228-Bens das Ordens. Tratar-se-á, tanto quanto se sabe, do mais antigo documento histórico até hoje confirmado sobre esta localidade.

Em 1258 o rei D. Afonso III mandou fazer novas Inquirições, com os mesmos objectivos, agora com os depoimentos de cada paróquia reunidos num só texto o qual, no que se reporta a Curvos, se encontra publicado nas páginas 310-311 do mesmo volume, onde a freguesia vem agora referenciada ao Julgado da mesma Terra (pág. 304 = *in Judicato de Neiva*).

A comparação dos dois textos permite concluir que, em matérias comuns, apenas se verifica uma ligeira divergência, que poderá aliás resultar de erro de cópia ou de impressão. Mas o segundo texto contém novas informações e de muito interesse.

Dada a importância fundamental destes documentos para o conhecimento dos primeiros tempos de vida desta freguesia, deles se fará aqui uma breve análise e se transcreverão algumas passagens. Nas remissões para os textos de 1220 indicar-se-ão as páginas em que se encontram publicados e, quanto ao depoimento de 1258, repartido em duas páginas, citar-se-á com referência à posição das frases nas respectivas linhas, contadas a partir do seu início.

3.2 — Quadro Geral da Terra de Neiva

A organização administrativa que se seguiu à conquista da independência, correspondentes às freguesias do actual concelho de Esposende e à maior parte das do concelho de Barcelos situadas entre os rios Lima e Cávado, centrava-se na Terra de Neiva, com sede no respectivo castelo, à frente do qual se colocava um "Rico-Homem" ou "Terra-Tenens" (= Dono da Terra) e, no seu âmbito geográfico, para efeitos de administração da justiça, funcionava um Julgado do mesmo nome, com os seus juizes e meirinhos. Havia ainda várias categorias de funcionários, dos quais os mordomos (das eiras, das coimas, etc.), tinham uma acção mais directa junto das populações.

Paralelamente, em algumas paróquias, funcionavam serviços descentralizados, como sejam prisões, celeiros e moinhos. Os celeiros destinavam-se, em alguns dos casos, para armazenamento dos frutos das

colheitas devidos à Coroa. Noutras situações, como a de Perelhal, destinar-se-iam, segundo parece, ao abastecimento dos moinhos do Rei ali situados.

O Rei (ou a Coroa), era dono de muitas propriedades em diversas paróquias, geralmente conhecidas por “reguengos”, e também patrono de muitas igrejas, significando isto que lhe caberia não só a obrigação de contribuir para a respectiva fábrica mas também o privilégio de, em determinadas circunstâncias, escolher o respectivo clero e fazer a sua apresentação à autoridade eclesiástica.

Os vários mosteiros das ordens religiosas então existentes, como Banho, S. Romão de Neiva e Palme, eram igualmente senhores de enormes propriedades dispersas por muitas freguesias, algumas muito distantes das respectivas sedes.

Num período em que se lutava pela centralização do poder ao nível do Estado e se procurava combater os abusos de uma nobreza muito ambiciosa, para além da taleiga velha e outras, as medidas reportavam-se geralmente a algumas localidades, como sejam Perelhal, Barcelos, etc. Por seu lado, as moedas correntes eram principalmente o maravedi ou o morabito, o soldo e o dinheiro.

Sobre os lavradores e proprietários incidiam pesados encargos fiscais, como sejam a renda dos reguengos, os foros dos empraçamentos, as direituras (que abrangiam uma vasta gama de pequenas prestações, geralmente em espécie), a fossadeira, as fogaças (mais ou menos com o significado de prestações alimentares), a voz e coima e a lutuosa, esta equivalendo mais ao menos ao imposto sucessário dos nossos dias, tendo a voz e coima um significado de imposto de justiça.

Todavia, de certos encargos fiscais estavam isentas as famílias da nobreza, como contrapartida das suas obrigações de participar em actos de guerra, beneficiando também desta imunidade as famílias que acolhessem e criassem filhos de personalidades da nobreza, situação que se chamava de amádigo.

Havia também, para os homens de muitas paróquias, o encargo de prestação de trabalhos servis gratuitos sob a direcção do casteleiro (= *vadunt ad castellum*), conhecido por anúduva, enquanto que para outras freguesias havia encargos específicos, como sejam participar no transporte de carretos, cuidar dos presos ou trabalhar nos celeiros, assegurar o funcionamento dos moinhos do domínio real, trabalhar nas vinhas, etc.

No princípio da nacionalidade já havia nesta região quase todos os cereais que hoje são correntes, assim como se cultivavam o linho, alhos, cebolas, castanhas, etc., se bem que o milho de então fosse de tipo miúdo, sendo o trigo e o centeio os cereais mais intensivamente cultivados na região litoral e os mais aplicados no fabrico do pão. Havia igualmente galinhas, porcos, carneiros, cães e muitos dos animais hoje conhecidos.

Regista-se finalmente que, no séc. XIII, a actual vila de Esposende era ainda um pequeno lugar da freguesia de Cepães (que hoje, por sua vez, é um lugar das Marinhas) e a actual cidade de Barcelos não era também mais que uma paróquia igual a tantas outras. Por seu lado Banho, Palme e S. Romão de Neiva eram, como atrás se disse, sedes de importantes mosteiros, o primeiro da ordem dos cónegos regrantes de S.^{to} Agostinho e os restantes da ordem beneditina, sendo Fragoso já então sede de um importante couto.

3.3 — Paróquia Administrativa de Curvos

No longínquo ano de 1220 a paróquia de Curvos, conforme se depreende da análise dos textos das Inquirições, desempenhava um importante papel no quadro da administração da Terra de Neiva.

Decorre dos depoimentos das primeiras Inquirições que o rei tinha aqui, ao que parece, duas casas (pág. 26 = *habet ibi dominus Rex unam suam domum propriam*; pág. 104 = *habet ibi dominus rex suam domum in que pausat*), o mesmo se deduzindo do depoimento de 1258, nos termos seguintes: (L. 20 = "*ha el Rey ibi una sua casa quite*" e, logo adiante (L. 22-23) que "*ha ibi el Rey una sua casa in que pouasa*".

Curvos era uma das freguesias periféricas da Terra de Neiva que possuía celeiros para a recolha de frutos relativos ao pagamento de impostos, parecendo ser Barcelos e Ginzo as duas outras únicas paróquias com celeiros da mesma natureza (1258, pág. 307, 2^a col., no depoimento relativo a S. Martinho e S. Simão de Vila Frescainha)⁵. Por isso se diz também nas Inquirições de 1258 que os moradores de Terroso, da vizinha freguesia de Palmeira (pág. 310), deverão entregar os frutos aos Tronqueiros de Curvos, para que os guardem.

Parece igualmente deduzir-se da leitura dos respectivos textos que aqui morava o "mordomo das eiras", a quem caberia fiscalizar os resultados das colheitas e a arrecadação, no celeiro, das quotas devidas pelos moradores.

Em Curvos havia também, e parece que no lugar do mesmo nome, dois casais em que se guardavam os presos e os gados do senhor da Terra (1220, pág. 104 = *et sunt ibi duo casalia in quibus custodiunt captos et ganatos Domini terre*; 1258, L. 23 = *ha in esse logar ij casaes in que guardam os presos e os ganados do senhor da Terra*).

É provável que aqui morasse também o "senhor da Terra", como delegado do Rico-Homem pois, para além das referências que lhe são feitas no parágrafo anterior quanto à guarda dos presos e dos gados, os textos referem ainda como obrigação dos moradores da paróquia o fornecimento de lenha ao Rei ou ao senhor da Terra (1220, pág. 104 = *dant ligna Regi aut Domino Terre*; 1258, L. 21-22 = *dam al Rey legna ou ao senhor da Terra*).

Uma outra obrigação relacionada com o núcleo administrativo que ali funcionava, especialmente centrada nos dois casais em que se guardavam os presos e os gados, consistia no transporte dos cereais ou outras coisas para o castelo ou para as localidades que lhe fossem indicadas. Assim, em 1220, pg. 104, dizia-se que *"et de duobus supradictis casalibus debent ire cum Maiordomo ducere et custodire pignora per totum terminum de Neiva"*, confirmando-se no depoimento de 1258, L. 28-30, que *"d'esses ij casaes de sobre ditos am d'ir cum no Mayordomo aduzel'a pignora e guardal à per todo o termio de Neiva"*.

3.4 — Geografia e Sociedade em Curvos

Nos textos das Inquirições vêm já referenciados, além de Curvos, como designativo da paróquia, os actuais três outros lugares da freguesia. Com efeito, em 1220 referem-se *"Outeiro de Furozos et de Villa Nova"* (pg. 104) e, em 1258, também *"Curvos et Villar"* e ainda *"Villa Nova"* e *"Forozos"*.

Em termos de identificação de propriedades apenas figuram, no depoimento de 1258, o pomar de Nego e o casal de Paio do Mato.

Neste segundo depoimento Curvos vem referenciado como um *"couto"* (L. 41) que parece alargar-se por toda a freguesia ou pelo menos a uma sua grande parte, como pode deduzir-se na expressão seguinte: *"in Couto de Curvos, in loco qui dicitur Forozos"*.

Os coutos têm o significado de terras protegidas por alguns privilégios, designadamente em matéria de justiça cuja aplicação dependeria, em primeira instância, de uma autoridade local e não do respectivo mordomo, meirinho ou juiz. Muito generalizados na altura, só em poucos casos teriam estatuto jurídico próprio ou diploma da sua criação, o que não se conhece relativamente a esta freguesia.

Entre as pessoas que deposeram como testemunhas nos dois inquéritos as quais foram, além do pároco, dez em 1220 e onze em 1258, e que se presume serem ali residentes, encontram-se os apelidos de Estêvão, Gomes, Gonçalves, João, Mendes, Miguel, Monge, Morais, Peres, Romeu, Soares e Viegas.

Como se disse no ponto 3.3, havia em Curvos uma família de apelido Tronqueiros, e acima se referem também os casais de Paio do Mato e Nego. No texto de 1258 figuram os nomes de outras pessoas com propriedades na freguesia, embora pelo menos algumas não fossem aqui residentes. Registam-se os nomes de João Fernandes (que foi Rico-Homem da Terra), Maria Pais, Pedro Bravo e João Bravo.

As famílias dos moradores de Curvos situar-se-iam, na sua maioria, no grupo dos lavradores vilãos, trabalhando ora nas terras reguengas, do mosteiro de Banho e de outros grandes proprietários, ora no celeiro ou outros serviços da Coroa.

Num grupo social já mais elevado podemos admitir, em 1258, o respectivo abade ou capelão Domingos Domingues, e o clérigo João Peres, assim como um tal *Domnus Stephanus* (Dom ou senhor Estêvão), que se presume ser aqui um rico proprietário com aspirações à fidalguia ou nobilitação. Haveria, naturalmente, outras famílias de proprietários mais ou menos ricos.

O facto de se verificar na freguesia o pagamento de impostos de fossadeira, permite admitir que aqui residiriam famílias de cavaleiros, cujos antepassados teriam participado em acções de fossado ou lutas de reconquista.

Quanto a Maor Michaelis (= Maor Miguel), de quem mais adiante se voltará a falar (ponto 3.8), e que em 1258 se diz ter sido casada com Pedro João (L. 51-52 = *seive casada cum Petro Johannis*), regista-se que vem igualmente mencionada nas Inquirições de Vila Cova relativas ao mesmo ano, como tendo por aforamento, juntamente com Domingos Miguel, um casal de Palme, em Mareces, de que não pagava foro ao Rei (pg. 310). Segundo consta de um pergaminho existente na Torre do Tombo (Mitra de Braga, caixa 1, nº 114, Maor Miguel e Domingos Miguel eram colaços de D. Pedro Afonso, irmão de el-Rei, significando isto que sua mãe terá criado o referido filho de D. Sancho II, podendo ter beneficiado, por efeito desta situação de amádigo, de alguns privilégios fiscais, como sejam a isenção do pagamento de foros à Coroa, porventura alargados a estes dois filhos.

Referem-se também em 1258 os nomes de Pedro Bravo e de João Bravo, este como tendo sido recebido por João Peres de Curvos como irmão em sua casa (L. 55-56 = *in seu aver et in sua erdade*). Admitindo-se que este João Bravo seja mais exactamente João Peres Redondo, aqui se regista que eram personalidades da nobreza, filhos de Pedro Soares Escaldado e de D. Maria Vasques e descendiam, em sexta geração, de D. Sueiro Galindes, fundador do mosteiro de S. Bento de Várzea. Tinham mais dois irmãos — Pedro Velho e Martim Peres Zote — e os nomes de um ou de outro aparecem associados, nas Inquirições de 1258, à aquisição de diversas propriedades em freguesias desta região, como sejam Vila Cova, Cepães (= Marinhas), Perelhal, etc.⁶.

A referência ao Pomar de Nego, se for entendida, segundo parece, como pomar de Donega, leva a admitir que se reportaria a uma casa ou quinta de família com privilégio de “honra”, ou pelo menos de algum modo prestigiada⁷.

3.5 — Reguengo e Padroado Real

Para além do núcleo administrativo dependente do castelo de Neiva a influência do Rei ou da Coroa na paróquia de Curvos afirma-se através da grande dimensão das suas propriedades ou “reguengos” e do seu padroado

sobre a igreja local, cuja fundação se admite ter sido igualmente de iniciativa régia.

No que se refere à igreja diz-se em 1220 que "*Rex est inde patronus*" (pg. 183) e, em 1258, que "*esta ecclesia e regaenga et sua quite d'el Rey*" (L. 7).

Quanto ao reguengo, para além do elevado número de casais mencionado no depoimento de 1220 (pg. 26), encontra-se em 1258 a expressa afirmação de que "*Curvos et Vilar sunt Regaengos d'el Rey*" (L. 8).

3.6 — A Posse da Terra

3.6.1 — Reguengos

Em desenvolvimento da referência do ponto anterior, regista-se que a Coroa tinha em Curvos nove casais, presumindo-se que abrangiam uma grande parte dos terrenos aráveis do lugar do mesmo nome e também do de Vilar.

3.6.2 — Bens da igreja

A igreja da paróquia, não obstante a sua dependência da Coroa como reguenga, era igualmente proprietária de searas (1220, pg. 228 = *ista ecclesia habet senarias*). Por outro lado, administrava também, gratuitamente, uma propriedade reguenga onde fez uma vinha (1258, L. 39-40 = *ten esta ecclesia una peza de Regaenga d'el Rey, in que fez una vinea et non faz dela foro al Rey*).

3.6.3 — Bens do mosteiro de Banho

A única ordem religiosa que, na altura, possuía propriedades em Curvos, era o mosteiro de Banho. Com efeito, o depoimento de 1220 (pág. 228), refere-o como proprietário de um casal, enquanto que em 1258 (L. 37-38) se diz que "*gaanou o Moesteiro de Bagno in Forozos una herdade de foreiros d'el Rey*", presumindo-se que esta seja distinta do casal anterior, que também se situaria em Froços, segundo parece.

3.6.4. — Propriedades de particulares

Parece resultar dos pontos anteriores que seriam particulares todas as propriedades situadas no lugar de Vila Nova e uma grande parte das que ficariam no lugar de Froços.

Os textos em análise não nos apresentam muitas informações sobre os respectivos titulares. No entanto, referem-se os casais de Paio do Mato (1258,

L. 34), o pomar do Nego (id., L. 18-19), duas herdades foreiras na posse de Pedro Bravo, uma das quais tinha sido de João Soares (id., L. 42-46) e a outra de Martinho Gomes de Froços (id., L. 48-50).

Referem-se ainda, como proprietários da freguesia, Maor Miguel, parece que viúva de Pedro João (id., L. 51-53) e João Peres de Curvos, herdeiro de uma propriedade "*per cabeça*", que já tinha pertencido a sua avó (id., L. 54-56).

3.7 — Rendimentos da Coroa

3.7.1 — *Rendas*

Uma parte muito apreciável das receitas da Coroa na freguesia de Curvos resultava das rendas dos nove casais reguengos, quatro dos quais pagavam 16 (ou 18, segundo o texto de 1258) moios de milho e aveia pela taleiga velha (1220, pg. 26; 1258, L. 9-11). Os restantes cinco casais entregavam uma terça parte do pão (ou cereal) que produziam (1220, pg. 26; 1258, L. 13-14).

No seu conjunto, os nove casais contribuíam ainda com dez taleigas de aveia e mais seis soldos e quatro dinheiros "*por porcos, e por una seara que jaz in Pomar do Nego*" (1258, L. 17-20, e também 1220, pg. 26).

3.7.2 — *Foros*

As propriedades não reguengas eram obrigadas, com poucas excepções, ao pagamento de foros ou prestações de outra natureza, em dinheiro ou em espécie. As informações disponíveis sobre esta matéria são muito escassas, registando-se que os dois casais que guardavam os presos e os gados davam todo o mato virgem que arrancavam e uma quinta parte dos produtos das suas colheitas (1258, L. 31-33). Por seu lado, o casal de Paio do Mato tinha o encargo de uma quarta parte dos produtos dos campos que lavrava, além de umas direituras (id., L. 34-36).

3.7.3 — *Direituras*

Os nove casais reguengos pagavam, cada um, de direituras, um almude de trigo medido pelo alqueire de Barcelos, um frango e vinte ovos (1220, pg. 26; 1258, L. 14-15). Por seu lado, a obrigação do casal de Paio do Mato era, quanto a este imposto, de um frango, dez ovos, um alqueire de cevada e outro de milho (id., L. 34-35).

O texto de 1220 (pg. 104), refere que o casal de Banho dava ao mordomo um cabrito, um leitão e um frango, presumindo-se que igualmente a título de direituras.

3.7.4 — Fossadeira

Como imposto de fossadeira a Coroa recebia apenas dois soldos e dois dinheiros, dizendo-se em 1220 (pg. 104), que eram provenientes de Outeiro de Froços e de Vila Nova, referindo-se no texto de 1258 apenas este segundo lugar (L. 25-26).

3.7.5 — Fogaças

Cinco dos casais reguengos pagavam ao mordomo, por fogaças, uma taleiga de aveia cada um (1220, pg. 26; 1258, L. 18).

3.7.6 — Lutuosa e Voz e Coima

No seu conjunto, a freguesia pagava vinte maravedis a título de lutuosa e de voz e coima (1258, L. 26-28), o que não dispensava os infractores do cumprimento das sanções pecuniárias a que viessem a ser condenados, em casos-crime, pelas autoridades responsáveis na aplicação da justiça.

3.8 — Situações Irregulares

Nas últimas linhas de um dos textos de 1220, em matéria de obrigações dos moradores para com a Coroa, diz-se que aqui nada lhe é negado (pg. 104 = *nichil est ibi negatum*).

Por outro lado, em 1258 encontram-se situações faltosas quanto ao pagamento de foros por parte de Maor Miguel (L. 51-53) e Pedro Bravo, este quanto às duas propriedades que aqui adquiriu (L. 46-50), podendo admitir-se também que estas duas personalidades estivessem de facto isentas do respectivo pagamento, por motivos de parentesco com a nobreza.

Relacionadas, ao que parece, com negócios irregulares que envolveram as respectivas propriedades e que tiveram a intervenção do abade do mosteiro de Palme, por carta de 27 de Julho do mesmo ano de 1258, dirigida ao meirinho e juiz de Neiva Domingos Soares, o rei D. Afonso III ordenava que se fizesse alçada ao referido abade e a Martinho Forozos, por terem feito grandes danos numa herdade de Froços, que era pertença de Domingos Miguel e Maor Miguel⁸.

3.9 — Obrigações Servis dos Moradores

Os moradores de Curvos não eram obrigados a “ir ao castelo” fazer trabalhos braçais gratuitos sob a direcção do casteleiro, mas executavam outras tarefas servis na própria freguesia.

Para além dos casos específicos do fornecimento de mato e de lenha ao senhor da Terra e de colaborarem nos carros de transporte de bens para diversas localidades (ver 3.3.), havia em Curvos também a obrigação de trabalhar nas ramadas dos reguengos (1220, pg. 104 = *omnes de ista collatione faciunt ramatam* {...}); 1258, L. 20-22 = *todos desta parochia fazen a ramada al Rey*). A obrigação de “fazer a ramada” era extensiva também aos moradores do vizinho lugar de Terroso, que igualmente “*devem et am d’ir fazer a ramada al Rey a Curvos*” (1258, pg. 310, Palmeira).

Se o mato se aplicaria nos currais dos gados, quer apreendidos quer próprios da administração dependente do castelo, já a lenha se destinaria a ser utilizada nas instalações administrativas ou nas casas dos funcionários da Coroa ou da administração da Terra de Neiva.

No que respeita especificamente à obrigação de “fazer a ramada”, entende-se por conveniente esclarecer nesta altura um equívoco que tem circulado sobre o assunto relativamente às freguesias de Curvos e de Palmeira.

O Dr. Teotónio da Fonseca, no capítulo sobre a freguesia de Palmeira, diz que fazer a ramada significaria “lançar no fundo dos poços dos rios ramos de árvore para que o peixe subindo a eles ali se acolhesse e mais facilmente fosse pescado” (pg. 80), para esta explicação remetendo no estudo sobre Curvos (pg. 151).

Esta análise, aliás no entendimento de “rios ou poços”, foi repetida pelo Dr. Falcão Machado no seu estudo sobre Curvos (pg. 41, nota 1) e também por outros autores que a esta freguesia se referiram.

A hidrografia local não abona, porém, esta interpretação, pois não haveria em Curvos ribeiros ou poços que justificassem a ajuda dos moradores de Terroso em acções de pesca nesta freguesia.

Mas havia vinhas e haveria ramadas, e as Inquirições de 1258 (pg. 308) respeitantes à então paróquia de Barcelos, onde também se fala em vinho, dizem exactamente que os seus moradores “*am de fazer al Rey a ramada da Devesa de el Rey de Barreiros*”, e não no rio Cávado, que ali passa.

A obrigação de “fazer a ramada”, como muito bem regista o Dr. Carlos Alberto Ferreira de Almeida “não é mais do que o trabalho de podar e de recompor os paus da latada, arrumando os braços da videira”⁹.

4 — PRIMEIROS PÁROCOS

Segundo consta nos depoimentos das Inquirições de D. Afonso II e D. Afonso III, em 1220 o abade de Curvos chamava-se Pedro Neto e, em 1258, o respectivo pároco tinha o nome de Domingos Domingues, com o título de capelão. Nada mais se conhece sobre estes dois clérigos.

Nas mesmas Inquirições, conforme já se referiu (ponto 3.5.) afirma-se que o Rei era padroeiro da Igreja. Significa isto, como se disse já, que pertencia

à Coroa o privilégio de escolha dos párocos da freguesia e a sua apresentação à autoridade eclesiástica para efeitos de nomeação, cabendo-lhe naturalmente também algumas responsabilidades nas despesas com a administração religiosa da comunidade paroquial.

À semelhança do que se verificava noutras situações, presume-se que teria sido praticada, durante muito tempo, a alternativa entre o Rei e os arcebispos de Braga na escolha dos titulares desta paróquia, ou talvez mesmo a autoridade eclesiástica se tenha substituído à Coroa, em muitos casos, no exercício destas funções.

No "Livro das igrejas e capelas do padroado real" (1574), manuscrito existente, por cópia, no Museu Britânico¹⁰, refere-se que a paróquia de Curvos teve sete apresentações. Presumindo que estas se referem apenas às de iniciativa régia, parece no entanto que se reportarão até à transferência deste privilégio para os condes de Barcelos, como adiante se referirá.

Admite-se que na Torre do Tombo existam cópias de diversas cartas de apresentação régia dos párocos de Curvos.

Sobre esta matéria ali se encontra, pelo menos, um pergaminho em bom estado, relativo ao "instrumento em que se acha inscrita a confirmação da apresentação que El Rey D. Dinis faz da igreja de S. Croio de Curvos, do arcebispado de Braga, em Martim Mendes, dada em Braga a 2 de Julho de 1289"¹¹.

5 — DOAÇÕES DE CURVOS

Foi prática corrente, nos primeiros tempos da monarquia, fazerem os reis doações dos rendimentos das terras que detinham em numerosas localidades, ou mesmo dos respectivos direitos de propriedade, em recompensa de serviços ou por outras razões.

Segundo se afirma, por exemplo, no prólogo da Crónica de D. Fernando, este rei "fez muitas doações de terras aos fidalgos do seu reino, tantas e muitas mais que nenhum Rei que antes dele fosse"¹².

Curvos, cuja igreja era do padroado real e onde a Coroa tinha igualmente muitas propriedades reguengas, foi também objecto de várias doações, conhecendo-se as que seguidamente se referem.

5.1 — Doação a Gonçalo Velho

Nas chancelarias do rei D. Fernando (livro I, folhas 15), existentes na Torre do Tombo, encontra-se o registo de uma carta, reportada a 28 de Julho de 1367 (mil trezentos e sessenta e sete), "por que o dito senhor mandou dar a Gonçalo Velho, em pagamento, a sua terra de Curvos, do almoxarifado de Ponte de Lima". A doação ocorreu, por isso, no início do seu reinado.

Este registo nada mais adianta sobre o conteúdo da carta, não se conhecendo por isso qual a natureza dos serviços que se visavam recompensar, ou quem seria exactamente o beneficiado.

O contexto histórico do tempo permite no entanto admitir a hipótese de que Gonçalo Velho teria sido porventura uma personalidade ligada à administração do castelo de Neiva, descendendo do solar de Pregais (Forjães) ou, pelo menos, ali aparentado¹³.

A localização de Curvos no almoxarifado de Ponte de Lima não constitui motivo de estranheza pois que, na altura, algumas das funções das anteriores mordomias do castelo de Neiva teriam sido já transferidas para centros urbanos e, quando Esposende não tinha sequer o estatuto de freguesia e a então Viana da Foz do Lima seria principalmente uma zona piscatória, já Ponte de Lima era sede de um importante almoxarifado, a quem caberia a administração fiscal e da fazenda de uma vasta região.

Nas referências de alguns autores vem esta doação situada no ano de 1397 (mil trezentos e noventa e sete), o que não estará correcto, pois que já reinava então D. João I.

5.2 — Doações ao Conde de Barcelos

5.2.1 — *Das terras reguengas*

O 8º conde de Barcelos, D. Afonso, filho legitimado do rei D. João I, acumulava o título de 2º conde de Neiva desde 31 de Outubro de 1391. Dez anos mais tarde, por virtude do seu casamento com D. Brites, filha do condestável D. Nuno Álvares Pereira, foram estes dois condados incluídos no dote de casamento, com a extinção do título de Neiva¹⁴.

Por efeito desta doação, que abrangia o domínio directo das terras reguengas, passaram para a posse dos condes de Barcelos as propriedades régias existentes em Curvos e em muitas outras localidades, como sejam Perelhal, Palmeira do Faro, etc.

5.2.2 — *Do padroado da igreja*

No ano de 1410, por carta de 4 de Setembro (Torre do Tombo, Gaveta III, maço 6, nº 13)¹⁵, o rei D. João I doou ao conde de Barcelos, de uma forma genérica, e com direito de sucessão aos seus descendentes, o padroado das igrejas de diversos julgados, incluindo o de Neiva.

Assim, os rendimentos da igreja de Curvos e a capacidade para apresentação dos respectivos párocos passavam agora para o referido condado.

5.3 — Anexação do Padroado à Colegiada de Barcelos

Por provisão do arcebispo de Braga, D. Fernando Guerra, datada de 22 de Junho de 1434¹⁶, com consentimento do conde de Barcelos, o padroado da igreja de Curvos, juntamente com a de Fragoso, foi anexado à igreja matriz de Barcelos, para benefício do cargo de Tesoureiro, na mesma altura criado.

Este acto representou um dos primeiros momentos no processo de instituição da colegiada de Barcelos, com interesse do respectivo conde, vindo a mesma a ser canonicamente erecta em 7 de Outubro de 1464¹⁷.

Neste sentido se devem entender as referências da anexação da igreja de Curvos ao Tesoureiro-mor da colegiada de Barcelos, que se encontram em muitas obras.

Os párocos de Curvos passaram então a ter o título de vigários, sendo apresentados à autoridade eclesiástica, para efeitos de nomeação, pelos respectivos Tesoueiros-mores, que recebiam uma parte apreciável dos rendimentos da igreja e suas propriedades.

5.4 — Afectação à casa de Bragança

Em finais de 1442, o então 8º conde de Barcelos foi elevado a 1º duque de Bragança, passando os seus titulares a ser mais conhecidos por condes-duques.

Deste facto resultou a integração, em termos de domínio directo, das propriedades reguengas de Curvos no património mais amplo da Casa de Bragança.

Para assinalar as freguesias onde esta Casa possuía fortes domínios, cerca do ano de 1510 o duque D. Jaime mandou colocar marcos de pedra, com elementos simbólicos do seu braço e a letra "B" (=Bragança) nas respectivas confrontações, alguns destes se conhecendo ainda nos limites de Curvos/Vila Cova, não os havendo porventura nas suas confrontações com Palmeira, que igualmente pertencia à mesma Casa¹⁸.

Um destes marcos encontra-se nos limites do lugar de Froços com Mareces, na esquina do caminho com a estrada, estando incluído na respectiva parede.

6 — LENDA E HISTÓRIA

Se, para o séc. XIII, a história de Curvos tem de fazer-se quase tão somente a partir dos textos das Inquirições, para os quatro séculos seguintes as fontes documentais conhecidas não vão muito além das que foram utilizadas no capítulo anterior, relativo às Doações de Curvos.

Por isso não admira que, na falta de dados para explicações com rigor histórico, prevaleçam algumas informações a partir de mitos ou de lendas.

Neste contexto, as notas que agora se seguem têm uma componente lendária muito significativa.

6.1 — S.^{ta} Eufémia e S.^{ta} Eulália de Curvos

O Dr. Teotónio da Fonseca refere correr na tradição “que entre esta freguesia e a de Palmeira de Faro existiu uma outra, cujo orago era S.^{ta} Eufémia, constituída pelos lugares de Susão, pertencente hoje a Palmeira e o de Vilar, actualmente de Curvos” e que “a freguesia de S.^{ta} Eufémia foi extinta em virtude de uma peste que matou todos os seus habitantes”, sendo a imagem da padroeira “trasladada para a Igreja Paroquial de Palmeira do Faro e que é a mesma que ainda se venera lá em um altar”¹⁹.

A hipótese de ter existido a freguesia de S.^{ta} Eufémia não tem outro apoio que não seja a tradição e, na minha perspectiva, afigura-se pouco aceitável.

Na verdade, na altura das primeiras Inquirições, Curvos e Palmeira eram paróquias já com alguma história e, no Censual do Bispo D. Pedro realizado cerca de cento e cinquenta anos mais cedo, não consta a freguesia de Curvos nem a da referida S.^{ta} Eufémia, mas já vem mencionada a de Palmeira.

Um facto que parece não ter sido ainda divulgado é o da existência de uma capela com o nome de S.^{ta} Eulália de Curvos, também pertencente ao padroado real e que no “Livro das Igrejas e Capelas” referido no capítulo 4 consta com uma apresentação²⁰.

E não se pode identificar esta capela com a igreja de S.^{ta} Eulália de Palmeira, pois que esta, igualmente do padroado real, figura então com cinco apresentações²¹.

Parece assim mais provável que a igreja da hipotética freguesia de S.^{ta} Eufémia corresponda à capela de S.^{ta} Eulália de Curvos, cuja localização se ignora, mas que poderia situar-se na zona popularmente conhecida por capela da Rateira, onde existe agora uma outra, mas com invocação do Senhor dos Aflitos.

6.2 — D. Croio

O saudoso escritor Manuel de Boaventura, sempre preocupado em dar forma literária às tradições e lendas que corriam de geração em geração no grupo de freguesias próximas do monte do Faro, redigiu um belíssimo conto com o título de “D. Croio” o qual, com a indicação de que se tratava de uma

"lenda perdida no povo — séc. XIV", teve a sua primeira publicação no diário bracarense "Correio do Minho" em 24 de Dezembro de 1946 e foi depois incluído no livro "Ânsia de Perfeição e Contos Imperfeitos", publicado em 1947.

Sabe-se também que foi aproveitado pelo menos numa emissão radiofónica anterior a 1958 e que uma adaptação ilustrada se utilizou num ou mais dos concursos de "Lendas de Portugal" que o diário lisbonense "O Século" organizou durante alguns anos, nos meses de Verão, e cerca de três meses por concurso²².

Este conto tem como figura central D. Croio de Tronqueiros, "senhor de Curvos, de Vilar e Froços [...], fanfarrão e irreverente", situando-se numa noite em que regressava de uma visita aos seus amigos moradores no palácio ducal de Barcelos²³.

Bem tratado com os "capciosos vinhos de Airó", e esquentado pelos seus vapores, D. Croio regressando montado no seu cavalo Bobadil, ao longo do percurso ia desembainhando a espada contra as sombras e ruídos da noite, como se corajosamente estivesse "desafiando homens e bichos, bruxas e lobisomens, santos e diabos".

Com esta atitude de arrogância, ao aproximar-se do mosteiro de Banho, onde passava a estrada Barcelos-Esposende, prendendo o seu cavalo a uma oliveira do adro, entrou na sua igreja, cujas portas abertas aguardavam os fiéis para as orações da manhã.

Ainda cambaleante e "sem respeito pelo lugar sagrado deu a praguejar, num desafio de demónio solto" e, frente ao túmulo de uma donzela que falecera na frescura da vida e "repudiara o noivo que lhe destinavam à força", fez as seguintes exclamações: "Ah! D. Violante. Fosse eu do teu tempo e ter-te-ia conquistado! [...]. Que fria estás! [...]. Levanta-te! Vem daí comigo!".

Dito isto, a sua coragem transformou-se em pavor e, no regresso apressado a casa, sentia-se perseguido por "imprecações e maldições daqueles mortos que o seguiam", enquanto que o cavalo parecia derrear como se levasse sobre si um bloco de granito.

A parte final do conto, que descreve a chegada de D. Croio ao respectivo solar, onde os seus criados o esperavam, diz-nos que eles recuaram espavoridos perante o espectáculo que se lhes deparava.

Segundo o texto, "D. Croio trazia após si uma multidão de fantasmas, formando alas, a perder de vista, até à curva da Andurrinha. Todos traziam uma ténue luzinha azulada na extremidade duma tibia humana... Pavor dos pavores...

Ah! o susto que se apoderou dos pobres servos, que gritavam possuídos de terror e pânico.

O cavalo acaba de cair por terra derreado e com ele o cavaleiro. Quando os da gleba se achegaram, viram ainda sobre o cavalo derreado uma imagem de pedra, agarrada aos ombros de D. Croio. Era a de D. Violante, a convidada

do senhor de Tronqueiros! E este, castigado por Deus da sua irreverência, jazia também por terra, morto e transformado em pedra — já queimada do fogo do inferno...”.

7 — CURVOS NOS SÉC. XVIII E XIX

Relativamente ao período indicado em título as fontes para a história de Curvos já são mais abundantes.

Com efeito, para além dos questionários visando a organização de um Dicionário Geográfico de âmbito nacional, conhecem-se também os inquéritos paroquiais promovidos pelo arcebispo bracarense, os censos da população, etc.

Por seu lado, os cartórios paroquiais com alguma antiguidade foram recolhidos no Arquivo Distrital de Braga, em condições de segurança e com acesso à leitura pública²⁴.

A par destas fontes, poderão contribuir para o conhecimento da história das freguesias muitos outros documentos, quer oficiais quer particulares como sejam, neste caso, os contratos de venda e empraçamento de propriedades, e muitos outros.

7.1 — Memórias Paroquiais de 1758

Documento de algum modo importante para a história desta freguesia é a resposta ao questionário que, em 1758, foi apresentado aos párocos de todas as freguesias do reino.

A resposta do vigário de Curvos, padre Gabriel Pinheiro, datada de 26 de Abril desse ano, encontra-se arquivada na Torre do Tombo na colecção conhecida por “Memórias Paroquiais de 1758” Vol. 12, fls. 3393 e foi publicada no Boletim Cultural de Esposende, nº 3, referente a Junho de 1983 (págs. 71-75), por cópia e com anotações do Dr. António Losa.

Algumas das suas informações serão aproveitadas neste capítulo, por simples remissão para as “Memórias”.

No entanto, entende-se por oportuno registar aqui algumas notas biográficas sobre o vigário de Palmeira de então, padre Caetano José Vilas Boas Lima que, como testemunha, juntamente com o abade de Vila Chã, também subscreveu o referido documento.

O padre Caetano, nascido em Fevereiro de 1729, era natural de Deucriste, concelho de Viana do Castelo, mas sendo seu pai, João Soares de Lima, natural de Távora, concelho de Arcos de Valdevez.

Paroquiou a freguesia de Palmeira durante cerca de 43 anos e meio, ali falecendo em 22 de Julho de 1797.

Tendo, pelo menos, mais sete irmãos — um dos quais também sacerdote — alguns deles vieram, com sua mãe, quando viúva, morar em Palmeira, onde a família adquiriu algumas propriedades.

Depois, a sua irmã Ana Teresa Vilas Boas Lima casou no lugar de Mareces, freguesia de Vila Cova, com Manuel Ferreira Linhares, na casa da Capela e, por esta via, foi introduzido na respectiva família o apelido “Lima”, que alguns dos seus descendentes levariam, mais tarde, para outras casas.

A par de diversas informações de interesse constantes nestas “Memórias” que, como se disse, virão a ser utilizadas neste capítulo, salientam-se também as notas biográficas sobre o sacerdote jesuíta padre Joaquim Dias, natural de Curvos e que, segundo ali consta, desempenhou importante papel nas acções de evangelização em terras do Oriente, de modo especial na antiga Índia Portuguesa, mercê das quais muitos gentios se converteram ao cristianismo e aceitaram o baptismo.

Curiosa é ainda a informação respeitante aos lugares da freguesia que, segundo o padre Gabriel Pinheiro, são cinco, como tal mencionando também o lugar da Igreja.

7.2 — Quadro Físico

Se, no Dicionário Geográfico de 1751 se diz que a paróquia de Curvos “*está situada em valle*”, as “Memórias” avançam com uma descrição um pouco mais pormenorizada, referindo que está “cercada de montes pela parte do Norte e Poente (ficando ao pé delles as casas em volta) e, pelo Nascente e Sul descampinas e matos”, acrescentando mais adiante que não tem serra, “mas só sim os ditos montes, que nas descidas contêm algumas plantas de carvalhos, sobreiros e castanheiros e, nos altos abundância de pradaria grosseira e no plano delles alguns pinheiros em bouças tapadas e matos pequenos e alguma creação de lebres, coelhos e perdizes”.

No que se reporta a fogos ou casas de habitação, mais ou menos com o significado de “vizinhos” ou de “moradores” que aparecem em diversos textos, o “Numeramento” de D. João III reportado aos anos de 1527-1532 referia apenas 40, mas o dicionário de 1751 regista já a existência de 73, número que consta igualmente no documento conhecido por Censo de Pina Manique (1798), enquanto que nas “Memórias” apenas se fala em 70.

Mas este número vai crescer no século seguinte, constando 90 fogos no inquérito paroquial de 1845, enquanto que sobe para 100 e 102 nos censos da população de 1890 e 1900, respectivamente.

Os meios de comunicação interiores não vêm mencionados nos referidos documentos mas, como bem se compreende, estariam limitados alguns caminhos para acesso aos campos e às habitações.

7.3 — Quadro Económico

No dicionário de 1751 diz-se que o milho, o centeio e o vinho são os frutos que os moradores da freguesia colhem com maior abundância.

Por seu lado as “Memórias”, para além destes produtos agrícolas, referem ainda o azeite, salientando no entanto que esta terra é “também apta para a produção de todos os mais, que por sua estreiteza nam cultivam”.

Um outro inquérito, de natureza administrativa, de meados do século XIX e visando uma recolha de informações sobre a produção vinícola, regista que a respectiva produção nesta freguesia se situará nas vinte pipas/ano, e que o consumo será mais ou menos equivalente. Por seu lado, um outro inquérito mais ou menos da mesma altura, acrescenta aos produtos anteriores também o feijão e as laranjas salientando, quanto a estas, que a freguesia “exporta muitas para o Porto e Vianna, para embarque”²⁵.

Nas “Memórias” refere-se igualmente que há na paróquia “dous ribeirinhos nascidos de fontinhas dos montes em cujas descidas fazem moer alguns moinhos e um lagar de azeite”, este situado em Froços, assim como as principais azenhas e moinhos.

Um dos inquéritos administrativos atrás mencionados, confirmando a existência de “engenhos de fazer azeite para a freguesia e circunvizinhas”, regista também que aqui se fabrica “algum tecido de linho e lã” e ainda “bastante aguardente de vinho e figo, para que têm engenho próprio, e que exporta para a Póvoa de Varzim e Vianna”.

7.4 — Quadro Demográfico e Social

7.4.1 — A população

No referido “Numeramento” da população constam, relativamente a Curvos, como se disse em 7.2, 40 vizinhos, o que poderá corresponder a cerca de 150 pessoas.

O pároco de 1758 nas “Memórias”, registou que a população da freguesia compreendia 70 vizinhos, “contando casados, viúvos e solteiros, e o número de pessoas (excepto menores de sete anos), são duzentos, quarenta e duas”, a que se deveriam ainda acrescentar, segundo o mesmo texto, 32 pessoas ausentes. Por isso, nesta altura, a população de Curvos aproximar-se-ia já das 300 pessoas.

Por seu lado, o inquérito paroquial de 1845 refere uma população de 325 habitantes, enquanto que um dos inquéritos de natureza administrativa referidos no número anterior, atribui a esta freguesia 469 habitantes.

Os censos oficiais da população portuguesa começaram a fazer-se, com um projecto de periodicidade decenal, a partir de 1864. Pelo que respeita a Curvos, e com base nestas fontes, a população residente era de 448 pessoas em 1890 e de 444 em 1900.

7.4.2 — *Famílias mais conhecidas*

No séc. XIX, em Curvos, as famílias mais conhecidas pelo seu poder económico ou prestígio social seriam talvez as que se identificam pelos apelidos Souto, Azevedo e Fonseca.

Qualquer delas colocou personalidades em posições relevantes na Igreja, nas Ciências ou na Administração, cujos nomes não se vão aqui mencionar.

O apelido de uma das referidas famílias passou, na primeira metade desse século, a chamar-se “Fonseca Lima” e, sobre isto se apresenta agora uma ligeira explicação.

Genoveva Corovina Ferreira Linhares de Lima, nascida em 17 de Fevereiro de 1802, neta da irmã do padre Caetano José Vilas Boas Lima que foi para a casa da Capela (Mereces), casou em Curvos com Manuel Joaquim da Fonseca e deste casamento nasceram, pelo menos, os filhos seguintes, com os apelidos “Fonseca Lima”: José Carlos, que se ordenou sacerdote, e Joaquim.

O pai da referida senhora, António José dos Santos Portela, era da casa do Abrunheiro (Samo, freguesia de Vila Cova), que tinha uma capela particular anexa, sob a invocação de S. João Baptista. Era uma das casas abastadas da freguesia, com muitas propriedades.

Genoveva Corovina, já no estado de viúva, foi contemplada como principal herdeira no testamento de sua irmã Ana Angelina Angélica, feito em 12 de Março de 1868, no qual a testadora referia que já tinham falecido sete (José, Cecília, Verónica, João, Maria, Joaquim e Bernardino) dos seus onze irmãos.

Ana Angelina tinha, por sua vez, herdado grande parte do património da casa de origem de seu pai, distinguindo também no respectivo testamento do seu sobrinho Joaquim “Fonseca Lima” com a residênciã, capela e várias propriedades ligadas à casa do Abrunheiro, enquanto que o padre José Carlos e alguns primos seus foram igualmente beneficiados com outras propriedades.

Outra família que, na segunda metade do mesmo século, marcou a freguesia não pela sua fortuna mas pela popularidade, foi a que era conhecida por “Pitos”.

Dela não se conhecem os nomes das pessoas que a tornaram muito conhecida, apenas se sabendo que alguns dos moços dali eram muito solicitados para a animação das romarias e das festas que se realizavam em diversas freguesias, onde actuavam especialmente “tocando zabumbas e caixas”²⁶.

7.5 — A Propriedade da Terra

7.5.1 — *Mosteiros e comendas*

Resulta das Inquirições, conforme se registou já noutro ponto, que em 1220 o mosteiro de Banho era a única ordem religiosa com propriedades na freguesia de Curvos.

Da análise de alguns documentos dos séc. XVIII e XIX parece resultar que, na altura, também o Mosteiro de Palme ali teria algumas terras, mas sem implantação significativa.

Em 24 de Maio de 1515 as propriedades do já então extinto mosteiro de Banho, dispersas por um conjunto muito elevado de freguesias de diversos concelhos transitaram para a posse da Ordem de Cristo, com a instituição de uma comenda da mesma Ordem.

No que respeita a Curvos, passaram a pertencer à referida comenda pelo menos as propriedades ainda hoje conhecidas pelos nomes seguintes: Cachada de Cima, Cortinha do Lago, Cortinhais, Cruzinha, Fonte da Devesa, Leira do Penedo, Lobrigos, Louredo, Pena Aguda, Reguengo, Torrão, Tranco, Tranquinho e Vila Nova.

Cerca do ano de 1517 foi também criada uma comenda da mesma Ordem na vizinha freguesia de Vila Cova, na base das propriedades que pertenciam à respectiva Igreja e que, assim, passaram igualmente para o património da Ordem de Cristo. No que respeita a esta comenda, de uns documentos também do séc. XVIII-XIX depreende-se que possuía na freguesia de Curvos o "Casal de Froços do Rio", constituído por "casas, leiras e mais pertenças", e parece que também, pelo menos, mais a vinha de "Jana" situada no lugar de Froços.

Em consequência da Lei de 28 de Maio de 1834, que extinguiu as ordens religiosas, as propriedades, quer dos mosteiros quer das comendas, passaram para a posse da Fazenda Nacional e, as que não foram objecto de remissão pelos respectivos foreiros ou enfiteutas, ficaram sujeitas a arrematação em hasta pública, à medida em que iam sendo incluídas nas respectivas listas²⁷.

7.5.2 — *Casa de Bragança e Colegiada de Barcelos*

Registou-se noutro ponto deste trabalho que, por favor régio, foram doadas à Casa de Bragança, não só as terras reguengas de Curvos mas também as que pertenciam à respectiva igreja paroquial e disse-me também que, pelo menos este segundo lote de propriedades, foi depois anexado à Colegiada de Barcelos para, com estes e outros rendimentos, prover à manutenção do cargo de Tesoureiro-mor.

Sabe-se, como igualmente se referiu, que o conjunto destas propriedades ocuparia uma parte apreciável dos lugares de Curvos e de Vilar.

A análise de algumas escrituras de compra e venda realizadas no séc. XIX permite identificar algumas das propriedades que pertenceram à Casa de Bragança, designadamente os casais Balteiro, do Brito e de Leonor das Freiras, os quais estavam devidamente descritos no "Tombo do Préstimo de Curvos", pertencente aos arquivos da mesma Casa.

Nas “Memórias” confirma-se a existência, em Curvos, de “Caseiros Reguengueiros da dita Sereníssima Casa de Bragança”, que “cultivam terras da mesma Sereníssima Casa, de que pagam de foro em cada hum anno no Almojarifado de Barcellos mais de quatrocentos alqueires de pam de segunda, e alguns de trigo, e galinhas e algum dinheiro; posto que para esta conta entra o que pagam alguns de outra freguesia vizinha”.

A freguesia vizinha em causa é a de Palmeira, em cujo lugar de Terroso, pelo menos, haveria igualmente terras reguengas. E o facto de se mencionarem os respectivos foros em conjunto com os de Curvos, permite admitir que também agora em Curvos se centraliza a recolha dos rendimentos das duas freguesias para entrega, em conjunto, no Almojarifado de Barcelos, à semelhança do que, em 1258, se verificava com a família dos Tronqueiros.

Se a Casa de Bragança tinha, relativamente a estas propriedades, o domínio directo, os foreiros tinham a respectiva posse e o domínio útil, que poderia ser transmitido por herança, sempre condicionado ao pagamento dos respectivos foros e outros encargos por transmissão.

A legislação portuguesa, pelo menos a que se seguiu à implantação do regime liberal consequente da revolução de 1820, permitia não só a remissão destas propriedades como também a venda do seu domínio útil, mediante consentimento escrito passado em nome do rei e o pagamento de laudémios ou encargos de outra natureza²⁸. Era igualmente permitida a hipoteca destas propriedades, também mediante prévio consentimento escrito.

No que se reporta às propriedades a cargo do referido Tesoureiro-mor não se conhecem os respectivos rendimentos mas calcula-se que seriam, pelo menos, seis ou sete vezes superiores aos que, das mesmas propriedades, recebia o vigário da paróquia.

Tendo a colegiada de Barcelos sido extinta na sequência da Lei de 18 de Julho de 1848, as propriedades que lhe tinham sido anexadas voltaram para a posse da Casa de Bragança.

7.5.3 — *Morgadios*

O Dr. Teotónio da Fonseca refere que, por efeito de uma escritura de 22 de Dezembro de 1519, o casal de Froços passou a “pertença da capela dos Reis Magos na Colegiada de Barcelos”, vinculado ao Morgado do Perdigão, instituído em 3 de Dezembro desse mesmo ano pelo escudeiro de el Rei e tabelião de Barcelos Álvaro Nunes.

Este facto parece não representar significado especial para a história desta freguesia.

No entanto, aqui fica o seu registo, com o esclarecimento de que, num inventário das propriedades da comenda de Banho realizado no ano de 1822, consta efectivamente uma referência ao respectivo morgadio, cujo titu-

lar era, na altura Manuel Francisco de Barros, como sendo foreiro de propriedades desta comenda.

No mesmo inventário consta também outro titular foreiro à mesma comenda, por emprazamento do casal dos Lobrigos, também em Froços. Trata-se de Manuel Coelho Duarte, com o título de Morgado da Espinheira²⁹.

7.5.4 — *Propriedades particulares e baldios*

Como resulta do que se escreveu noutro ponto, para além das terras que as comendas de Vila Cova e de Banho possuíam no lugar de Froços, a restante área útil deste lugar e do de Vila Nova pertenciam a proprietários particulares que, em menor escala, teriam igualmente alguns terrenos em Curvos e em Vilar, lugares estes em que as terras reguengueiras representavam áreas importantes.

Uma casa de outra freguesia que tinha numerosas propriedades em Curvos, designadamente no seu lugar de Froços, era a da Capela, da vizinha Vila Cova, resultantes das compras efectuadas cerca dos anos de 1630 a 1680 pelo padre Francisco Gonçalves e pelo seu filho legitimado João de Linhares. Relativamente a estas compras conhece-se ainda alguma documentação.

Por seu lado, à semelhança do que se verificou, por exemplo, em Vila Cova, penso que as áreas não cultivadas dos montes eram, até meados do séc. XIX, consideradas como baldios ou terras maninhas, administradas pela Câmara Municipal de Esposende. Assim, as “pradarias” que as “Memórias” referem haver no cimo dos montes seriam talvez utilizadas como espaços comunitários para a pastagem de animais.

Na segunda metade do mesmo século XIX os montes passariam a ser repartidos e ocupados pelos moradores, para florestação de pinheiros e alguns eucaliptos, mediante o pagamento de foros à Câmara Municipal, procedendo depois à respectiva amortização ou compra.

Sobre esta matéria é provável que se encontrem, no Arquivo Municipal do concelho, alguns processos.

7.6 — *Instituições Paroquiais*

Sobre a Igreja local — sendo embora a mesma — dizia-se em 1751 que tinha cinco altares, enquanto que as “Memórias” referem seis.

As mesmas “Memórias” informam, no que respeita a capelas, que nesta paróquia havia apenas a de São Miguel, situada “no meio de um arvoredo ao pé do monte por cima do [...] lugar de Froços”, a qual “pertence ao povo, que a zella, e festeja o dito santo [...] a vinte e nove de Setembro; e nam acode a ella romaria em tempo algum”.

Todavia, no Inquérito Paroquial de 1845 refere-se já a construção, na altura em curso, de uma outra capela sob a invocação do Senhor dos Aflitos, para além da existência de uma capela particular sob a invocação da Nossa Senhora da Piedade, mandada erigir por um sacerdote daqui natural.

No que se reporta a confrarias ou irmandades, as “Memórias” registam a das Almas, a do Senhor e a de Jesus, esta também chamada do Subsino. Mas outra informação, reportada a cinco anos mais tarde, menciona também a confraria da Nossa Senhora do Rosário³⁰.

No Inquérito Paroquial de 1845 diz-se que o pároco tinha o título de vigário, mas não se esclarece de quem era a respectiva apresentação. Ora, porque no Inquérito de 1822 se regista que o provimento era do cabido de Vila Viçosa confirma-se que, após a extinção da colegiada de Barcelos, as propriedades de Curvos que lhe estavam anexas reverteram para ao domínio directo da Casa de Bragança — que na referida vila tinha a sua sede — e não para a posse da Fazenda Nacional.

7.7 — Invasões Francesas

Em 1809 as forças napoleónicas desencadearam uma segunda invasão a Portugal, com entrada pelo norte do país.

Seguindo em direcção ao Porto, um destacamento dos invasores tomou o percurso de Barcelos a Esposende, o que levou muitas pessoas das freguesias de passagem a refugiarem-se, principalmente no cimo dos montes, para evitarem as violências e outras malfeitorias dos soldados.

Os montes de Terroso e do Faro, em Palmeira, acolheram muitos populares das freguesias mais próximas. Sabe-se, no entanto, que no cimo deste segundo monte se travaram combates com os soldados, de que terá resultado a morte de alguns mas, também, de um maior número de pessoas que ali se tinham acolhido.

As informações disponíveis dizem-nos que neste combate viria a falecer, em 8 de Abril de 1809, Francisco de Vilas Boas, casado com Maria Teresa e residentes no lugar de Froços, desta freguesia de Curvos³¹.

No cimo de um monte de Terroso foi depois construída uma pequena capela em memória destes acontecimentos, sob a invocação do Senhor dos Desamparados. Mas, curiosamente, num apontamento escrito cerca do ano de 1875, a propósito de uma promessa a cumprir ali, vem mencionada como do “Senhor dos Bem Amparados”.

8 — CURVOS NO SÉCULO XX

No século presente Curvos reforçou a sua autonomia e identidade, caminhando decididamente num sentido de progresso.

O reforço da sua autonomia resultou, num primeiro momento, da ruptura das suas obrigações para com a colegiada de Barcelos e as comendas de Banho e de Vila Cova, objectivos alcançados na segunda metade do séc. XIX. Mais tarde, após a queda do regime monárquico em 5 de Outubro de 1910, cessaram também os vínculos para com a Casa de Bragança, através de processos de remissão ou de arrematação das propriedades que faziam parte do seu domínio directo.

Em consequência da desvinculação da igreja de Curvos perante a colegiada de Barcelos e, depois, da de Vila Viçosa, os seus párocos reassumiram o título de abades, com apresentação do arcebispado bracarense, em vez da qualidade de vigários subordinados aos Tesoureiros-mores ou Priores das referidas colegiadas, por quem eram escolhidos e apresentados.

O quadro físico da freguesia foi-se também alterando significativamente. Os prados no cimo dos montes e os soutos de carvalhos e de castanheiros nas suas encostas renderam-se a uma florestação intensiva de pinheiros e de eucaliptos, acompanhada da efectiva repartição dos terrenos anteriormente classificados de maninhos ou de baldios.

Por outro lado, o reforço da rede interior de estradas e uma boa conservação dos principais caminhos permitiram uma boa mecanização agrícola, que melhorou a produtividade dos seus excelentes terrenos.

Verificou-se ainda um apreciável crescimento da sua população relativamente ao século passado. De facto, os censos de 1960, 1970 e 1981 indicam que, nessas datas, os seus habitantes seriam 798, 760 e 901, respectivamente, havendo neste último ano 185 residências familiares distribuídas por 182 edifícios o que significa, sem dúvida, um apreciável avanço em relação a oito décadas atrás.

Demolida a capela de S. Miguel, outra se construiu em local próximo cerca do ano de 1915, sob a invocação de S. Torcato, onde agora se realiza uma festa anual que, a par da sua componente religiosa, desempenha também importantes funções sociais características destas solenidades. E em 1904 havia sido também construída, junto da igreja paroquial, uma outra capela de pequenas dimensões, sob a invocação do Senhor dos Passos.

Não consta que agora a sua produção de laranjas tenha a importância e a procura de tempos mais recuados, mas outras espécies de frutas passaram a enriquecer os seus pomares e, por seu lado, a produção de vinho atinge actualmente um nível muito elevado.

As azenhas dos ribeiros foram substituídas pela moagem semi-industrial e o lagar de azeite terá cessado, por volta de 1950, uma vida de mais de duzentos anos de trabalho mas, para além de mostrar ainda vestígios das suas grossas paredes, deixou a sua memória na toponímia local, com a "bouça do lagar".

As principais famílias conhecidas um século atrás mantêm ainda a sua presença e o seu prestígio na freguesia.

Se a construção recente de um edifício próprio para a sua escola do ensino primário e a existência de um jardim de infância e de um centro de educação familiar devem ser considerados como sinais de progresso e de desenvolvimento social, não pode esquecer-se igualmente o número apreciável de jovens que prosseguem estudos a outros níveis³².

O interesse pelos problemas culturais merece também ser recordado. Registando-se a criação, desde há muito tempo, do Centro Recreativo e Cultural de Curvos, justo é que se assinale igualmente a existência da prática desportiva e de um campo adaptado à modalidade de futebol.

E as autoridades locais, quer civil quer religiosa, não têm descurado a melhoria dos equipamentos colectivos, como o reforço da captação e abastecimento de água através de fontanários, a construção de um salão paroquial, e o aumento da capacidade da igreja, este agora em marcha.

9 — NOTA FINAL

Penso ter realizado o projecto a que me propus.

Se o estudo monográfico de uma localidade constitui, por si próprio, uma tarefa aliciante, num caso como o de Curvos torna-se também muito compensadora pela riqueza das situações históricas que é possível referenciar.

Ao longo do texto foram expostas e documentadas, por vezes em primeira mão, variadas informações com interesse para uma memória histórica da freguesia. Porém, muitos e importantes documentos com interesse para um projecto desta natureza poderão vir ainda a ser encontrados nos arquivos mais diversos, preenchendo lacunas ou originando correcções aos textos já publicados.

Curvos, sendo embora uma pequena freguesia tem, como se demonstrou, uma grande tradição histórica. E é curioso verificar que, com um pequeno espaço geográfico e uma população que só agora está próxima de um milhar de pessoas, manteve sempre a sua autonomia e identidade não se conhecendo que, alguma vez, tenha sido determinada a sua anexação a outra freguesia próxima.

Para além de tudo isto deve salientar-se a coesão e o sentido de bairrismo dos seus moradores mercê do que têm obtido, nos últimos anos, alguns melhoramentos com saudável reflexo na sua qualidade de vida.

Sem implantação de actividades da área industrial, e com um comércio de retalho apenas ajustado ao consumo local de bens essenciais, não sofreu os efeitos nocivos da poluição.

Por outro lado, as comodidades de acesso para o exterior permitem a deslocação de pessoas disponíveis das tarefas agrícolas que, em localidades próximas, exercem outras funções ou procuram uma melhoria da sua escolaridade.

Curvos tem, como muitas outras freguesias, algumas pessoas na situação de emigrantes. Mas este facto não revela também reflexos negativos no quadro da sua população ou da sua economia pois, de um modo geral, todos fazem aqui os seus investimentos, mantêm as suas relações familiares e de vizinhança e, mais tarde, para aqui retornam em definitivo.

E é tempo de terminar.

Oxalá que este modesto contributo para uma monografia, escrito por quem nasceu em localidade vizinha possa, ao menos, servir de estímulo para novas pesquisas e outros trabalhos.

Lisboa, Outubro de 1991

¹ Não se afigura correcta a grafia "Frossos", que frequentemente se lê. Com efeito, em nota de rodapé na pág. 93 do vol. II de "*O Bispo D. Pedro e a Organização da Diocese de Braga*", o rev. doutor AVELINO DE JESUS COSTA refere que os documentos não permitem tal grafia. Reportava-se então a uma freguesia do concelho de Braga que tem nome igual a este lugar de Curvos (ver ponto 2.3 e nº 3 do presente texto) pelo que, por igual razão, também aqui se deve aplicar.

² O Dr. TEOTÓNIO DA FONSECA, no livro "*Esposende e o seu concelho*", pg. 159, escreveu "Venda Nova". Outros autores que nele se basearam viriam a referir assim, incorrectamente, o nome do lugar.

³ Publicado na obra referida na nota 1, que consta de dois volumes, editados em Coimbra no ano de 1959, e anteriormente publicados na revista "*Biblos*", vols. XXXIII e XXXIV, de 1957.

⁴ Arquivo Nacional da Torre do Tombo, em Lisboa.

⁵ Referência de algum interesse sobre a existência e a função destes celeiros pode ler-se no livro de A. H. DE OLIVEIRA MARQUES: "*Introdução à História da Agricultura em Portugal*", pgs. 112-113, Edição Cosmos, 2ª ed., 1968.

⁶ Ver "*Portugaliae Monumenta Histórica - Scriptores*", pgs. 333-335, e "*Vila Cova, a Terra e o Homem*", de ALBERTO ANTUNES DE ABREU, pgs. 48-49, edição do jornal "*A Guarita*", de Vila Cova, 1989. Regista-se que o texto deste livro foi anteriormente publicado em "*Barcelos - Revista*", vol. III, nº 1, de 1986.

⁷ "*Vila Cova, a Terra e o Homem*" pg. 74.

⁸ Torre do Tombo. Documento citado em 3.4, segundo o resumo constante no respectivo índice. No sumário da folha de capa do mesmo pergaminho, de leitura apenas acessível a paleógrafos, diz-se expressamente que el Rey Dom Afonso, conde de Bolonha, "comete ao juiz de Neyva certa causa de força que o abade de Palme tinha feito a certas pessoas sobre hua erdade".

⁹ Citado no "*Boletim Cultural de Esposende*", nº 4, 1983, pg. 21, nota 49, e no livro atrás referido "*Vila Cova, a Terra e o Homem*", pg. 146.

¹⁰ Publicado em 1971 pela Fundação Gulbenkian, através do seu Centro Cultural Português de Paris, com introdução do Prof. Doutor J. VERÍSSIMO SERRÃO. A informação referida no texto encontra-se na pg. 14 do livro.

¹¹ Gaveta XIX, maço 6, nº 9. Reproduzido no vol. 43 fls. 210v da "*Reforma das Gavetas*", com remissão para o Livro dos Padroados. A data indicada está actualizada.

¹² Crónica de D. Fernando, de FERNÃO LOPES. A frase transcrita, com grafia actualizada, consta na primeira página do respectivo Prólogo, na edição da Livraria Civilização, Porto, 1966.

¹³ Na sua "*Monografia de Forjães*", publicada em 1972, DIDIMO MESQUITA refere, na página 42, uma personalidade com este apelido descendente do referido solar. Ressalva-se, no entanto, que o apelido "Velho" era, na altura, bastante corrente noutras famílias.

¹⁴ Referência ao assunto no livro "*Barcelos. Resenha Histórica*", de A. MANCELOS SAMPAIO e AUGUSTO SOUCASEAUX, Barcelos, 1927, pg. 26.

¹⁵ Outras referências ao assunto, na Torre do Tombo, em "*Místicos*", Lº VI, fl. 27v.

¹⁶ JOSÉ MARQUES em "*Barcelos - Revista*", 1983, vol. I, nº 2, pg. 6.

¹⁷ Texto referido na nota anterior. Ver também, sobre o assunto, o livro do mesmo autor intitulado "*A Arquidiocese de Braga no séc. XV*", Imprensa Nacional - Casa da Moeda, que apresenta bons índices.

¹⁸ Ver o livro citado na nota 14, pg. 48.

¹⁹ Pgs. 153-154 do seu livro já citado na nota 2.

²⁰ Ver pg. 21 do livro referido na nota 10.

²¹ Igualmente na pg. 21 do mesmo livro.

²² Não tenho nota da data da publicação, mas parece ter ocorrido antes de 1960.

²³ Recordar-se, como atrás já se referiu, que nas Inquirições de 1258 se fala na existência, em Curvos, de uma família com o apelido Tronqueiros. O palácio ducal de Barcelos situava-se

em frente da igreja matriz, no cimo do morro sobre o rio Cávado, ainda hoje ali existindo as suas ruínas.

²⁴ No entanto, no que se reporta a Curvos, segundo regista o rev. Dr. FRANQUELIM NEIVA SOARES em "*Nascer de Novo*", nº 115, de Julho de 1989, encontram-se na Conservatória do Registo Civil de Esposende, pelo menos, os assentos de óbito desde 11 de Novembro de 1771 até 28 de Fevereiro de 1875.

²⁵ As respostas a estes inquéritos foram publicadas pelo Dr. MANUEL A. PENTEADO NEIVA no "*Boletim Cultural de Esposende*", número 7-8, Dezembro de 1985.

²⁶ Uma ligeira referência sobre o assunto consta da folha 18 das "*Memórias de Vilar do Monte*", de MANUEL JOSÉ DA SILVA GOMES. Trata-se de um texto compreendendo 231 folhas dactilografadas, de grande formato, existente na Biblioteca Municipal de Barcelos, datada de 31 de Dezembro de 1914, mas que se reporta a situações muito anteriores.

²⁷ Um estudo, de algum modo exaustivo, sobre as comendas de Vila Cova e de Banho, foi por mim iniciado no jornal "*A Guarita*", de Vila Cova, no seu nº 38, correspondente ao mês de Setembro de 1985. Este trabalho não foi ainda concluído por, entretanto, o jornal ter interrompido a sua publicação a partir de 1989. As referências que se fazem às propriedades das comendas situadas em Curvos, assim como as respectivas fontes, constam no texto já publicado.

²⁸ Diploma importante sobre esta matéria, ao abrigo do qual foram realizadas algumas vendas de propriedade em Curvos, é a Lei de 22 de Junho de 1846.

²⁹ O referido inventário encontra-se, com outra documentação relativa à mesma comenda, no Arquivo Histórico do Ministério das Finanças, cota V/D/5, maço 79.

³⁰ Ver "*Nascer de Novo*", nº 7, de Junho de 1980, no estudo sobre o Inquérito Paroquial de 1845.

³¹ Ver "*Nascer de Novo*", atrás citado na nota 24. No livro do Dr. TEOTÓNIO DA FONSECA referido na nota 2, no capítulo respeitante a Palmeira, constam algumas informações sobre o assunto.

³² Um estudo do Dr. SEBASTIÃO MATOS, publicado no "*Boletim Cultural de Esposende*" nº 1, de Junho de 1982, contém algumas informações sobre o número de jovens que, em 1970 e 1981, prosseguiam estudos a partir do ensino secundário (ver pgs. 36-37).

PRIMEIROS RESULTADOS DA ESCAVAÇÃO DA MAMOIA DE CIMA DE VILA, PALMEIRA DE FARO (ESPOSENDE)

*Eduardo Jorge Lopes da Silva**

I — INTRODUÇÃO

A localização, por nossa parte, da Mamoa/Anta de Palmeira de Faro resultou de um trabalho de prospecção desenvolvido no concelho de Esposende, com vista ao reconhecimento e/ou detecção dos monumentos megalíticos ali existentes, respectiva fichagem e inserção dos mesmos na orla litoral minhota.

Deste monumento conhecem-se algumas referências bibliográficas:

— Teotónio da Fonseca, *Esposende e o seu Concelho*, Esposende, 1936.

— Manuel A. Penteado Neiva, *Esposende, breve roteiro histórico*, Esposende, 1987.

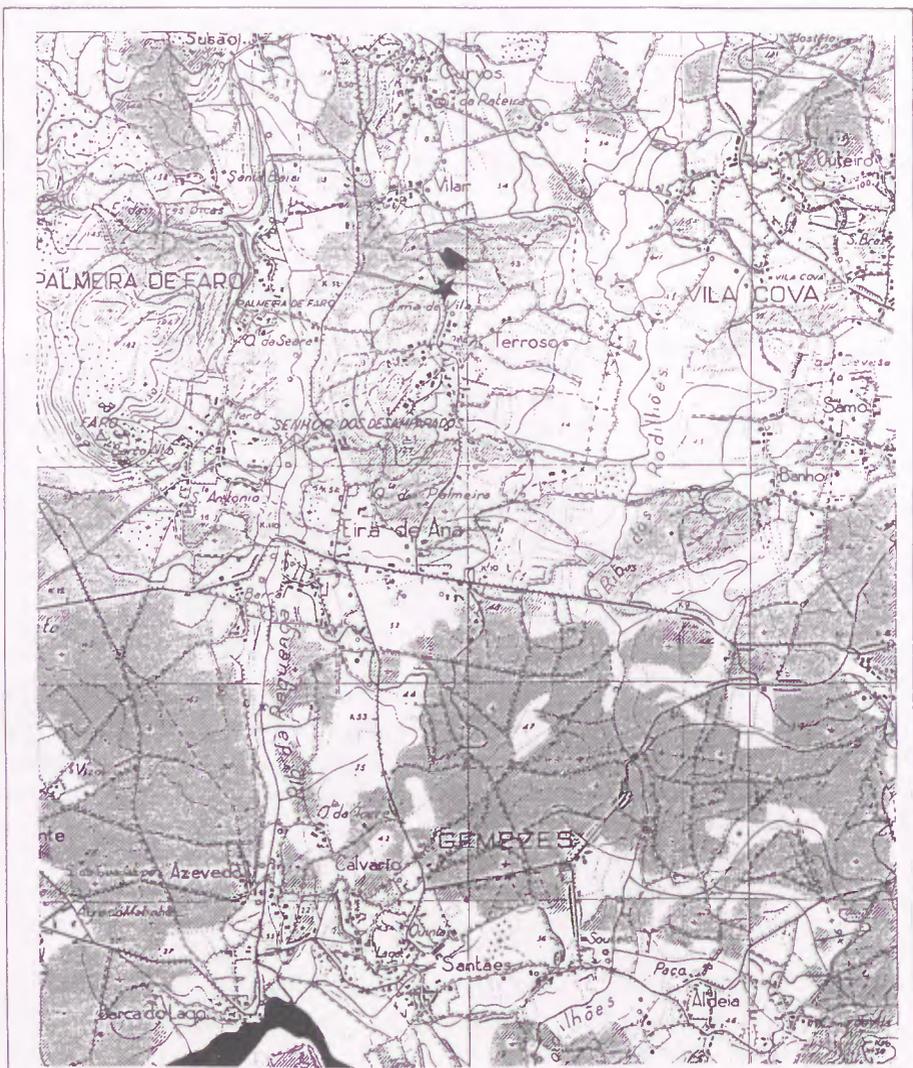
— Carlos A. Brochado de Almeida, *Carta Arqueológica do Concelho de Esposende*, Boletim Cultural de Esposende, N° 11/12, Esposende, 1987.

— Manuel Augusto Saleiro de Barros, *et alli, Esposende e o seu Megalitismo*, trabalho de campo apresentado à cadeira de Arqueologia, da Universidade Portucalense, 1986.

A escavação da Mamoa de Palmeira de Faro inseriu-se nos objectivos do Projecto de Investigação do autor, designado "O Estudo do Megalitismo Minhoto e sua Correlação com o do Douro Litoral e Beiras".

Inicialmente, pensava-se realizar os trabalhos ao longo do ano, por se estar perante um sítio preservado (dentro de uma quinta, murada), o que, à partida, dava garantias de preservação e controlo, face à sensibilidade dos

* Do Instituto de Arqueologia da Universidade Portucalense.



0 1Km

C.M.P. 1:25000

Folha N° 68



seus proprietários. Dessa forma, canalizar-se-iam os esforços para as outras duas acções a desenvolver nas proximidades (escavação da Mamoa 3 do Rapido e Antela de Portelagem). Porém, face à escassez de verbas disponíveis, houve que rendibilizar o tempo e a equipa de campo, pelo que as campanhas realizadas no Concelho de Esposende se iniciaram neste monumento, em total continuidade, considerando-se, assim, terminada a intervenção arqueológica.

Os trabalhos, desenvolvidos de 3 a 26 de Agosto de 1989, contaram com a participação de alunos do Curso de Ciências Históricas da Universidade Portucalense, Técnicos e Colaboradores do Instituto de Arqueologia da mesma Universidade, alguns licenciados, membros do Grupo de Investigação Arqueológica do Norte e elementos OTJ (Projecto GIAN).

A colaboração da Câmara Municipal de Esposende correspondeu à execução do levantamento topográfico dos monumentos escavados.

II — LOCALIZAÇÃO

A Mamoa situa-se dentro da Quinta de Mereces ou de Cima de Vila, lugar de Terroso, freguesia de Palmeira de Faro, concelho de Esposende.

As suas coordenadas são as seguintes:

Lat.: 41° 32' 42" N.

Long.: 0° 24' 02" E.

Alt.: 65 m.

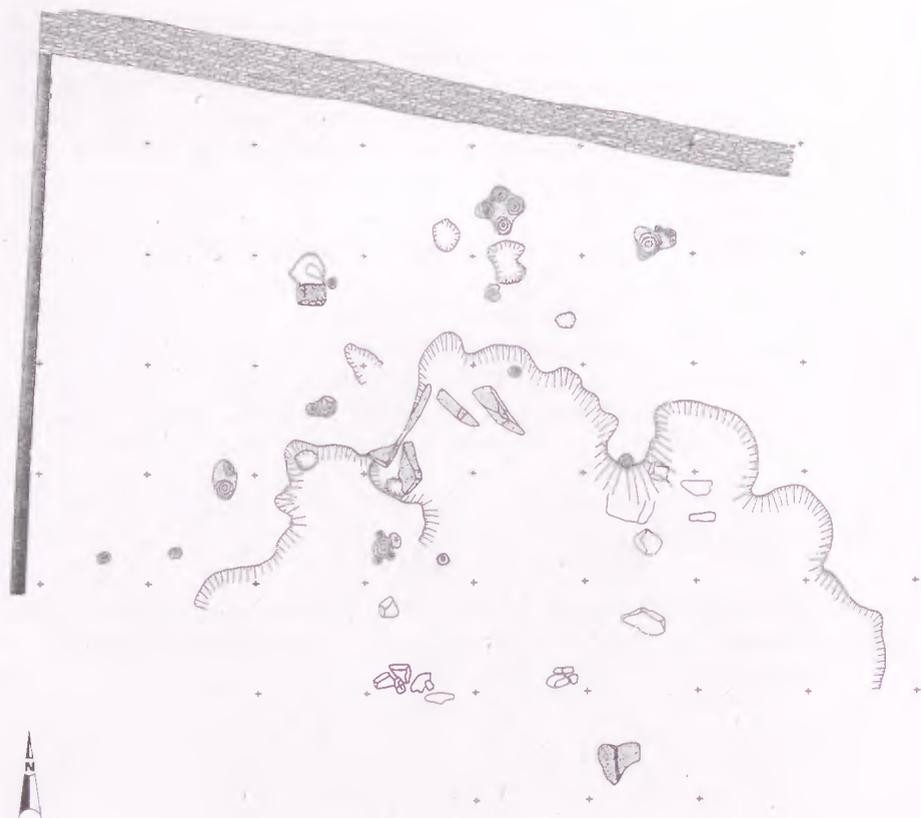
III — CONTEXTO ARQUEOLÓGICO

Este monumento encontra-se relativamente perto de outras mamoas (Eira d'Ana, Rapido, etc.).

Situa-se a uma altitude não muito elevada, e não muito distante do mar, pelo que se pode considerar como pertencendo ao conjunto de megálitos litorais.

IV — DESCRIÇÃO DO MONUMENTO

A Mamoa, de grandes dimensões, encontrava-se coberta de mato, eucaliptos e alguns pinheiros, mostrando evidentes sinais de violação, patentes em grande parte do *tumulus*. Um caminho, que passa a NNW, cortou-lhe parte do seu limite periférico. A Sul e a Este, notava-se uma grande cratera, possuindo a massa tumular pequena altura de terra. A Norte, um muro divisório da própria quinta, passa-lhe por cima. Eram notórias várias luras



MAMOIA DE PALMEIRA DE FARO

0 4m

-  MURO DA CASA DE BRAGANÇA
-  ESTEIOS
-  ÁREA DA CRATERA DE VIGAÇÃO E LURAS DE ANIMAIS
-  PINHEIROS
-  EUCALIPTOS

de animais, que esventraram, em grande parte, quase toda a área da mamoa. Esta apresenta-se melhor censervada a Norte (cujá periferia pertence já a outro proprietário), bem como no limite Este.

Consta que, há anos, foi vítima de séria mutilação, por parte de um familiar dos actuais proprietários, de que terá resultado a destruição de parte da câmara dolménica, com a retirada de alguns dos esteios da mesma. Na

altura do início dos trabalhos, estavam visíveis 3 esteios e um fragmento da laje de cobertura.

A Anta encontrava-se envolvida pela mamoa, tanto a W, como a N e E.

Já numa visita por nós efectuada ao local, em 3 de Maio de 1986, e através de uma observação sumária, foi-nos possível detectar a existência de uma gravura num dos esteios (situado a W), da qual não havia notícia. Aquele estava visível em cerca de 1,50m, tendo uma largura de 0,65m.

Num dos pontos mais proeminentes do *tumulus* encontra-se implantado um marco da Casa de Bragança que, presentemente, serve como delimitador das freguesias de Palmeira de Faro e Vila Cova.

V — METODOLOGIA DA ESCAVAÇÃO

Foi implantada uma quadrícula, com uma malha de quadrados de 2 metros de lado, a partir da materialização de 2 eixos ortogonais, orientados segundo as direcções N-S e E-W. Estes eixos interceptaram-se num ponto situado sensivelmente no centro da mamoa (área da cratera de violação). Este trabalho tornou-se, na zona mais violada, bastante dificultoso, pelo facto de existir um grande desnível para a periferia da mamoa, lados Sul e Este.

A escavação fez-se pelo método das decapagens sucessivas, tanto em área como em profundidade.

Todo o espólio foi registado tridimensionalmente, tirando-se uma cota absoluta suplementar para a profundidade (z), sempre que a importância do espólio o justificasse.

VI — A ESCAVAÇÃO

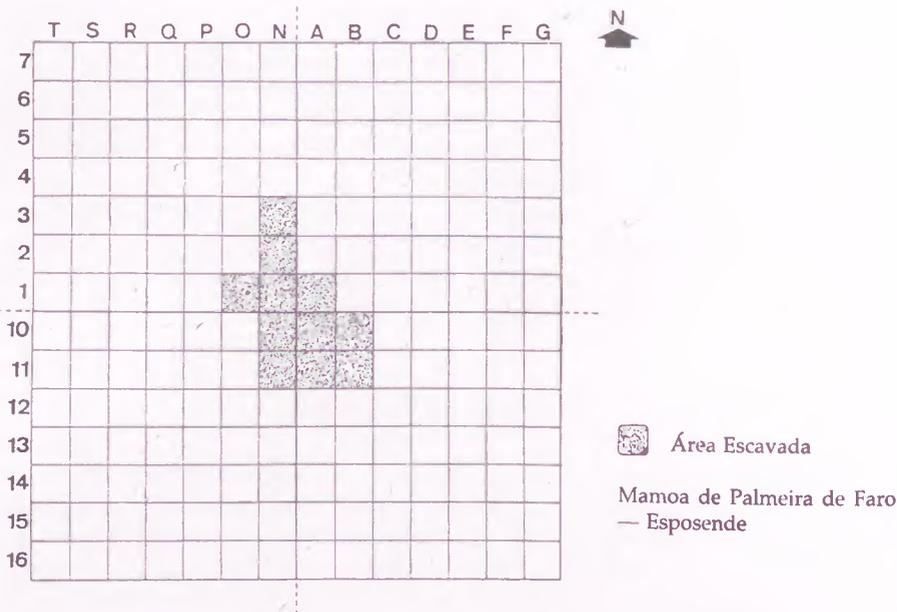
Depois de efectuada a limpeza do terreno, procedeu-se ao registo fotográfico, leitura de pontos cotados para levantamento topográfico e implantação da malha da quadrícula, segundo a Planta que acompanha este trabalho.

Este monumento apresentava-se com grandes depressões em toda a metade Sul, prolongando-se para Este, dando a impressão de ter acompanhado a implantação do corredor. A escavação, porém, não viria a confirmar esta hipótese.

Procedeu-se ao registo, em desenho, da planta inicial, com indicação das zonas de mais nítida violação.

Mamoa de grandes dimensões, apresenta um diâmetro máximo de cerca de 30 metros.

A escavação correspondeu à abertura dos quadrados N1, N2, N3, N10 e N11, A1, A10 e A11, B10 e B11 e O1.



Os trabalhos puseram em evidência, na zona da câmara, um esteio, fracturado no topo, situado a Norte da laje já visível. Encontrar-se-á *in situ* e pertence, sem dúvida, à estrutura da câmara megalítica.

Para Este, foram localizadas duas grandes pedras, praticamente no interior da câmara; provavelmente, a que se encontrou mais a Norte, será um fragmento da câmara. Tudo leva a crer que estes fragmentos de granito correspondem a restos de esteios da câmara, zona que, como se vê, sofreu forte mutilação.

Especialmente na zona da câmara, e junto à face exterior do esteio nº 1, apareceu grande número de fragmentos de xisto ardoso, muito lascados.

1. Estrutura lítica

1.1 — Carapaça lítica

Em nenhum dos quadrados abertos, nomeadamente na área melhor conservada da mamoia, foram detectadas quaisquer pedras características daquela estrutura, tanto à superfície como em profundidade. Parece estar-se, assim, em presença de um *tumulus* constituído apenas por terra, o que é um facto a relevar, já por ser raro nesta zona, já por não se ver que tenha sido substituída aquela técnica construtiva por terra barrenta, muito mais compacta, como é o caso da mamoia de Aspra ou de Faldejães (concelhos de Caminha e Ponte de Lima, respectivamente).

1.2 — Estrutura dolménica

É provável que os esteios, pelo menos os da câmara, tenham sido contrafortados por uma estrutura lítica periférica. Esta dedução justifica-se

pelo facto de ter surgido um grande número de pedras, de dimensões apreciáveis (cerca de 0,40m de comprimento médio), a uma profundidade de cerca de 1,70m, que se localizavam no interior do espaço da câmara, notando-se algumas junto da base do esteio nº 1, possivelmente em posição original. Esta estrutura apresenta algumas semelhanças com o dólmen de S. Romão do Neiva.

Nos quadrados A11 e B11 apareceram dois fragmentos de granito, dispostos horizontalmente, que poderão corresponder a restos de esteios da câmara ou a lajes do corredor. Esta segunda hipótese parece, contudo, algo prejudicada, dado que não foi possível detectar quaisquer negativos que indiquem isso mesmo (tanto nesta área, como no fecho da câmara). Um destes fragmentos (nº 1) tem as seguintes dimensões: c: 1,40m; l: 0,80m; esp.: 0,25m.

No quadrado B11 (contíguo), um outro grande fragmento, de constituição mineralógica semelhante, possuía estas dimensões: c: 1,55m; l: 0,80m; esp.: 0,20m.

O esteio nº 1 encontra-se afastado do nº 2 cerca de 0,28m. É uma grande laje em granito, que apresenta, na superfície externa, lado Norte, um grande lascamento (violação), que se prolonga a todo o comprimento.

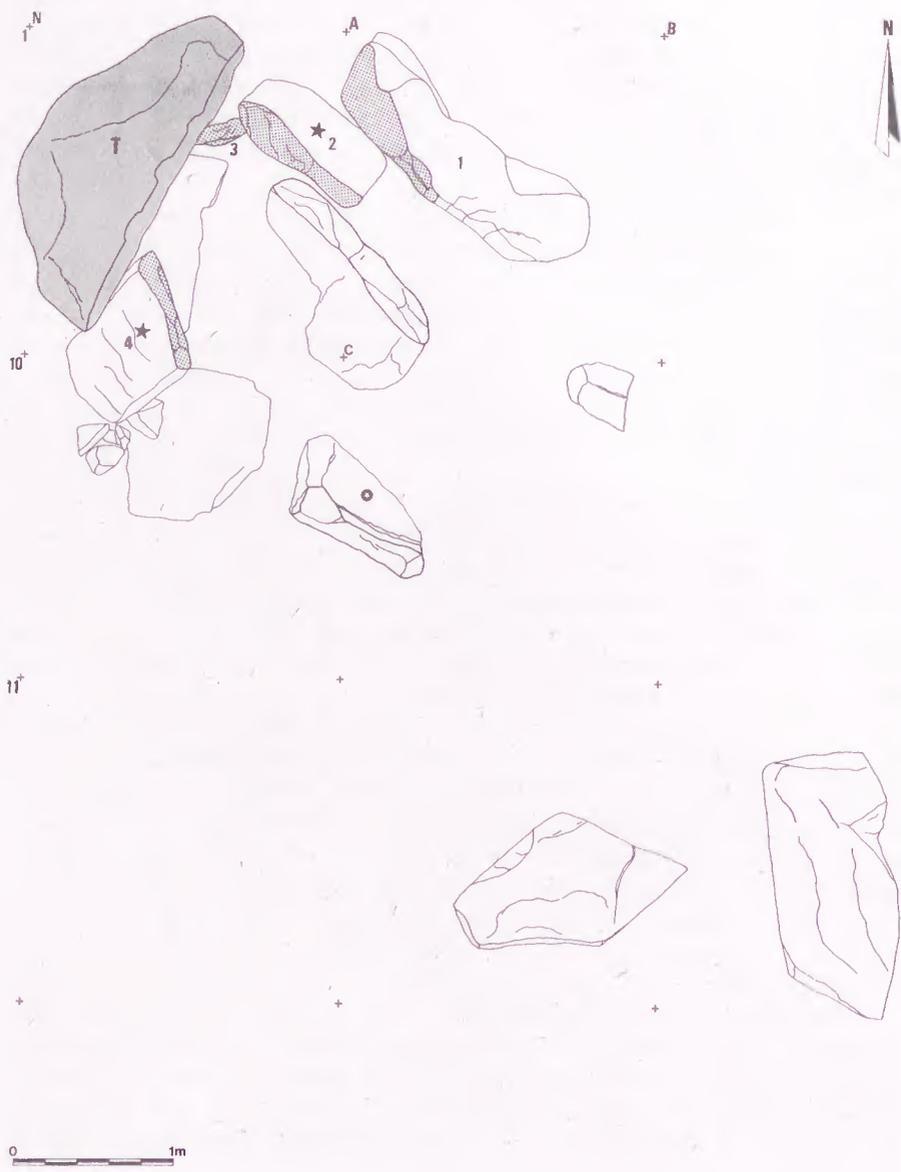
Tanto os três esteios, já em parte visíveis no início dos trabalhos, como o que a escavação revelou na sua totalidade, estarão *in situ*. Os topos não parece terem sido mutilados, à excepção de marcas de pequenos lascamentos visíveis nas extremidades voltadas a nascente.

Muito interessante foi o facto de se ter encontrado, junto à extremidade de implantação do esteio nº 1, um negativo, de configuração ovaloide, perfeitamente definido no solo de base (granito alterado). Este negativo terá correspondido ou à implantação primitiva do esteio nº 1 (e neste caso já não se encontrará completamente *in situ*) ou à implantação de um outro esteio da câmara (a que corresponderiam alguns dos fragmentos dispersos naquela área). Inclina-mo-nos mais para a primeira hipótese.

1.3 — Tampa

Encontra-se apoiada, na sua maior parte, na terra do *tumulus*, e a sua superfície inferior está abaixo do topo dos esteios cerca de 0,63m. Este fragmento terá sido deslocado da sua posição original durante as violações de que a mamoa foi alvo. O comprimento, no sentido N-S, é de 2,06m e no sentido E-W é de 0,85m. A espessura máxima é de 0,50m e a mínima de 0,15m.

Na extremidade voltada para nascente, o fragmento da tampa ostenta 4 marcas correspondentes às cunhas que a fracturaram.



MAMOA DE PALMEIRA DE FARO
Planta das lajes da câmara

- ★ Esteios com gravuras
- Esteio com pinturas
- T laje do dólmen

VII — AS MANIFESTAÇÕES DE ARTE MEGALÍTICA

1 — As gravuras

Na face interior do esteio nº 3, a 1,24m do topo, detectou-se uma gravura, de configuração geométrica, com uma altura média de 0,20m. Encontra-se numa zona do esteio que se supõe ter sido intencionalmente afeiçoada por polimento, de forma a permitir uma melhor inscrição do motivo. O sulco é largo e pouco profundo. Na parte inferior, o esteio apresenta uma saliência, com origem a partir do limite inferior da gravura, o que parece confirmar a preparação prévia do suporte lítico.

Na face interior do esteio nº 2, descobriu-se uma outra gravura, de tipologia e técnica semelhantes à anterior. A sua visualização só é possível através de uma cuidadosa observação e com condições de luz favoráveis.

O levantamento destas gravuras irá ser feito em tempo oportuno, já que se deu prioridade, por razões de preservação, aos motivos a que se refere o ponto seguinte.

2 — As pinturas

Num dos fragmentos de esteios que a escavação pôs a descoberto na zona da câmara (assinalado na planta anexa com asterisco), detectaram-se, na superfície voltada a Norte, nítidos vestígios de pinturas. Esta pedra encontrava-se disposta de forma oblíqua e, ao que parece, junto de um resto de esteio da câmara.

A surpresa desta descoberta foi bem maior, quando se verificou que a cor usada nestas pinturas foi o branco e não o ocre sanguíneo, como é mais comum. Assinale-se, pois, este facto, com a devida ênfase, dada a sua raridade no contexto da arte megalítica europeia. Não excluimos, contudo, a hipótese de se tratar de uma cor *base*, correspondente à preparação da superfície da pedra para receber os motivos, plasmados com outras cores (as mais habituais), aliás, não visíveis.

Por ora, não é possível definir a tipologia dos motivos; com efeito, o facto de os restos de pigmentação branca se espalharem praticamente por toda a superfície da laje, evidenciando, numa grande área, apenas simples vestígios daquela coloração (ainda que inequívocos), não permite uma interpretação segura. Isto não tira, contudo, importância à descoberta, que irá constituir, a partir de agora, um referencial digno de nota.

VIII — O ESPÓLIO

Uma das características do espólio deste monumento é a quase total ausência de artefactos líticos, excepção feita a um micrólito. Encontrou-se na área da câmara, em contacto com o solo de base (alterite).

Qd.: A1
x: 1,20m
y: 2,00m
z: 2,00m (banqueta Este).
Cota absoluta: 3.296 (P. Ref^a: 2.584).

Entretanto, importa referir a ocorrência de uma razoável quantidade de fragmentos de cerâmica, alguns dos quais decorados. Entre estes, o destaque, pelo seu significado, vai para um pequeno fragmento de cerâmica decorada, com cerca de 4mm de espessura e de cor clara. A decoração apresenta linhas paralelas, obtidas pela técnica de puncionamento arrastado, de tipo "Boquique".

Qd.: A1
x: 1,08m
y: 0,30m
z: 2,38m (em relação à banqueta mais alta — Norte).
Cota absoluta: 2.974 (P. Ref^a: 2.684).

Anote-se o facto de ter sido neste quadrado (A1) que apareceu a maior parte do espólio ceramológico, isto é, pela parte exterior do esteio n^o 1, e a uma profundidade acentuada.

IX — A PROTECÇÃO

Pelo facto de se encontrar dentro de uma propriedade murada, em terreno adjacente ao prédio de habitação da Quinta de Cima de Vila, onde vivem os seus proprietários, este monumento encontra-se, *ipso facto*, protegido. No entanto entendemos que uma parte da área aberta deverá ser preenchida com a terra da escavação, procurando dar-se uma atenção especial à estabilidade do grande fragmento da tampa.

Em Dezembro de 1990, e com a colaboração dos Serviços de Arqueologia da Câmara de Esposende, procedeu-se à remoção da pedra com pinturas, ficando, provisoriamente, à guarda daquela Autarquia.

X — CONCLUSÃO

Apesar deste monumento megalítico se apresentar com uma mamoa bastante mutilada, a sua escavação forneceu um conjunto de dados bastante interessante. Assim, importa fazer referência à ausência da habitual carapaça lítica, não obstante a monumentalidade da caloté tumular. Por seu lado, a descoberta de dois esteios com gravuras e uma laje com pinturas é aspecto a relevar, não só pela importância, em si mesma, de tais motivos, mas, também, pela articulação com as manifestações de arte megalítica recentemente

descobertas no litoral minhoto, em escavações por nós conduzidas, o que vem ampliar, e muito, o *corpus* desta arte no contexto nacional e peninsular.

Uma nota de destaque terá de racair na ocorrência do fragmento de cerâmica com decoração de tipo "Boquique", pela raridade do seu surgimento em monumentos megalíticos (o 1º exemplo, que sabemos, vem-nos da Mamoas 2 de Furnas, Serra da Aboboreira, Amarante — Vd. Vítor O. Jorge, *As Mamoas de Furnas (Serra da Aboboreira)*, Arqueologia, Vol. 16, Porto, 1987, p. 37).

Refira-se, por último, que as lajes definidoras da estrutura dolménica, ou de parte que da mesma resta, apresentam uma altura bastante superior às existentes nos outros monumentos por nós escavados nas localidades adjacentes (Portelagem e Rapido).

Este túmulo seria, pois, um dos mais imponentes de quantos, até agora, são conhecidos no concelho de Esposende.



Uma fase dos trabalhos de escavação, vendo-se, em 1º plano, 3 esteios da câmara dolménica.



A área da câmara dolmênica, evidenciando a zona de violação.



A zona central do monumento, durante a escavação das banquetas.



A zona central do monumento, mostrando um conjunto de pedras, da possível estrutura de contrafortagem e grandes fragmentos de esteios, em resultado de antigas violações.



Vista, de cima, da zona da câmara dolménica, observando-se um dos esteios da mesma e grandes fragmentos de outros, tombados no interior, entre os quais, do lado esquerdo, o que apresenta vestígios de pinturas.



Pormenor de um dos esteios gravados.

Ficha técnica:

Equipa de campo: Alunos do Curso de Ciências Históricas da Universidade Portucalense.

Colaboração técnica: Grupo de Investigação Arqueológica do Norte.

Levantamento topográfico: Serviços Técnicos da Câmara Municipal de Esposende.

Desenho de campo: Teresa Maria Fonseca.

Desenho de gabinete: Maria de Fátima Silva.

Fotografias: Eduardo Jorge L. da Silva.

Desenho de espólio: Teresa Maria Fonseca.

Apoio financeiro: Instituto Português do Património Cultural (Serviço Regional de Arqueologia da Zona Norte).

NECRÓPOLE MEDIEVAL DAS BARREIRAS — FÃO

*Carlos A. Brochado de Almeida
João Viana Antunes
Maria José Sousa
Rui Cavalheiro Cunha*

Acantonada na margem esquerda da foz do Cávado, Fão é uma das quinze freguesias do concelho de Esposende que se encontra actualmente, como outras do litoral minhoto, a sofrer um lento processo de descaracterização. A sua vocação agrícola e piscatória tem vindo a desaparecer, face à crescente influência do sector hoteleiro e plano urbanístico residencial que a transformam, progressivamente, num importante centro balnear. De resto, desde os fins da Idade Média as areias foram-se apoderando dos seus solos agrícolas¹ o que justifica, em parte, a existência de uma anterior comunidade agro-piscatória à qual pertenceria a necrópole, ela mesma soterrada sob as dunas de formação mais antiga. Este fenómeno dá-se na transição do séc. XIV para o séc. XV, com ponto culminante no séc. XVII, documentando-se o avanço das areias e a conseqüente formação de dunas, no período que já se denominou “pequena idade do gelo”².

Geomorfologicamente é uma zona instável, tendo como base unidades correspondentes a “episódios transgressivos e regressivos durante o Quaternário”³. Localizada numa plataforma baixa junto ao Cávado, Fão está implantada em solos de formação silúrica onde predominam os xistos ardosíferos nos quais se detectam os quartzo-filitos e os quartzitos micáceos⁴.

O vocábulo latino *Fanum*, que designa um templo rural de origem romana, terá dado origem ao topónimo *Fão*⁵. Com efeito, o traçado de duas vias romanas secundárias está confirmado nas proximidades do actual núcleo urbano: a Via Veteris⁶ que, vinda do Porto, atravessava o rio na zona da

Barca do Lago e outra, de carácter mais local, que entrava no concelho pelas imediações da *Vila Menendi*, na Apúlia⁷, passaria em Fão, para depois cruzar o rio, seguindo para Norte.

Esta é, talvez, a freguesia do concelho mais envolta em lendas. Jerónimo Contador de Argote, entre outros, coloca aqui, sem qualquer fundamento, a cidade romana de *Aquas Celanis*⁸, sendo o rio Cávado uma das cinco vias que saíam de Bracara Augusta⁹. Ainda ligada a esta época surge a lenda que identifica os cavalos de Fão — afloramentos rochosos junto à costa — como “Promontório Avaro”, o porto romano onde teriam desembarcado os romanos conquistadores de Braga¹⁰.

Existem ainda outras lendas, relacionadas com personagens bíblicas, tal como a que narra o embarque de ouro e prata destinados ao templo de Salomão no “porto” dos Cavalos de Fão¹³. Esta denominação é, aliás, justificada pela memória de uma narrativa fabulosa segundo a qual, esses rochedos seriam os cavalos petrificados aquando do naufrágio da embarcação onde seguiam, para serem ofertados pelo rei Ofir ao seu compadre Fão¹⁴. Outros autores¹⁵ colocam também nesta região o famoso Concílio contra os Priscilianistas, em 447.

Em todo o caso, e jamais relacionados com estas histórias fantásticas, têm vindo a ser referidos desde a primeira metade do nosso século¹⁶ vários elementos arqueológicos de carácter indefinido: paredes, restos de pavimentos, pedras trabalhadas, lousas e sepulturas. De todos estes vestígios (fig. 1), não existe qualquer estudo específico e carecem, na maioria dos casos, de uma localização mais precisa.

Remontemos à Fão medieval que, tanto quanto a tradição medieval nos elucidada, cultivava a terra, pescava a lampreia e o polvo nas suas águas, ou explorava a salinicultura na foz do Cávado.

As primeiras referências documentais a esta comunidade datam do séc. X. Uma carta de doação de 959 fala da vila *fano*, devota a Pelagii (S. Paio), na embocadura do Cávado, bem como da existência de salinas¹⁷. Não podemos colocar de parte a hipótese de um povoamento anterior à centúria de novecentos, com um outro patrono religioso. Lembremos que S. Paio é martirizado em Córdova em 925¹⁸, não podendo o seu culto ser difundido muito antes da data expressa no documento referido. A verdade é que o núcleo tende a progredir, aglomerando-se nas cercanias da margem esquerda do Cávado, existindo já em 1084-1091, em O Censual de D. Pedro uma referência à Igreja de Fão¹⁹.

O desenvolvimento deste núcleo populacional estaria ligado aos recursos oferecidos pela região costeira. A existência de salinas e o crescente interesse pela sua exploração são evidentes desde o séc. X e uma grande variedade de documentos confirmam-nos a importância da salinicultura²⁰ na economia regional. Aliás, Virgínia Rau²¹ refere que Fão torna-se um centro salineiro de relevo a partir do séc. XII, actividade que segundo Carlos Alberto Ferreira de



-  — Necrópole
-  — Vestígios da Igreja Medieval?
-  — Vestígios de Cronologia Indeterminada



(FIG. 1)

Almeida²² esmorecerá e terá o seu colapso nos finais da Idade Média, restando pelo menos um antropónimo actual²³.

A actividade piscatória fluvial e marítima seria uma das ocupações principais de grande parte dos “fangueiros” do séc. XIII. As inquirições de 1258 fazem mesmo a distinção entre os camponeses não-proprietários que vão pescar e os que não vão, o que pelo facto serão tributados de forma diferente²⁴.

Entretanto a pressão das peias senhoriais²⁵ e o avanço constante e progressivo das areias²⁶ provocarão, já nesta altura, uma tendência para o despovoamento ou pelo menos o abandono das terras aráveis, já referido nas Inquirições de 1220²⁷. Todavia, outras condicionantes para a explicação deste fenómeno terão de ser também ponderadas, nomeadamente os surtos de peste²⁸ e as doenças dos cereais.

O despovoamento parcelar da paróquia volta a ser focado nas Inquirições de 1258²⁹ e a fraca rentabilidade dos recursos existentes que se adivinha na documentação começa a ser bem patente na última fase de ocupação da necrópole, não só pela elaboração diversa das sepulturas como pelo espólio exumado durante as escavações arqueológicas³⁰.

Nos inícios do séc. XV, a situação seria gravosa já que, em 1412, D. João I concede privilégios³¹ a 10 homens que fossem morar em Fão, uma vez que o local se encontrava “despobrado por mingua de gentes que em ele nom vivem”.

A existência desta necrópole é conhecida, pelo menos, desde inícios do século embora até há bem pouco tempo se pensasse que se tratava de um testemunho romano³². Chaves Coupon assinalará os primeiros vestígios da sua detecção em 1924³³ e, em 1956, Manuel de Boaventura apresenta, no IV Congresso Português de Arqueologia a descrição de vinte e uma sepulturas destruídas num arroteamento localizado nas Barreiras³⁴.

A área contígua a esse terreno encontrava-se, em fins da década de oitenta, coberta por uma formação dunar, com cerca de metro e meio de altura, facto providencial que, além de preservar intacta a necrópole, alicerça os dados que possuímos acerca do avanço das areias nos fins da Idade Média. Em Março de 1989, um grupo de alunos da Escola Preparatória de Fão tomou conhecimento que naquele local teria existido o “cemitério antigo” e, ao escavarem o solo, descobriram uma das sepulturas.

Alertado o Instituto de Arqueologia da Universidade do Porto, os trabalhos iniciaram-se de imediato, sob a responsabilidade do extinto IPPC — Serviços de Arqueologia da Zona Norte, actual IPPAR e o apoio da Câmara Municipal de Esposende³⁵.

O primeiro passo foi proceder a uma escavação em área, para definir os limites da necrópole. Desmantelado a norte, quando apareceram as 21 sepulturas descritas por Manuel de Boaventura, o cemitério medieval sofreu

também, a Sul e a Nascente, destruições decorrentes dos campos de cultivo implantados parcialmente sobre os terrenos que o cobriam. Existem, de resto, histórias de episódicos achados relacionados com as sepulturas, durante os trabalhos agrícolas. Deste modo, apenas foi preservada a zona que permanecia sob a duna e que se prolonga em direcção a poente, para o pinhal sob o Caminho dos Lírios.

Até ao momento encontram-se inventariadas 190 sepulturas espalhadas por uma área de 600 m² (Fig. 2). Salienta-se o grande número de sepulturas de criança, que constituem cerca de 30% dos enterramentos. Para além do dado adquirido que as elevadas taxas de mortalidade são características da Idade Média, se pensarmos que o total de sepulturas contabilizadas corresponde a três séculos de enterramentos sucessivos (séc. XII, XIII e XIV), a Fão medieval a que corresponde o cemitério, não passaria de um aglomerado de vinte a vinte e cinco famílias. Nota-se uma grande quantidade e concentração de enterramentos, visível sobretudo através da reutilização de sepulturas para várias inumações, a sobreposição e destruição de túmulos ou a utilização de paredes comuns a mais do que uma sepultura bem como a colocação de ossários sobre os túmulos, arrumados a um canto ou disseminados por toda a área (Fig. 3).

As sepulturas da necrópole podem definir-se como sendo enterramentos delimitados por pedras avulsas, com tampas de contornos irregulares, dispostas transversalmente e vedadas com barro. O xisto e o granito foram o



(FIG. 2)



(FIG. 3)

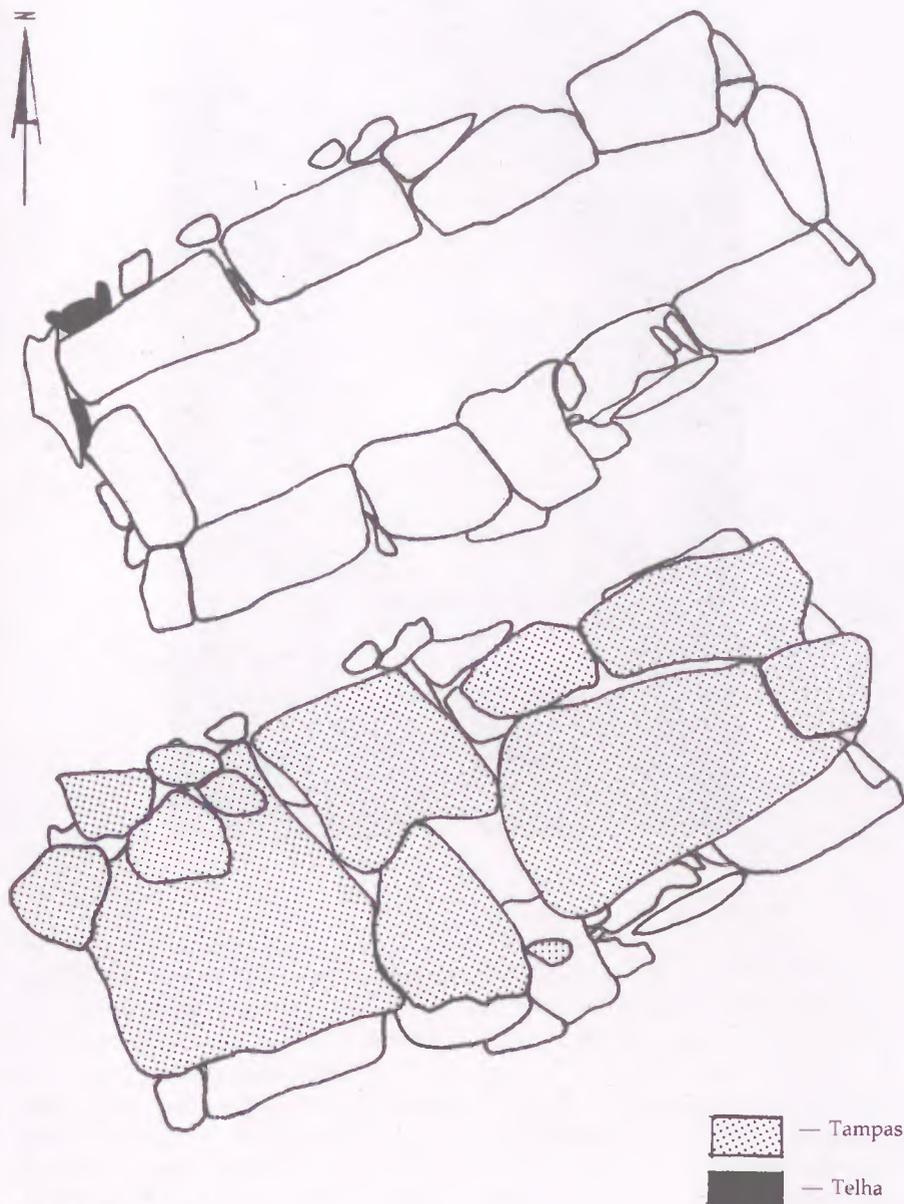
material-base utilizado, englobando, aqui reaproveitadas, várias pedras de anteriores funções, tais como mós de moinhos de rodízio e fragmentos de telha (Fig. 4 e 5).

A longa perduração deste tipo de enterramentos e sua quase uniformidade bem como a diminuta profundidade (Fig. 6) a que se encontram e a conseqüente inexistência de uma estratigrafia credível devido aos sucessivos revolvimentos de que a zona foi alvo, colocam entraves à elaboração de uma tipologia ou mesmo uma ordenação cronológica exacta.

Apesar de tudo, podemos estabelecer dois tipos de sepulturas que denotam dois momentos de enterramentos: uma primeira fase de caixa em granito e tampa em xisto (Fig. 7) e, posteriormente, a confecção de sepulturas com caixa e tampa em xisto, ou pelo menos a sua predominância. Este tipo modesto de sepulturas generaliza-se a partir do séc. XI³⁶. É o tempo da morte despersonalizada, do enterramento anónimo em que o corpo, envolvido num simples sudário de linho³⁷ era depositado directamente na sepultura, em posição de decúbito dorsal (Fig. 8 e 9).

A totalidade das sepulturas encontra-se orientada para Nascente, a direcção da Jerusalém terrestre. Este posicionamento é motivado pela crença na Ressurreição, no Juízo Final e, frequentemente, encontra-se um reforço lateral de pedras ou telhas que asseguram ao crânio a direcção pretendida, impedindo-o de oscilar, fornecendo um claro indício de antropomorfismo à sepultura (Fig. 7).

DUAS FASES DE UMA SEPULTURA



(FIG. 4)



(FIG. 5)

O sector Oeste da escavação revelou o resto das estruturas de um edifício construído sobre parte da necrópole e do qual, apesar de se apresentar actualmente ao nível dos alicerces, foi já possível definir seis compartimentos (Fig. 10). Não se podendo afirmar se a sua instalação ocorreu numa fase tardia do funcionamento da necrópole ou após o seu abandono no séc. XIV, apresenta, contudo, claros indícios de ocupação, com pisos bem consolidados, um interessante lajeado em xisto (Fig. 11) e uma densa e bem localizada concentração de carvões. A hipótese de estarmos perante uma habitação-oficina dentro da área da necrópole, apresenta-se-nos como inédita em Portugal, apesar de Philippe Ariès no seu estudo sobre cemitérios franceses³⁸, concluir da sua efectiva habitabilidade.



(FIG. 6)

Quanto ao espólio recolhido, ele é essencialmente constituído por cerâmica, fragmentos de ferro e bronze e algumas moedas. As normas canónicas que determinavam o total desprendimento dos bens terrenos e materiais, levaram à ausência de qualquer tipo de mobiliário fúnebre nas sepulturas, aparecendo somente os restos ósseos. As poucas cerâmicas recolhidas na necrópole, sem relação directa com os enterramentos, proporcionam cronologias que oscilam entre o séc. XII e o séc. XIV.

É na zona do edifício que a maior parte do espólio está concentrado, numa espessa camada de ocupação sobre os pisos, onde abundam as cinzas e os carvões, bem como os sinais daquilo que poderá ter sido uma forja, a avaliar pela quantidade de ferro detectada e bem localizada. Os testemunhos cerâmicos sobre o piso são numerosos e a sua datação aponta para o séc.



(FIG. 7)

XIV, destacando-se uma base decorada pertencente a um vaso (fig. 4), encontrada junto ao alicerce de uma parede. Salienta-se ainda a recolha de algumas moedas de cronologia tardo-medieval³⁹.

A necrópole das Barreiras contém elementos que nos irão dar a possibilidade de conhecer a vida do homem comum na Idade Média, o homem anónimo, a vida daquele cujo nome não é mencionado na documentação medieval.

Poucos cemitérios medievais foram escavados até ao momento e raramente se encontrarão intactos, pois sofreram enterramentos contínuos e terão sido destruídos pelo arranjo de adros ou pela reformulação das igrejas.

O estudo desta necrópole depara com uma série de condicionalismos, para além da dificuldade de se poderem estabelecer paralelos. Jamais



(FIG. 8)

conseguiremos saber quais seriam as suas reais dimensões, uma vez que foi sendo mutilada ao longo dos tempos. Falta, igualmente, descobrir onde se encontram os alicerces da primitiva Igreja de Fão. Esta localizar-se-á, em princípio, próximo da área dos enterramentos⁴⁰ pois, a partir do séc. IX⁴¹, pelo menos, os cemitérios posicionavam-se nas imediações dos templos.

Um outro problema será o enquadramento cronológico da presença de tégula nesta necrópole. Foram, até ao presente, descobertos vários fragmentos avulsos e até integrados no forro de uma das sepulturas, alguns exemplares de telha romana. Estes vestígios sustentam a hipótese da existência de tumulações mais antigas ou de quaisquer outro tipo de estruturas localizadas na área, que possibilitem fazer remontar à Alta Idade Média ou mesmo à época romana a ocupação no lugar das Barreiras, em Fão.



(FIG. 9)



(FIG. 10)



(FIG. 11)

NOTAS:

- ¹ GRANJA, Helena Maria L. P., "A História Geológica Recente da Área de Paisagem Protegida do Litoral de Esposende e o seu Futuro", comunicação apresentada ao "II Congresso de Áreas Protegidas", Lisboa, 1989 (no prelo).
- ² LOPEZ-VERA, F., "Cambios climáticos en la Península Ibérica durante el último milenio, com especial referencia a la Pequeña Edad Glacial", *Quaternary Climate in Western Mediterranean*, Univ. Autónoma de Madrid, 1986.
- ³ SOUSA, Manuela de, "A cartografia geológica das formações paleozóicas da zona costeira minhota (concelho de Esposende)", *Boletim Cultural de Esposende*, N.ºs 13/14, Esposende, 1988, p. 125-163 e N.ºs 15/16, 1989, p. 103-144.
- ⁴ TEIXEIRA, C.; MEDEIROS, A. Cândido de, *Notícia Explicativa da Folha 5-C (Barcelos) da Carta Geológica de Portugal na escala 1/50.000*, Lisboa, 1969.
- ⁵ Documentou-se, há já largo tempo, a existência de uma *Fano* italiana, cujos testemunhos arqueológicos remontam a um templo de época romana.
- ⁶ ALMEIDA, Carlos A. Brochado de, "Via Veteris. Antiga estrada romana?", *Actas do Seminário de Arqueologia do Noroeste Peninsular*, vol. III, Guimarães, 1980.
- ⁷ ALMEIDA, Carlos A. Brochado de, *op. cit.*
- ⁸ ARGOTE, Jerónimo Contador de, *Memórias para a História Eclesiástica do Arcebispado de Braga*, T. 1, Lisboa, 1732, p. 271.
- CUNHA, D. Rodrigo da, *Da História Eclesiástica do Arcebispado de Braga*, 1ª Parte, Braga, 1634, pp. 20-21.
- CHAVES, P.º Jerónimo Gonçalves, *Descrição do Antigo Porto dos Romanos nos Cavalos de Fão*, Esposende, 1913.
- ⁹ LARCHER, Jorge das Neves, *Monografia de Fão*, Esposende, 1948, p. 10.
- CHAVES, Jerónimo Gonçalves, *Elementos para a História de Fão*, Famalicão, 1924, pp. 15-19.
- COSTA, P.º António Carvalho da, *Chorografia Portuguesa*, T. 1, Lisboa, 2.ª ed., 1868.
- FONSECA, Teotónio da, *Esposende e o seu concelho*, Esposende, 1936, p. 206.
- ¹⁰ ARGOTE, Jerónimo Contador de, *op. cit.*
- ¹¹ COSTA, P.º António Carvalho da, *op. cit.*, T. 2, 2.ª ed., Lisboa, 1968, p. 274.
- ALMEIDA, Carlos A. Brochado de, "Carta Arqueológica do Concelho de Esposende", *Boletim Cultural de Esposende*, vol. 13/14, Esposende, 1988, pp. 32-33.
- ¹² ALMEIDA, Carlos A. Brochado de, "Carta Arqueológica do Concelho de Esposende", *op. cit.*, pp. 34-40.
- ¹³ CHAVES, Jerónimo Gonçalves, *op. cit.*, pp. 15-19.
- COSTA, P.º António Carvalho da, *op. cit.*
- ¹⁴ LARCHER, Jorge das Neves, *op. cit.*, p. 10.
- ¹⁵ CHAVES, Jerónimo Gonçalves, *op. cit.*, p. 8.
- COSTA, P.º António Carvalho da, *op. cit.*
- Episcopologio*, por Manuel Pereira de Novais, vol. I, Biblioteca Pública Municipal do Porto, Porto, 1916.
- ¹⁶ CHAVES, Jerónimo Gonçalves, *op. cit.*, pp. 8-9.
- LARCHER, Jorge das Neves, *op. cit.*, p. 7.
- ¹⁷ GUIMARÃES, João Gomes de Oliveira, *Vimaranis Monumenta Historica*, Guimarães, 1908, doc. 241. A doação, ao mosteiro de Santa Maria da Oliveira em Guimarães refere: "Cognitum eaque villa nuncupata fano que est erga anne catavo hant procul ab ore maris domne Gunterodi quos concessit ei per scripture bene factis Veremudos pepiz uir suos et ipsa domna Gunteradi commutavit cum Didaco probis menendi pro quo et accepit ab eo in salinense salinas et villa que illi apte fuit."
- ¹⁸ PIEL, Joseph M., *Os nomes dos Santos tradicionais hispânicos na toponímia Peninsular*, Coimbra, 1950, pp. 39-40. Piel aponta a possibilidade de terem havido em Tuy relíquias deste

santo. Provavelmente esta localidade terá sido a terra natal deste mártir. A proximidade da Galiza poderá ser um dos factores da adopção rápida deste orago?

¹⁹ Inventário dos bens e igrejas de Guimarães de 1059 — “[...] *Et in aula maris ad foze de flumen catavo de hanc parte villa nuncupata fano cum salinas et ecclesia sancti pelagii martiris et cum omnibus prestationibus suis ab integro per suis terminis et locis antiquis [...]*”, in *Diplomata et Chartae*, vol. I, Lisboa, 1867, p. 258. Inventário dos bens e igrejas de Guimarães de 1225 — “[...] *et mediatatem ecclesiarum [...]* et *sancti pelagii de fano [...]*”, in *Vimaranis Monumenta Historica*, Parte II, Guimarães, 1929, p. 191.

²⁰ *Liber Fidei* (pp. 233-234). Doc. 721 [C] e doc. 462 [B]. Além destes dois documentos existe ainda um outro, sem data, pelo qual um tal Domino doa à Sé de Braga um moio de sal por ano, enquanto viver, e sua mulher doa-lhe um quarteiro, que seus filhos ou os herdeiros das salinas pagarão perpetuamente à dita Sé, ficando usufrutuário dele Pedro Gondesendes. In *Liber Fidei*, doc. 696, p. 234.

²¹ RAU, Virgínia — *Estudos sobre a História do sal português*, Lisboa, Ed. Presença, 1984, Col. Métodos, nº 17, pp. 54-56.

²² ALMEIDA, Carlos A. Ferreira de, *Arquitectura Românica de Entre-Douro-e-Minho*, vol. I, Porto, 1978, pp. 133-134.

²³ Os actuais habitantes de Fão auto-denominam-se Fangueiros, nome proveniente de *fanga*, antiga medida de capacidade.

²⁴ Nas Inquirições de Afonso III, 1258, p. 1435, aparecem discriminadas as rendas em espécie pagas pelos pescadores: “[...] *congris, lacustis et de pexotis quintam partem et de omni pisce quod capitur retibus dant decimam partem Domino Regi, exceptis sardinis de quibus dant piscatores secundum suam voluntatem et non per forciam [...]* et *de delfinis et tonias vivis et mortuis dant mediatatem Domino Regi [...]* de *rubeis et de morenis et de pargos dant navaum et de fanegas et de polvos dant de illis ad voluntatem piscatorum [...]*.”

²⁵ MARQUES, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, I.N.C.M., Lisboa, 1988.

²⁶ GRANJA, Helena Maria L. P., *op. cit.*

²⁷ Ver Inquirições de 1220 acerca de Fão “et si ista casalia vel aliquod istorum casalium fuerit depopulatum”.

²⁸ As pestes estão documentadas para toda a medievalidade. Para o seu estudo consulte-se, por exemplo:

MEIRELES, António da Cunha Vieira de, *Memórias de Epidemiologia Portuguesa*, Coimbra, 1866.

GODINHO, Vitorino Magalhães, *A Expansão Quatrocentista Portuguesa*, Lisboa, 1945.

CAETANO, Marcelo, “A Administração Municipal de Lisboa durante a 1ª dinastia”, sep. da *Revista da Faculdade de Direito da Univ. de Lisboa*, vol. VIII, Lisboa, 1951, p. 80 e ss.

RAU, Virgínia e outros, “Peste Negra em Portugal”, sep. de *Bracara Augusta*, Vol. XIV, nº 1-2, Braga, 1963.

LOPES, José Manuel Silveira, *Os Cataclismos em Portugal do séc. XII a 1348*, (dissertação de licenciatura em História), Fac. Letras de Lisboa, 1968.

BARROS, H. da Gama, *História da Administração em Portugal nos séc. XII a XV*, 2ª edição, Lisboa, s. d. vol. V, pp. 166 e ss. e 391, vol. III, pp. 23 e ss. e 337-378.

RAU, Virgínia, *Sesmarias Medievais Portuguesas*, Ed. Presença, 1982, p. 76 e ss.

FERREIRA, M. E. Cordeiro, “Epidemias” in *Dicionário de História de Portugal*, dir. de Joel Serrão.

OLIVEIRA, J. Amaro de, “Peste Negra”, in *Dicionário de História de Portugal*, dir. de Joel Serrão.

ROQUE, Mário da Costa, “As Pestes Medievais Europeias” e o “Regimento Proueytoso contra ha Pestença”, *Fontes documentais Portuguesas*, XII, Fundação Calouste Gulbenkian, Paris, 1979.

²⁹ As Inquirições de D. Afonso III, 1258, p. 1435, continuam a focar o despovoamento parcelar da paróquia, apontando: “quia terre non sunt bene culte nam quidam laboratores sunt qui fugiunt”.

³⁰ Os túmulos desta fase patenteiam essa pobreza, o que parece estar de acordo com as 70 libras de rendimento da Igreja de Fão, em 1320-1321, quando foi elaborado o Catálogo das Igrejas e Comendas do Reino de Portugal.

ALMEIDA, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, vol. IV, Barcelos, 1971, p. 98.

³¹ A.N.T.T., Chanc. de D. João I, Liv. 3, fl. 136, citado por MARQUES, J. M. da Silva, *Descobrimientos Portugueses*, vol. II, Lisboa, 1944, p. 457 e MARQUES, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, I.N.C.M., Lisboa, 1988.

³² Esta ideia é veiculada, entre outros, por AMÂNDIO, José Bernardino, *Esposende e o seu Concelho*, Coimbra, s/d, pp. 57-58, e posteriormente por ALMEIDA, Carlos A. Brochado de, "Carta Arqueológica do Concelho de Esposende", *Boletim Cultural de Esposende*, vol. 7-8, Esposende, 1985, p. 35, que, na listagem da carta arqueológica, a apresenta como de possível origem tardo-romana. Todavia, este autor, ao descrevê-la na Carta Arqueológica referente à Necrópole de Fão ("Carta Arqueológica do concelho de Esposende", *Boletim Cultural de Esposende*, vol. 13-14 — Esposende, 1988, pp. 26-32, perante os actuais dados da escavação, rectifica a sua anterior posição.

³³ CHAVES, Jerónimo Gonçalves, *op. cit.* p.8.

³⁴ BOAVENTURA, Manuel de, "Uma Necrópole em Fão", *Lucerna*, Porto, 1966 — Jornal "O Fangueiro" de 19 de Outubro de 1958.

³⁵ A direcção da escavação foi entregue a Carlos A. Brochado de Almeida. — Agradecemos a colaboração dos Drs. Rui Cavalheiro da Cunha, Teresa Resende de Almeida, Maria Manuela Monteiro, Isaura Maia, Paulo Costa Pinto, Maria José Sousa, João Viana Antunes, alunos da Faculdade de Letras da Universidade do Porto e aos Serviços de Arqueologia da Câmara Municipal de Esposende.

³⁶ Esta tendência é visível um pouco por toda a Europa já no decurso da Alta Idade Média. A título de exemplo, citamos: ARGENTE OLIVER, José Luis, "La Necropolis Visigoda del lugar la Varella — Castellar (Calo-Zaragoza)", *Excavaciones Arqueológicas en España*, nº 87, Madrid, s/d. ASUNCIÓN BIELSA, Maria, "Necropolis Altomedievales en Aragón", *XIII Congreso Nacional de Arqueologia*, Huelva (1973), Zaragoza, 1975, pp. 995-1002. MOOSBRUGGER-LEU, Rudolf — *Die Schweiz zur Merowinger zeit*, vol. A, Bern, 1971.

³⁷ BARROCA, Mário Jorge, *Necrópoles e Sepulturas Medievais de Entre-Douro-e-Minho*, Fac. de Letras, Porto, 1987, p. 305.

³⁸ ARIÈS, Philippe, *O Homem perante a Morte*, Vol. I, Mem Martins, Publicações Europa-América, pp. 80-83.

³⁹ Os numismas já identificados pertencem a D. Sancho II, D. Afonso III, D. Dinis e D. Afonso IV.

⁴⁰ É possível que os restos de pavimento e a "pia de água benta", que o P.º Chaves Coupon diz terem aparecido na "tomada de José Borda", sejam resquícios dessa mesma igreja.

⁴¹ BARROCA, Mário Jorge, *op. cit.*, p. 283.

PALEODEMOGRAFIA DA POPULAÇÃO MEDIEVAL DE FÃO

RESULTADOS PRELIMINARES

*Eugénia Cunha, Teresa Araújo, Carmo Marrafa,
Ana Santos e Ana Silva*

Departamento de Antropologia da Universidade de Coimbra.

Resumo:

No presente artigo apresentam-se os primeiros resultados da análise paleodemográfica da população medieval de Fão. Dum total de 190 sepulturas existentes no cemitério, 48, as analisadas no presente artigo, já foram escavadas. Apesar da cronologia — entre os séculos XI e XIV — estar bem definida e do facto do grande número de sepulturas corresponder a uma população natural, o estudo paleodemográfico é severamente afectado pelo mau estado de conservação da grande maioria dos ossos. Tentamos reconstituir os 59 indivíduos encontrados, determinando, para cada um deles, sempre que possível, o sexo, a idade e a estatura.

I — INTRODUÇÃO

Neste artigo analisam-se os restos humanos exumados do cemitério medieval de Fão, durante as campanhas de 1990 e 1991 (Cunha *et al*, 1991, 1992). Este cemitério, que a seguir se caracteriza, é o maior cemitério medieval português que se manteve intacto até aos nossos dias e é, igualmente, o único que está a ser escavado exaustivamente. Os resultados do presente artigo são, unicamente, resultados preliminares, dizendo apenas respeito às sepulturas estudadas até ao momento. Este trabalho insere-se assim num de maior âmbito (Cunha, 1994) que está em curso e cujos objectivos são a caracterização demográfica e antropológica da população medieval portuguesa.

II — SITUAÇÃO GEOGRÁFICA

A necrópole de Fão está situada ao Norte de Portugal, no distrito de Braga e no Município de Esposende, sobre a margem esquerda da foz do rio Cávado, a 500 metros do mar. O local encontra-se a uma altura média de 5 metros e nas seguintes coordenadas: 41° 30' 17" de longitude Este e 0° 21' 22" de latitude Norte.

III — CONTEXTO ARQUEOLÓGICO

Primeiramente resumimos os elementos arqueológicos que interessam ao antropólogo. Para tal, usamos algumas observações de Brochado de Almeida *et al* (1990).

A descoberta de uma necrópole no lugar de Barreiras, em Fão, data já dos inícios do nosso século (1924). Posteriormente, em 1956, fazia-se referência a 21 sepulturas. A redescoberta da necrópole, no entanto, só se deu, acidentalmente, em 1989. Desde então uma equipa liderada pelo arqueólogo da Universidade do Porto, Dr. Brochado de Almeida, com o apoio da Câmara, tem vindo a efectuar o trabalho de escavação. O início do trabalho da nossa equipa remonta apenas a Novembro de 1990.

Sobre a população que se pretende analisar, sabe-se, historicamente, que deve corresponder a uma pequena comunidade piscatória. *A priori* é uma população natural o que constitui um pré-requisito importante para um estudo paleodemográfico. A cronologia e o grande número de sepulturas presentes são outros factores positivos para o bom termo da investigação a que nos propomos.

CRONOLOGIA

Os cerca de 600 m² de extensão da necrópole encontravam-se cobertos por uma duna com cerca de 1.50 m de altura. Nesta área foram inventariadas, até ao momento, cerca de 190 sepulturas que correspondem a 4 séculos de enterramentos sucessivos; séc. XI/XIV. É esta a cronologia da presente necrópole que pôde ser determinada com algum rigor com base em elementos históricos, geológicos e arqueológicos que a seguir se fazem referência de forma resumida. Datam do século X as primeiras referências documentais que aludem a um povoamento apoiado por uma estrutura religiosa devota ao mártir S. Paio (do séc. X). A duna que existia sobre a necrópole formou-se no séc. XIV o que prova que desde então o cemitério esteve intacto. As moedas encontradas durante a escavação no piso perto das sepulturas, confirmam a cronologia mencionada. As analogias em termos de organização do espaço sepulcral e do tipo de enterramento permitem situar estes últimos entre as balizas cronológicas citadas.

IV — AS SEPULTURAS

Há apenas um tipo de sepultura: o enterramento na terra.

Estas sepulturas podem definir-se, *grosso modo*, como enterramentos delimitados por pedras avulsas, providas de tampas com contornos irregulares, de materiais de construção diversos como xisto, granito, mós de moinhos de rodízio. Há também, nalgumas sepulturas, simulação de antropomorfismo. Existem em Portugal outros exemplos similares. É a partir do séc. XI que esta maneira de enterrar se generaliza, na grande maioria são sepulturas onde o povo anónimo era enterrado, daí a sua pobreza. O enterramento era feito sem caixão com o corpo envolto num sudário (Barroca, 1987), o que explica a pouca profundidade de alguns enterramentos onde, para além do corpo, praticamente mais nada existia.

As sepulturas estão orientadas cabeça para oeste e pés para este com variações negligenciáveis.

Nota-se uma forte densidade de inumações, com sobreposição de sepulturas. Em muitos casos há reutilização das sepulturas e, disseminados pelo cemitério, alguns ossários. A reutilização das sepulturas é comprovada pelas reduções.

V — MATERIAL

Neste artigo é analisado o material proveniente das 48 sepulturas (cerca de um quarto do cemitério) até agora escavadas. Destas 48, 9 não forneceram qualquer material ósseo. Nas restantes, no que respeita a frequência de indivíduos por sepultura, registou-se o seguinte:

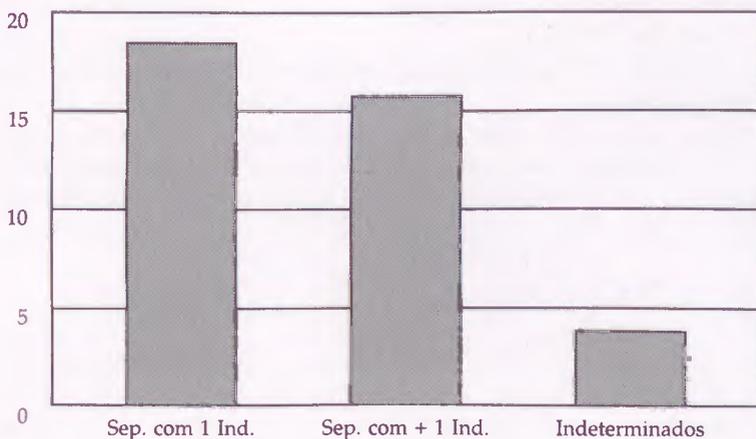


Figura 1 — Frequência de indivíduos por sepultura.

O número real é de 59 indivíduos. Se contarmos com as sepulturas vazias, contanto que cada uma teria pelo menos um indivíduo, temos um total de 69 indivíduos.

As quatro sepulturas com menos de 100 cm que não ofereceram qualquer material ósseo, correspondem certamente a crianças que foram enterradas ao lado dos adultos. Pode-se, assim, aumentar o efectivo de crianças. Por outro lado, a presença de sepulturas destas dimensões prova que, neste cemitério, existem crianças muito novas, lactentes, ou mesmo fetos. Podemos também afirmar que as crianças não eram enterradas em nenhuma zona preferencial do cemitério.

V 1. — ESTADO DE CONSERVAÇÃO DOS OSSOS

A maioria dos ossos está bastante fragmentada. Para ter uma ideia mais precisa sobre o estado dos ossos, refira-se que não há qualquer osso íliaco completo (fragmentados há, apenas, dois), crânios completos só há um e ossos longos inteiros há só dois. Assim, a nossa análise antropológica baseia-se sobretudo em fragmentos de ossos longos, dentes e fragmentos cranianos. Este facto torna, *à priori*, extremamente problemático o estudo paleodemográfico.

A acidez do solo parece ser a principal responsável pelo mau estado de conservação dos ossos. Como não existe uma variação tipológica das sepulturas (apesar de haver umas com granito e xisto e outras só com xisto), não pode ser este o factor responsável pelo estado de conservação. Apesar da terra de enchimento ser a mesma, dado que foi nas sepulturas com menor quantidade de terra que se encontrou o melhor material (nomeadamente o *ex-libris* dos arqueólogos), reforçamos a hipótese de ser a acidez desta terra a responsável pela degradação óssea.

De referir ainda que é sobretudo no caso das reduções que se verifica a maior fragmentação.

De qualquer modo não sabemos explicar porque é que em duas sepulturas contíguas há conservação diferencial do material ou ainda como é que algumas crianças resistiram tão bem a tão adversos factores tafonómicos.

VI — METODOLOGIA

Com o objectivo de obter uma série de referência, cada esqueleto foi descrito na íntegra o que aqui omitimos por não ser do âmbito do artigo.

As observações paleodemográficas (ou a tentativa de) resultam da determinação do sexo, da mortalidade e da tentativa de reconstituição da estatura.

Dado o estado de conservação dos ossos o estudo foi seriamente limitado e levou-nos a proceder do seguinte modo.

VI 1. — DETERMINAÇÃO DO SEXO

Não foi possível efectuar qualquer observação do osso íliaco. Assim as categorias criadas foram as seguintes:

a) esqueletos para os quais o sexo é determinado com uma relativa segurança (indivíduos com vários caracteres observáveis).

b) esqueletos para os quais a determinação do sexo é mais duvidosa (sujeitos fragmentados com poucos caracteres observáveis).

Relativamente aos caracteres utilizados aproveitamos na medida do possível as sugestões de Ferembach *et al.* (1979) usando ainda as recomendações de Demoulin (1972) para a apófise mastóide, de Stewart (*in* Ubelaker, 1989) para a cabeça do úmero e ainda as funções discriminantes para os ossos dos pés (Steele, 1976).

VI 2. — DETERMINAÇÃO DA IDADE À MORTE

Obviamente que também aqui as hipóteses de um diagnóstico muito fiável foram bastante reduzidas pela fragmentação óssea.

Foram criados 5 classes etárias:

1 — Crianças $0 < x \leq 2$ anos (fetos incluídos).

2 — Crianças $2 < x \leq 12$ anos.

3 — Adolescentes $12 < x \leq 20$ anos.

4 — Adultos $20 < x \leq 60$ anos.

5 — Idosos $x > 60$ anos.

A determinação da idade à morte foi feita, no caso das crianças (grupos 1 e 2) com base essencialmente na erupção e calcificação dentária (Schour e Massler *in* Ubelaker 1989) e dimensões do esqueleto (Ubelaker, 1989).

Os critérios utilizados para os restantes grupos diferem bastante consoante o material presente em cada caso. Foi possível aplicar o método de Masset (1982) para estimar a idade à morte através das suturas exocranianas a um indivíduo. Os dentes foram mais uma vez um dos critérios chave. A presença do 3º molar, aliada à usura do esmalte dentário juntamente com algumas dimensões ósseas, permitiram verificar o estado adulto e ainda, a presença de adultos jovens. A união epifiseal (Brothwell, 1989) foi sempre verificada.

De referir que tanto no caso da idade como do sexo, os diagnósticos foram executados por duas pessoas, separadamente.

VI 3. — DETERMINAÇÃO DA ESTATURA

Mais uma vez vimo-nos obrigados a optar por uma metodologia diversa, consoante o material presente, apesar de cientes da diminuição do grau de fiabilidade dos resultados. Utilizamos as tabelas de Manouvrier (*in* Krogman, 1986) de Trotter (*idem*) de Olivier e Tissier (1978) e ainda as de Byers *et al* (1989) que utilizam os metatarsianos.

VII — RESULTADOS

Determinação do sexo:

Conforme se pode observar no gráfico 2, só foi possível diagnosticar sexualmente 33% dos adultos.

Critérios Sexo	A	B	Total
Mulheres	3	9	12
Homens	—	3	3
Total	3	12	15

Quadro 1 — Classificação dos indivíduos de acordo com os critérios a) e b) (ver métodos)

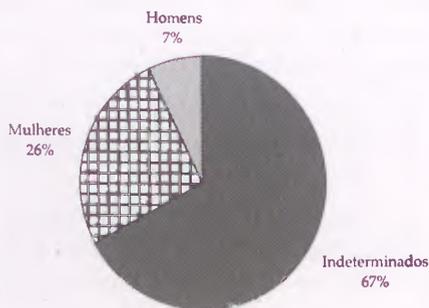


Figura 2 — Diagnose sexual: resultados

A determinação do sexo foi feita de acordo com os critérios mencionados com base, sobretudo, em esqueletos do tipo B (quadro 1). Para a maioria dos indivíduos, houve concordância entre os poucos critérios utilizados.

Determinação da idade:

A representatividade de cada uma das 5 classes etárias criadas está indicada no quadro 2.

Grupo etário	$0 < X < 2$	$2 < X < 12$	$12 < X < 20$	$20 < X < 60$	> 60 anos
Nº de indivíduos	4	4	3	46	0

Quadro 2 — Mortalidade: distribuição dos indivíduos pelas classes etárias criadas.

No gráfico 3, pode observar-se a distribuição dos indivíduos por classes etárias mais gerais: crianças (até aos 12 anos), os adolescentes (entre 12 e 20 anos) e os adultos (mais de 20 anos).

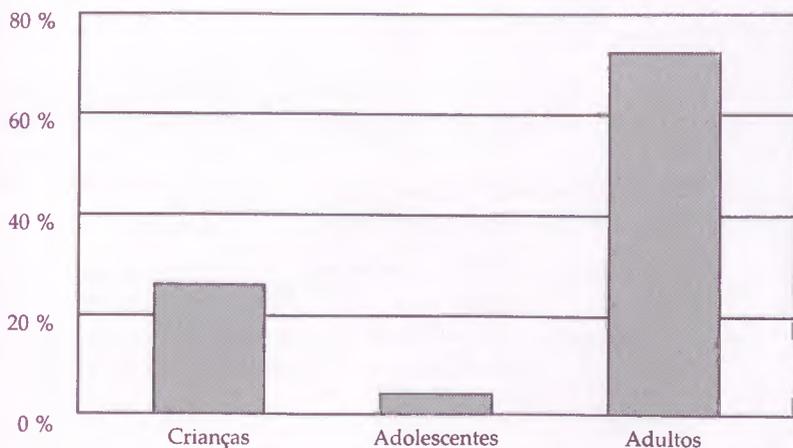


Figura 3 — Distribuição dos indivíduos pela idade à morte.

A idade à morte das crianças está especificada no gráfico 4. Há crianças muito novas, com menos de 2 anos, crianças amamentadas e talvez mesmo fetos.

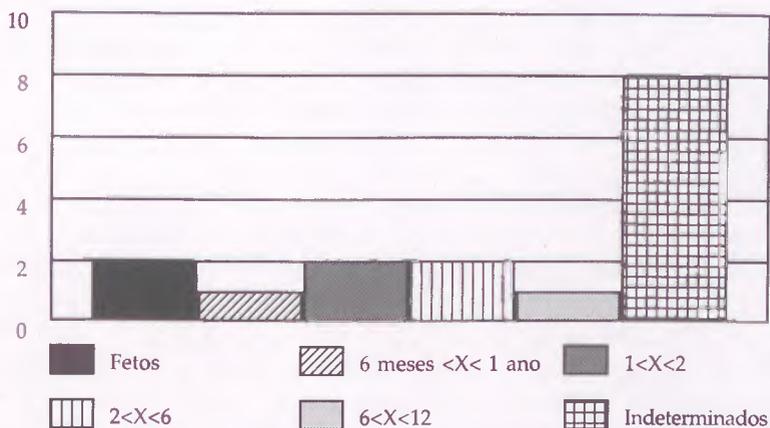


Figura 4 — Idade à morte das crianças: distribuição por grupos etários.

O grupo de adolescentes tem uma representatividade muito fraca. Para além disso, podemos considerá-los como quase adultos. No que respeita ao último grupo, não inclui qualquer indivíduo com mais de 60 anos, o que equivale a dizer que não há idosos neste grupo populacional. O único indivíduo a que foi possível aplicar o método de Masset (1982), tinha uma idade à morte que rondava os 60 anos.

Determinação da estatura:

Mais uma vez, o mau estado do material, inviabilizou o cálculo da estatura em muitos indivíduos: só foi possível determiná-la em 8% dos adultos.

Os resultados estimados constam do quadro 3. Os valores obtidos são próximos dos de outras populações medievais.

Nº da sep.	Métodos	Sexo	Estatura
67	Manouvrier Olivier et al Trotter	Feminino	1.49 m
94	Manouvrier Olivier et al Byers et al	Masculino	1.61 m 1.67 m
102	Byers et al	Feminino	1.68 m
27	Manouvrier Olivier et al Trotter Byers et al	Feminino	1.49 m 1.56 m

Quadro 3 — *Resultados da estimativa da estatura.*

VII — DISCUSSÃO

Os resultados da diagnose sexual, por causa do número reduzido de diagnósticos, não são representativos da população. Não faz assim sentido falar aqui de índices de masculinidade ou de feminilidade.

No que respeita à determinação da idade, devido à maior precisão dos métodos aplicados, os resultados são mais fiáveis. A percentagem de crianças, cerca de 30%, é importante se comparada com outros cemitérios medievais e a existência de crianças com menos de 2 anos é igualmente um factor positivo para a análise paleodemográfica dado a subrepresentatividade deste grupo noutras necrópoles medievais.

Pode-se falar de uma ausência total de idosos, o que pode provavelmente ser explicado pela vida fruste e rude. Esta constatação é paralela a outras resultantes de análises paleodemográficas do tipo. Para confirmar a ausência de idosos refira-se a fraca frequência de reabsorção alveolar. Os casos verificados são relativos à perda de um só dente.

Finalmente, em relação à estatura, houve concordância entre as diversas fórmulas aplicadas a cada indivíduo, excepção feita às fórmulas que usam os ossos dos pés que tendem a apresentar valores mais elevados mas, de qualquer modo, semelhantes a outras populações medievais.

Apesar de não ser o objectivo deste artigo, vamos referir brevemente alguns aspectos da patologia e sinais de stress.

As hipoplasias lineares do esmalte dentário, a analisar num próximo estudo, e os dois casos de *cribra orbitalia* esta última verificada em duas das quatro zonas orbitais existentes, atestam o stress a que a população de Fão esteve sujeita durante o período de crescimento. Muito provavelmente a má nutrição será a causa de alguns distúrbios do crescimento.

De referir ainda, no que respeita a paleopatologia, casos de fracturas consolidadas, de um caso de uma anomalia simétrica a nível do cúbito e de um engrossamento anormal do diploe.

Ao nível dos dentes há a salientar o desgaste de moderado a acentuado e a baixa frequência de cáries.

Acrescente-se que a agénese do 3º molar é pouco frequente: a maioria dos adultos apresentam este dente.

A grande fragmentação óssea foi determinante para os fracos resultados demográficos obtidos. Para além de ter sido impossível determinar o sexo e a idade à morte de muitos indivíduos, a incerteza de alguns diagnósticos inviabilizou quer a aplicação dos estimadores paleodemográficos como a utilização das tabelas de mortalidade. O lote de esqueletos utilizados era modesto e insuficiente para um estudo exaustivo. Optamos assim por esperar pelos resultados complementares provenientes da necrópole em escavação, para aumentar os efectivos de cada grupo.

BIBLIOGRAFIA

- Barroca, Mário, 1987. *Necrópoles e sepulturas medievais de Entre-Douro-e-Minho*. Faculdade de Letras, Porto.
- Almeida, Carlos A. Brochado de, Antunes, João M., Sousa M^a José C., 1990. *Necrópole das Barreiras – Fão. Notícia preliminar*, "Boletim Cultural de Esposende", n^o 16/17, Esposende 1991.
- Byers S., Akoshima K., Curran B. 1989. Determination of adult stature from metatarsal length. *Am. J. Phy. Ant.* 79:275-279.
- Cunha, Eugénia, Araújo, Teresa et al 1991. *Relatório de escavações antropológicas do Cemitério Medieval de Fão. 1^a Campanha*. Não publicado.
- Cunha Eugénia, Araújo, Teresa et al. 1992. *Relatório das escavações antropológicas do Cemitério Medieval de Fão. 2^a Campanha*. Não publicado.
- Cunha Eugénia, 1994. *Antropologia das populações medievais portuguesas*. Tese de doutoramento em preparação.
- Demoulin, F. 1972. Importance de certaines mesures crâniennes (en particulier de la longueur sagittale de la mastoïde) dans la détermination sexuelle des crânes. *Bull. et Mem. de la Soc. d'Anth. de Paris*. t. 9. XII. 259-264.
- Ferembach, D., Schwidetzky, I., Stoukal, M. 1979. Recommendations pour déterminer l'âge et le sexe sur squelettes. *Bull. et Mem. de la Soc. d'Anth. de Paris*. t. 6. XIII. 7-45.
- Krogman, W. N., 1986. *Forensic osteology: advances in the identification of human remains*. Springfield. Charles C. Thomas.
- Masset, C. 1982. *Estimation de l'âge au décès par les sutures crâniennes*. Thèse de Doctorat d'Etat. Anth. Biolo. Univ. Paris VII.
- Olivier, G., Aaron, C., Fully, G., Tissier, H. 1978. New estimations of stature and cranial capacity in modern man. *Journal of Human Evolution*. 7.513-518.
- Steele, D. Gentry. 1976. The estimation of sex on the basis of the talus and calcaneus. *Am. J. Phy. Anth.* 45.581-588.
- Ubelaker, D. 1989. *Human skeletal remains-excavation, analysis, interpretation*. Washington. Taraxacum.

AGRADECIMENTO

Agradecemos ao Dr. Brochado de Almeida, director da escavação, toda a colaboração prestada.

Nota: O texto deste artigo foi apresentado no XX^{ème} Colloque des Anthropologues de Langue Française, realizado em Roma, em Outubro de 1991 e foi aceite para publicação (em francês) na *Rivista di Antropologia* da Universidade de Roma.

CARTA ARQUEOLÓGICA DO CONCELHO DE ESPOSENDE

Carlos A. Brochado de Almeida

- 73 — Cruz ou Agra - Gandra
— Igreja medieval de Fonte Má
— Sarcófagos medievais
41° 29' 43" Lat. N.
0° 23' 28" Long. E.
— 12 m

A actual freguesia de Fonte Boa teve, até meados do século XVI, o nome de Fonte Má. O Tombo ainda a designava como Fonte Má em 1549, todavia em 1589 já era designada pelo nome actual — São Salvador de Fonte Boa²¹⁴.

A primitiva igreja, a fazer fé em Teotónio da Fonseca, estava situada no "Campo do Espírito Santo", hoje um campo de cultivo rodeado de vinhas, à margem do caminho velho. A indicar o sítio da antigo templo aí esteve um cruzeiro mandado erguer em 1717 pelo abade Dr. Manoel Milheiro Marinho, para substituir um anterior que entrara em degradação²¹⁵.

Da igreja nada resta na actualidade, nem mesmo, ao que parece, os alicerces. Os únicos vestígios certos são dois sarcófagos em pedra, monolíticos, que foram levados para duas casas de lavoura da freguesia. O que está na casa situada em frente à sede da Junta de Freguesia tem servido como pia de lavar, o que lhe provocou algumas alterações. O segundo, pertença do actual Presidente da Junta, por ter sido metido na parede que sustenta a escada de acesso ao primeiro andar da casa, só se consegue vislumbrar uma pequena parte da cabeceira, o que não chega para lhe definir uma tipologia.

Bibliografia: FONSECA, Teotónio da, *Esposende e o seu Concelho*, Esposende, 1936.

e cuidado arquitectónico. Mas os achados mais significativos serão duas soleiras de porta, de boas dimensões, a servirem, presentemente, como tranqueiros de acesso a propriedades, um capitel de tipo toscano provincial bastante maltratado pelo indevido uso (Fig. 53) e alguns fragmentos de tégula.

Tais indícios, aos quais juntamos algumas grandes lascas de xisto que poderão ter servido em sepulturas como na necrópole medieval das Barreiras em Fão, são prova suficiente para se afirmar que ali esteve, como aliás reza a tradição, o templo medieval de Gandra até ao século XVII, altura em que se construiu a actual.

Resta o problema da periodização e as razões que presidiram à sua deslocação. Terá esta acontecido porque as necessidades do culto obrigavam a um templo maior e porque, centrando-se o principal núcleo habitacional à volta do lugar do Paço, a igreja, deslocada para Norte, ficava desfazada da comunidade que servia?

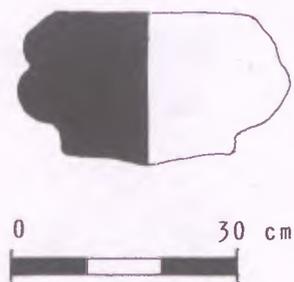
As tégulas e o capitel toscano de tipo provincial provirão certamente de um edifício atribuível ao Baixo Império (séc. IV/V), senão mesmo à Alta Idade Média e neste caso, muito concretamente, a um momento que se situe pelo período moçarabe.

Bibliografia: FONSECA, Teotónio da, *Espozende e o seu Concelho*, Espozende, 1936.

- 75 — Igreja/Quinta da Boavista — Belinho
- Casa setecentista
 - Lagar
 - Pé de altar e ou cruzeiro
 - Arcas tumular
 - Tégulas
 - 41° 35' 14" Lat. N.
 - 0° 21' 12" Long. E.
 - 68,5 m

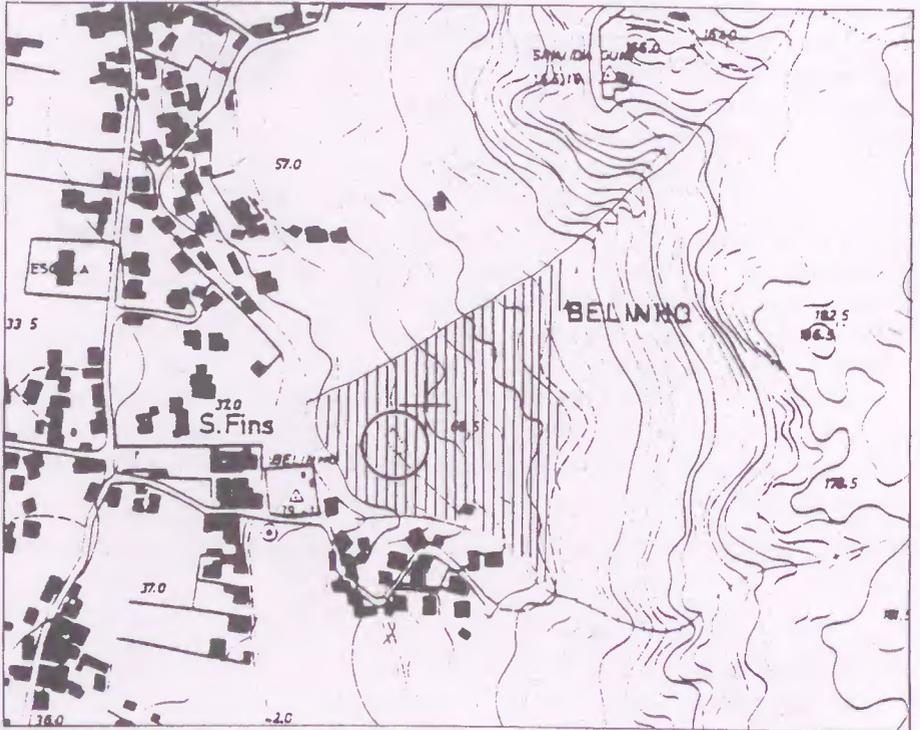
A quinta da Boavista, como é designada esta propriedade que já conheceu melhores dias, ocupa uma pequena colina situada a Nascente e sobranceira à igreja e cemitério paroquial. No cimo estão as ruínas de uma grande casa erguida com o dinheiro de um antigo emigrante do Brasil. Foi o ouro arrecadado nesta antiga colónia que permitiu, por volta de 1735, construir a casa e o nicho-capela segundo o gosto senhorial da época.

GANDRA — ESPOSENDE



(Fig. 53)

O sítio onde a casa foi erguida é uma pequeno cabeço granítico, trabalhado em socalcos (Fig. 54). Aqui aparecem, por altura do arroteamento dos campos, algumas tégulas, indício seguro que bem antes da actual casa ter sido construída, já aqui tinha havido, num período que medeia entre a mundo romano e a Alta Idade Média, uma ocupação cuja importância e extensão no momento desconhecemos.



(Fig. 54)

Mas os vestígios não se ficam por aqui. Relativamente perto da casa estão as ruínas do que, anos atrás, foi um sólido e bem trabalhado lagar onde o vinho era preparado no decurso das vindimas. Tecnicamente poderemos dizer que este tipo de estrutura, com lajes graníticas de grande porte, inteiriças, a guarnecer os lados e o chão e sistema de prensagem à base de trave, parafuso e peso circular em granito, é contemporânea da casa. O mesmo não diremos de uma pedra que foi aproveitada para encaixe da trave de madeira do sistema de prensagem e que tem gravados os sulcos de uma lagareta, semelhantes às que estiveram em uso desde o mundo romano até estádios adiantados na Idade Média e em alguns casos até bastante próximo de nós (Fig. 55).

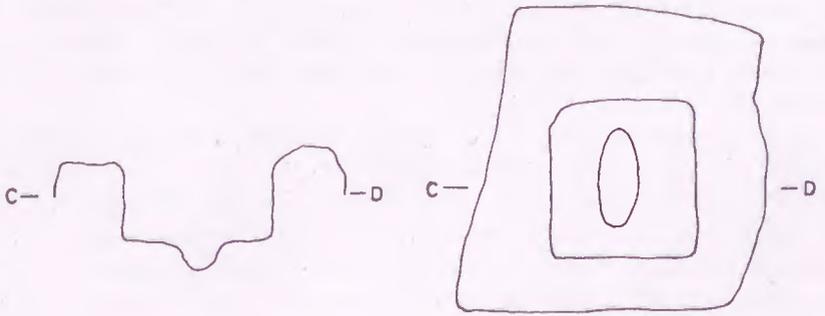


(Fig. 55)

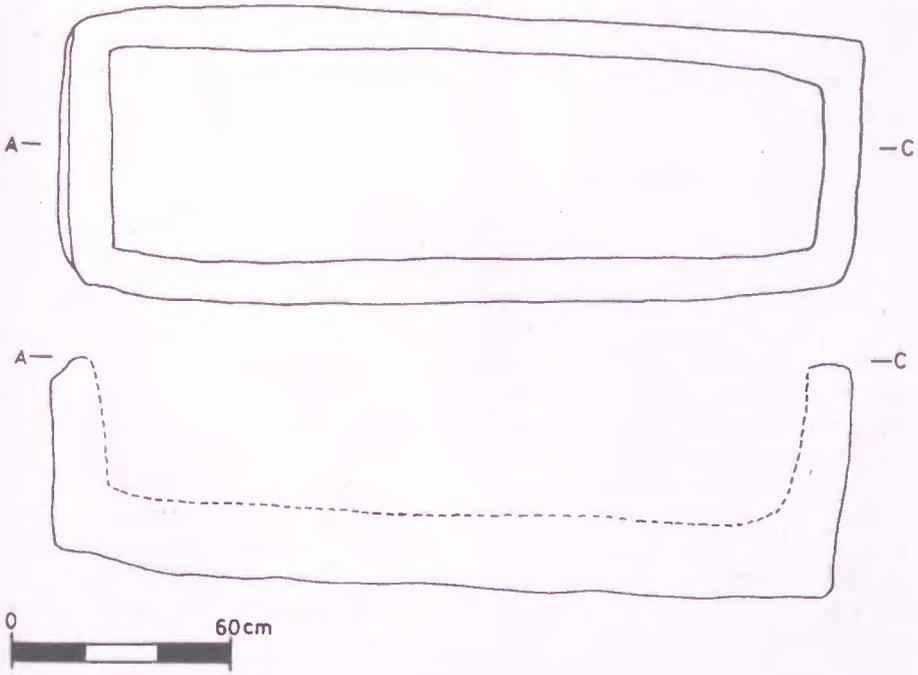
Um pouco a nascente da colina, no sopé do monte da Senhora da Guia, na proximidade de uma das estações da Via Sacra, apareceu recentemente um bloco granítico, de formato rectangular, com 1,14m de altura, faces levemente almofadadas onde é possível observar-se um tipo de decoração à base de losangos²¹⁷. A parte superior, irregular na forma rectangular que pretenderam dar-lhe, possui um "locus" onde está inscrita uma cavidade ovalada (Fig. 56).

Pelo paralelismo com exemplares de cronologia pré-românica, é possível que seja um pé de altar, caso a cavidade ovalada possa ser interpretada como "locus" destinado à guarda e conservação das relíquias. Tal facto poderia ganhar consistência caso se confirme a presença de uma capela ou igreja que a tradição insiste em colocar no sopé do monte, um pouco a Sul do sítio onde se deu o achado que terá servido como pé de altar em capela ou igreja que a tradição coloca no sopé do monte, algo mais para Sul do sítio onde apareceu. Todavia como este tipo de "locus" não está de acordo com os modelos convencionais, é possível que este bloco granítico mais não seja que um pé de cruzeiro, tanto mais que se situa na imediação de uma das capelas-nicho que compõem a via sacra²¹⁹ erguida no século XVIII.

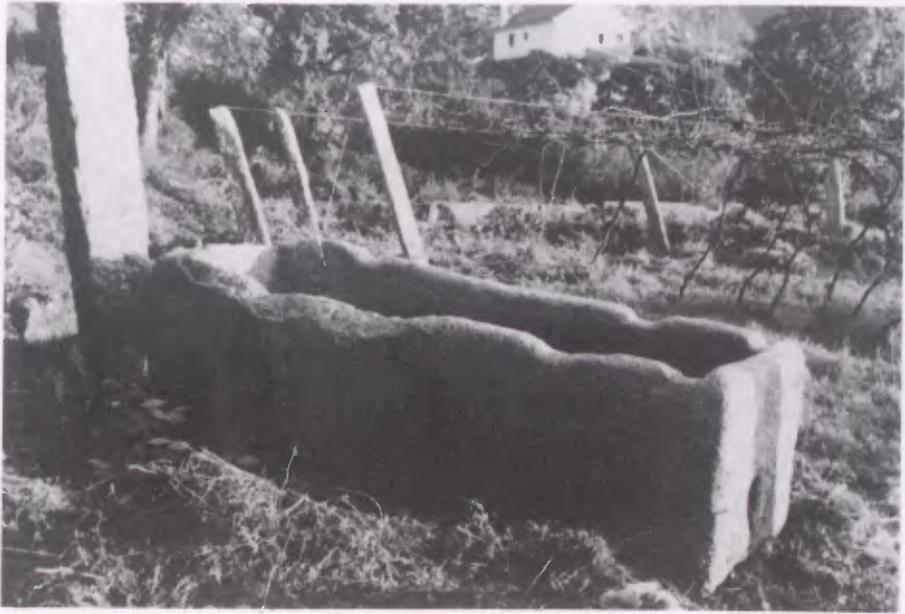
Medieval, dos séculos XII/XIV, é o sarcófago que se encontra junto da casa (Fig. 57). Apresenta a parte superior desgastada e com evidentes sinais de uso. Os dois orifícios que pelo tamanho e colocação nada têm a vêr com a sua primitiva função, sugerem uma posterior utilização como pia (Fig. 58).



(Fig. 56)



(Fig. 57)



(Fig. 58)

Deslocado do seu contexto original — provirá, muito provavelmente, da antiga igreja que se encontrava no sítio onde hoje está o cemitério — no seu antropomorfismo incipiente é bem o símbolo das aplicações que tais túmulos tiveram, quando retirados da sua função original. Tem as seguintes medidas:

- comprimento: 2,10 m
- largura (cabeceira): 0,74 m
- largura (pés): 0,70 m
- profundidade média: 0,40 m

O vestígio mais recente é a casa e o nicho-capela.

A casa, em ruínas, com rés-do-chão e 1º andar, era uma sólida construção a ajuizar pelas paredes ainda vão resistindo a anos e anos de abandono. Acoplada, pelo lado sul, está o nicho-capela. Sem porta, com sólidas e bem aparelhadas lajes graníticas a encher paredes e abóbada, possui bancos de pedra dispostos lateralmente e, em vez do tradicional altar, um nicho onde estava a imagem de S. João. A servir de base ao nicho uma carranca que vertia água para a pia em forma de concha. A data da sua construção está patente na seguinte inscrição existente na parede do lado direito: ANNO MDCCXXXV MIGVEL ARANHA PITA INCT. No dado contrário por sua vez, lê-se : DEOS VOS SALVE FILHA DE DEOS PADRE DEOS SALVE MAI DE DEOS E DEOS VOSSO SPOZA DO SPIRº E DEOS VOSSO TENP. 1º DA SS. TRINDADE ²¹⁷.

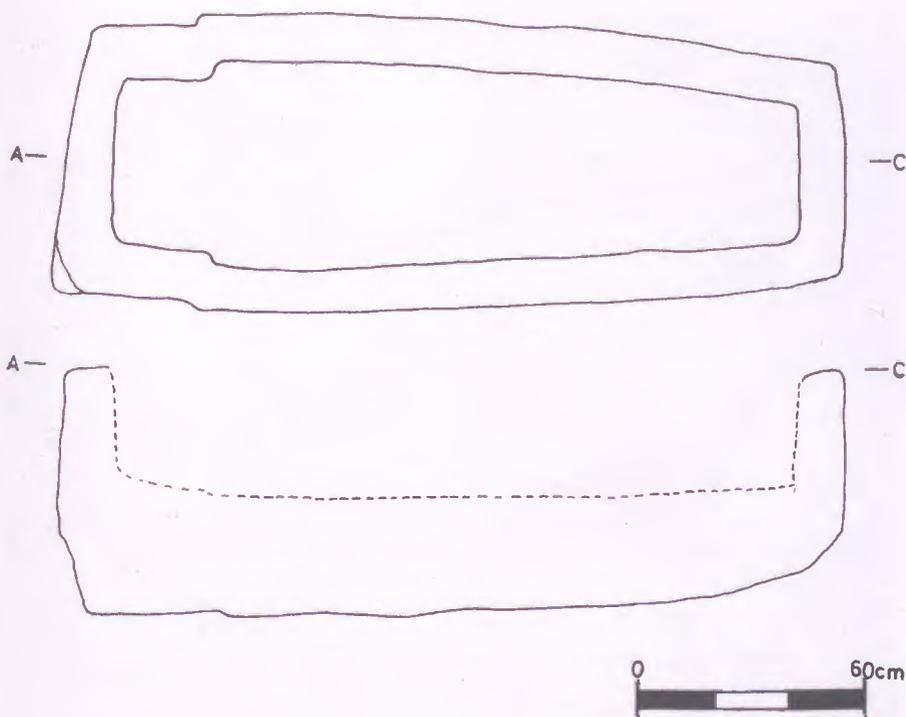
Bibliografia: FONSECA, Teotónio da, *Esposende e o seu Concelho*, Esposende, 1936; NEIVA, Manuel Albino Penteado, *Esposende, Breve Roteiro Histórico*, Esposende, 1987.

- 76 — Igreja — Belinho
- Arcaz tumular
 - 41º 35' 12" Lat. N.
 - 0º 21' 04" Long: E.
 - 30 m

Esta sepultura está situada no adro da igreja paroquial junto à parede exterior do cemitério. Trata-se de um túmulo monolítico de formato sub-rectangular, cavado num bloco granítico da região e que provém da antiga igreja de Belinho que existia no sítio onde hoje se encontra o cemitério²²⁰.

Apesar da frusticidade da obra apresenta interiormente evidentes sinais de antropomorfismo com a linha de contorno interna a reflectir-se na parte exterior. A cabeceira e os pés são assimétricos apesar da tendência rectangular (Fig. 59). Apresenta as seguintes dimensões:

- comprimento : 2,04 m
- largura (cabeceira) — 0,70 m
- largura (pés) — 0,60 m
- profundidade média — 0,30 m



(Fig. 59)

- 77 — Sanfins — Belinho
- Inscultura
- 41° 35' 10" Lat. N.
- 0° 20' 57" Long. E.
- 37 m

A parede do anexo de uma casa que fazia o velho caminho de servidão do lugar e de acesso à igreja paroquial, está construída com pedras de desigual tamanho e de diferente proveniência. Umas são aparelhadas denotando a sua anterior colocação numa estrutura com determinado cuidado arquitectónico. Outras, sumariamente aparelhadas, denotam um acabamento primário e uma situação próxima daquele quando integravam a penedia donde foram arrancadas.

Terá sido de uma laje ou penedo com superfícies a descoberto que terá sido cortada a pedra que incorpora a parede deste coberto e onde estão patentes algumas covinhas ou "fossetes" (Fig. 60).

Por estar incompleta, a composição, número total de covinhas, possíveis associações, cronologia e localização primitiva, é coisa que desconhecemos.



(Fig. 60)

- 78 — Carreira Cova — Belinho/Mar
— Marco da Casa de Bragança
— 41° 34' 30" Lat. N.
— 0° 20' 32" Long. E.
— 13 m

Por altura do Km 50 da estrada nacional nº 13 (Esposende — Viana do Castelo), a servir de marco de divisão entre as freguesias de Mar e Belinho, há um marco da Casa de Bragança.

Apesar de maltratado e erosionado ainda é possível vêr-se gravado, na parte superior, o escudo com as armas e encimado pela coroa real, relevadas e na parte inferior, a letra B, símbolo da Casa de Bragança.

- 79 — Belinho — Antas/Belinho
— Marco da Casa de Bragança

- 41° 35' 37" Lat. N.
- 0° 21' 00" Long. E.
- 49 m

No quintal da casa do Sr. Florentim Laranjeira, situada no lugar de Belinho, freguesia de Antas e na proximidade da capela de Santo Amaro, há um marco da Casa de Bragança a servir de linha delimitadora entre as freguesias de Antas e Belinho.

Semelhante aos demais que se conhecem no concelho de Esposende, tem na parte superior o escudo com as armas reais relevadas, encimado com a coroa e, na parte inferior, a letra B, símbolo da Casa Ducal de Bragança.

- 80 — Serra — Vila Chã/Forjães
- Marco da Casa de Bragança da Serra
 - 41° 35' 11" Lat. N.
 - 0° 23' 03" Long. E
 - 237 m
 - Marco da Casa de Bragança da Bouça Grande
 - 41° 35' 09" Lat. N.
 - 0° 23' 22" Long. E.
 - 160 m

A divisão entre as freguesias de Vila Chã e Forjães faz-se por marcos da Casa de Bragança. Um encontra-se no cimo do pequeno planalto da Serra, a Norte de uma das mámuas outrora estudadas por Martins Sarmento. O outro está mais para Nascente já na base do referido monte, na denominada "Bouça Grande" que outrora foi pertença de A. Rodrigues de Faria proprietário da quinta de Curvos.

Ambos possuem o escudo com as armas reais relevadas e a letra B na parte inferior do marco. A única diferença é o do alto da Serra ter sido recentemente partido no decurso de um corte de pinhal.

- 81 — Rapido/Alto do Rouco — Vila Chã/Belinho
- Mámua de Fontelas
 - 41° 34' 45" Lat. N.
 - 0° 21' 40" Long. E.
 - 175 m
 - Mámua da Bouça da Guia
 - 41° 34' 48" Lat. N.
 - 0° 21' 58" Long. E.
 - 180 m

- Marcos da Casa de Bragança
- 41° 34' 42" Lat. N. — 41° 34' 40" Lat. N.
- 0° 21' 58" Long. E. — 0° 22' 00" Long. E.
- 180 m — 176 m

A riqueza arqueológica do planalto de Vila Chã, nomeadamente a megalítica é, como temos vindo a demonstrar, de inegável interesse científico a pontos de ter vindo a captar o interesse dos investigadores desta área do conhecimento pré-histórico.

Na esteira de Martins Sarmento havíamos já assinalado²²¹ um conjunto de três mâmúas, das quais uma tem estado a ser estudada por uma equipa da Universidade Portucalense sob a direcção do Dr. Eduardo Jorge²²². Mas a área do rapido é vasta já que compreende uma grande porção de mata delimitada a Nascente pelo monte da Cerca (203m), a Norte pelo Alto do Rouco (271m), a Poente pelo Monte Crasto ou Sanfins (232m), estendendo-se a Sul até ao Poço do Lobo, uma continuação natural da planura que se estende até às imediações do castro de S. Lourenço.

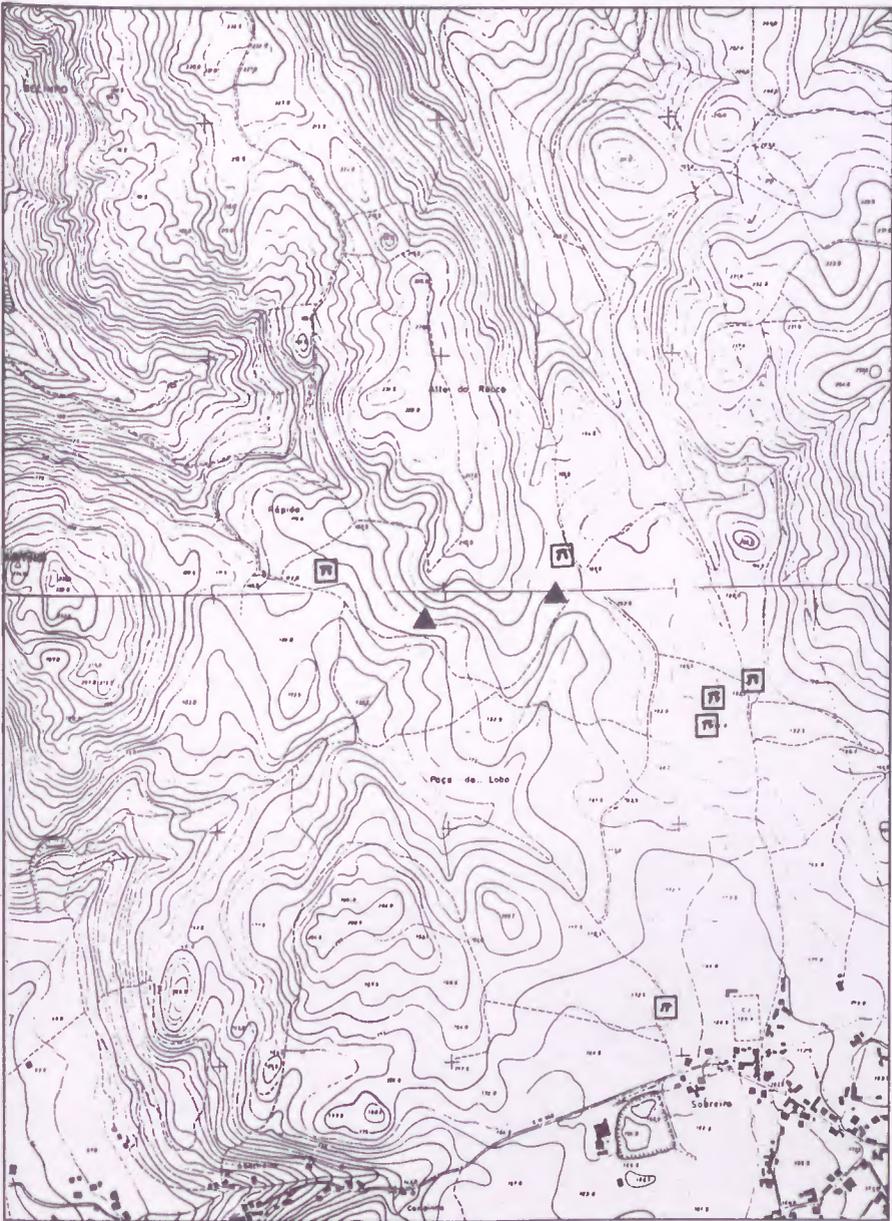
Foi a Noroeste deste conjunto megalítico conhecido por "mamoas do Rapido" que fomos encontrar, muito recentemente, um novo grupo de duas mâmúas e, na proximidade, dois marcos da Casa de Bragança (Fig. 61).

A mais ocidental está situada na bouça de "Fontelas", possivelmente no limite da freguesia de Belinho com Vila Chã. O sítio em questão, com uma cota que oscila entre os 172 e os 175m, é aberto, amplo e em ligeiro declive para Poente. Cobre-o um pinhal pouco denso, sendo visíveis alguns pés no perímetro que circunda o túmulus que se encontra violado e com uma extensa cratera a assinalar o arranque dos esteios que compunham o corredor e a câmara funerária (Fig. 62). Destes restará, quando muito, parte de um, abandonado sobre a mâmua que protegia a câmara mortuária.

A mâmua, tal e qual como hoje se apresenta, tem um formato sub-elipsoidal, cerca de 14 m no sentido Norte/Sul e 17,5 m na orientação Poente / /Nascente, um acréscimo que tem a ver com a orientação e localização do corredor de acesso à câmara de enterramento.

Em sentido contrário, isto é, na vertente Sudeste do Alto do Rouco, situa-se a mâmua da "Bouça da Guia".

Tipologicamente é semelhante à de Fontelas, só que tem em menores proporções e está mais deteriorada. O seu diâmetro Maior (W-E), o que corresponde ao corredor, orça pelos 16m e o menor (N-S) fica-se pelos 14m. Tal como a anterior apresenta na parte central uma larga cavidade indicativa da violação por que passou a câmara funerária (Fig. 63). A mâmua que a protegia encontra-se, por sua vez, em adiantado estado de degradação.



☐ — Mamoa

▲ — Marco da Casa de Bragança

(Fig. 61)

MAMOA DE FONTELAS



(Fig. 62)



(Fig. 63)

Nas imediações das duas mámuas e a Sul delas, há dois marcos (Fig. 64) que fazem a divisão entre as freguesias de Vila Chã e Belinho e cuja características mais notória é a de possuírem na parte superior o escudo com as armas nacionais relevadas e na parte inferior a letra B, inicial relacionada com a Casa de Bragança.

A ajuizar pela sua disposição e sabendo nós que há outro na Serra, bem próximo do trio de mámuas aí existentes, somos levados a pensar que antes da colocação dos marcos, os limites entre estas freguesias se fazia, por vezes, tendo como referência estes túmulos pré-históricos, situação aliás da qual se faz eco o Tombo de 1549 da freguesia de Vila Chã ao mencionar a "mamoá moça".

82 — Castro de S. Lourenço — Vila Chã

— Inscultura

— 41° 33' 19" Lat. N.

— 0° 22' 20" Long. E.

— 200 m



(Fig. 64)

Já nesta carta arqueológica tratamos do castro de S. Lourenço²²³ e dos vestígios mais significativos que se encontram à superfície. Só que numa área tão vasta e nem sempre bem explorada, não é fácil fazer uma resenha de todos, razão por que irão sendo apresentados à medida que vão sendo descobertos.

O achado mais recente consta de um conjunto de covinhas ou "fossetes"²²⁴ distribuídas por dois penedos, próximos entre si, situados entre o caminho velho e o actual arruamento, no patamar poente que antecede a acrópole onde se encontra a capela dedicada ao mártir São Lourenço. Dos dois penedos, o que representamos, é bem o paradigma deste tipo de representações pois o conjunto consta de um determinado número de covinhas, de desigual amplitude e profundidade, que se distribuem não uniformemente pela crista aplanada e restantes partes do penedo (Fig. 65). Quanto ao seu significado e cronologia limitámo-nos a esperar por interpretações mais consistentes.

- 83 — Enfia — Forjães
- Marcos de divisão de freguesia/concelho
- Marco da Casa de Bragança
- Menhir
- 41° 22' 34" Lat. N.
- 0° 22' 34" Long. E.
- 35 m

A "bouça dos marcos", uma propriedade agricultada com restos de pinhal, está situada no lugar da Enfia, linha divisória da Vila de Forjães com a freguesia de S. Romão de Neiva. Para além desta situação diremos ainda que neste local também se encontram os concelhos de Esposende e Viana do Castelo bem como os distritos de Braga e de Viana do Castelo.

Os marcos, em número de 4, distribuíam-se por uma linha mais ou menos uniforme e a curta distância um dos outros (Fig. 66). Em termos funcionais diremos que todos foram marcos divisórios. O da Comenda de Cristo delimitava as terras desta Ordem que confinavam com as da Casa Ducal de Bragança. Os restantes, os mais próximos entre si, representam dois momentos distintos da demarcação da área administrativa das duas freguesias. O mais antigo é o de corpo sub-triangular, cabeça erosionada, que na época megalítica foi um menhir. O mais recente e jurisdicionalmente válido é aquele que tem gravado numa das faces as letras S. R. e a data de 1814. As letras podem-se traduzir por "São Romão", nome do santo patrono do convento beneditino que deu prestígio à freguesia de Neiva. A data está relacionada com a data de uma conciliação entre as duas freguesias a propósito de uma disputa territorial havida nos primeiros decénios do século XIX.



(Fig. 66)

Definida a linha de separação entre as duas localidades fácil é de ver que o marco da Comenda de Cristo está em território de S. Romão de Neiva e conseqüentemente no concelho e distrito de Viana do castelo, enquanto o menhir e o marco da Casa de Bragança se situam já na área administrativa da vila de Forjães.

O marco da Casa de Bragança, de formato rectangular, possui na parte superior o característico escudo relevado com as armas reais gravadas e, na parte inferior, a letra B, símbolo da Casa Ducal que deu ao país os reis da quarta dinastia.

O menhir, por razões que desconhecemos mas que podem estar relacionadas com a sua anterior condição de marco de divisão de freguesia, tinha a descoberto 0,96 m da sua real altura. A parte restante encontrava-se enterrada e com seguros indícios estratigráficos de anteriormente ser somente 0,40m.

Uma análise à estratigrafia obtida na base do menhir quando este recentemente foi tornado mais visível²⁴, revelou a presença de duas camadas de terra que pouco divergem entre si. A mais superficial, é um misto de terra acastanhada com tonalidades mais escuras a denotar a presença de elementos vegetais em decomposição. A outra, a que poderemos chamar 2, tem uma coloração a tender para o castanho-avermelhado, mas onde se notam alguns nódulos mais escuros na parte superior. É o que se pode chamar uma típica

camada resultante da geologia do terreno e onde não se notam sinais da acção do homem (Fig. 67). Como no "corte estratigráfico" não encontramos qualquer vestígio que tenha alterado a uniformidade das duas camadas de terra, somos levados a intuir que no momento da sua erecção não se realizaram rituais susceptíveis de deixarem marcas ou simplesmente estamos perante um monumento que viajou de outras paragens²²⁵.

O menhir, com o seu 1,80 m de altura, foi construído num bloco granítico de grão médio, material muito comum na região. Possui todas as características básicas dos menhires da região: cariz fállico, enrugamento bem perceptível na parte média do corpo, inclinação para Sul, e cabeça adelgada apesar das posteriores mutilações. No corpo, apesar dos líquenes e da erosão, são visíveis algumas covinhas ou "fossetes".

Num cômpto geral diremos que este exemplar do megalitismo nortenho apresenta plena similitude com o de S. Paio de Antas²²⁶ e com os dois domplanalto da Figueiró²²⁷ localizados na linha divisória das freguesias dos Feitos e Palme, concelho de Barcelos.

- 84 — Santa Marinha — Rio Tinto
— Ponte de Época Moderna
— 41° 29' 56" Lat. N.
— 0° 24' 57" Long. E.
— 4,5 m

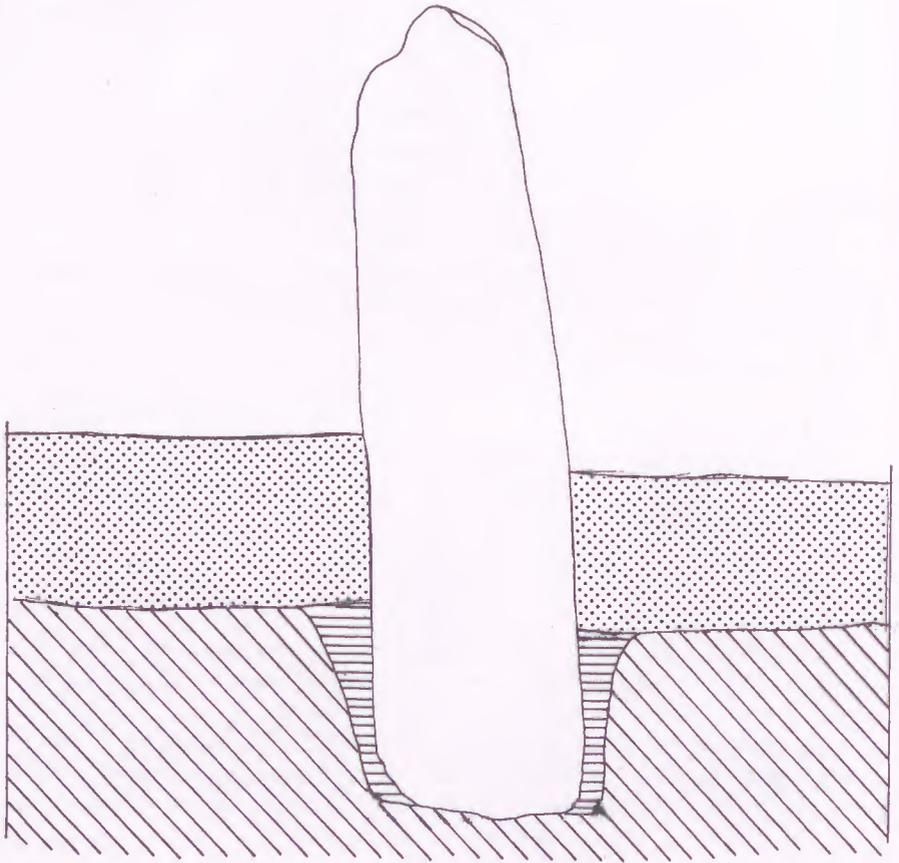
Sobre o rio Tinto, um pequeno curso de água que atravessa a freguesia de Rio Tinto e desagua no Cávado por alturas do Marachão, há duas pontes, uma das quais com certa vetustez (Fig. 68).

Tecnicamente é uma ponte de um só arco, de volta inteira e rampa em cavalete disfarçado por arranjos posteriores. Na composição do arco entram pedras de boas proporções, bem aparelhadas, mas sem qualquer identificação à base de siglas que permita atribuir-lhe uma cronologia mais recuada que a Idade Moderna. Os paredões de acesso foram construídos com pedra não aparelhada, à base de rocha grauváquica, mais que uma vez remodelados e alteados.

- 85 — Marachão — Rio Tinto
— 41° 30' 12" Lat. N.
— 0° 24' 58" Long. E.
— 10 m

Na margem sul do rio Cávado há vestígios de dois fornos de cal. Um serve, ao que parece bem conservado, de churrasqueira na Quinta do Caleiro

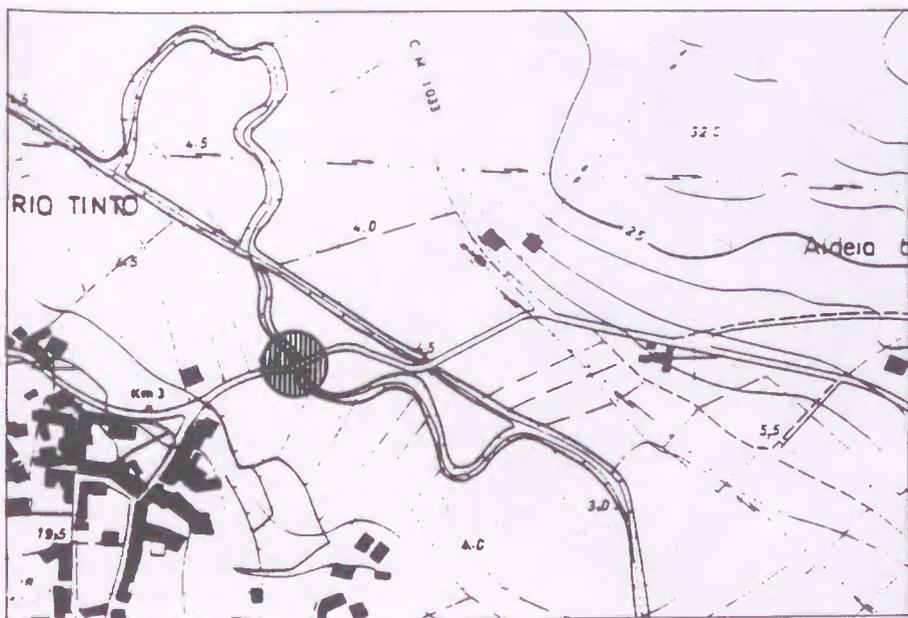
MENHIR DE FORJÃES



-  — Terra vegetal
-  — Vala de fundação
-  — Antiga terra vegetal



(Fig. 67)



(Fig. 68)

no lugar de Vila Boa em Fão²²⁸. O segundo, em ruínas, encontra-se no Marachão, junto ao paredão e a um dos cais de acostação fluvial construído no início do século XIX, quando o Eng. Custódio José Gomes de Vilas Boas dirigiu as obras de encanamento do rio Cávado.

A estrutura que ainda resta e que está relativamente bem conservada, apresenta uma forma cilíndrica, ligeiramente abobadada que remataria em "boca" circular por onde se introduzia o calcário. A parede, que é grossa, é constituída por pedras relativamente bem cuidada e ligada com barro de coloração avermelhada. A entrada com ombreiras em granito cuidado dá acesso a uma câmara de combustão de tendência circular e ainda muito bem conservada (Fig. 69).

O sítio escolhido para a implantação do forno obedeceu a critérios de conservação máxima do calor. Para o efeito procurou-se um sítio alto, rochoso e em declive que permitisse que a estrutura ficasse semi-soterrada. A única parte visível era a porta de entrada que era tapada todas as vezes que se procedia à cozedura do calcário.

Bibliografia: ALVES, António M. Caetano, *A Indústria da Cal no Noroeste Português*, "Estudos Regionais", Vol. 6, Viana do Castelo, 1989.



(Fig. 69)

- 86 — Igreja — Curvos
— Tampa de Sepultura
— 41° 33' 30" Lat. N.
— 0° 23' 54" Long. E.
— 80 m

Nas recentes obras realizadas na igreja paroquial que conduziram ao seu alargamento, apareceu uma tampa de sepultura que, embora mutilada, apresenta uma simbologia típica da Idade Média.

A pedra, devido ao cuidado do mestre empreiteiro²²⁹, está hoje incrustada na parede interior da igreja e apresenta os seguintes símbolos: cruz grega patada e uma pentalfa inscrita, tal como a anterior, num círculo.

É, juntamente com a pia baptismal de faces oitavadas e cariz quinhentista, o mais antigo vestígio conservado da comunidade religiosa de Curvos já que o actual templo, na sua traça de ar barroco, data seguramente do séc. XIX.

NOTAS:

- ²¹⁴ FONSECA, Teotónio da, *Esposende e o seu Concelho*, Esposende, 1936, pág. 31-32.
- ²¹⁵ FONSECA, Teotónio da, *op. cit.* pág. 31-32.
- ²¹⁶ FONSECA, Teotónio da, *op. cit.* pág. 100.
- ²¹⁷ FONSECA, Teotónio da, *op. cit.* pág. 215-216; NEIVA, Manuel A. Penteado, *Breve Roteiro Histórico*, Esposende, 1987, pág. 51-52.
- ²¹⁸ Está presentemente guardado no jardim da residência paroquial.
- ²¹⁹ FONSECA, Teotónio da, *op. cit.* pág. 213.
- ²²⁰ FONSECA, Teotónio da, *op. cit.* pág. 208.
- ²²¹ Consultar o "Boletim Cultural de Esposende" n° 7/8 de 1985.
- ²²² Relatório publicado no presente número.
- ²²³ Trata-se do n° 20 desta Carta publicado no "Boletim Cultural de Esposende" n° 9/10 de 1986.
- ²²⁴ O trabalho do levantamento do menhir foi realizado pela Junta de Freguesia da Vila de Forjães.
- ²²⁵ Mais a Norte, em S. Romão de Neiva, Chafé e Alvarães há alguns túmulos megalíticos que têm vindo a ser estudados pelos Serviços Regionais de Arqueologia e pela equipa dirigida pelo Dr. Eduardo Jorge da Universidade Portucalense. Cfr. SOUSA, Orlando, *Relatório da Escavação de Emergência na Mamoa de Vila Fria — Viana do Castelo*, "Cadernos Vianenses", T. XI, 1988, pág. 111-116; JORGE, Susana Oliveira, *Povoados da Pré-História Recente da Região de Chaves — Vª Pª de Aguiar*, Vol. I-B, Porto, 1986.
- ²²⁶ ALMEIDA, Carlos A. Brochado de, *O Menhir de S. Paio de Antas*, Antas, 1979.
- ²²⁷ Actualmente já se não encontram no local. Um foi levado para o Museu Arqueológico de Barcelos, o outro encontra-se em frente da sede da Junta de Freguesia dos Feitos.
- ²²⁸ ALVES, António M. Caetano, *A Indústria da Cal no Noroeste Português*, "Estudos Regionais", Vol. 6, Viana do Castelo, 1989, pág. 16.
- ²²⁹ Agradecemos ao Sr. António Queirós, de Forjães, amigo e companheiro de infância, a informação e o cuidado que temos posto na preservação de alguns dos vestígios arqueológicos que lhe vão aparecendo no dia a dia da sua profissão.



